



Universidades Lusíada

Fonseca, Ana Margarida Diniz Quirino da, 1966-

Ilha de Moçambique: cidade planeada e cidade espontânea

<http://hdl.handle.net/11067/229>

Metadata

Issue Date	2013-01-16
Abstract	Descrever, procurar, compreender e transmitir. O que nos diz uma Ilha, quando a escolhemos? O que tem ela que nos prende, que nos agarra e nos enriquece? Procurar uma resposta é indispensável, continuarmos a conhecer, falar com a terra, encontrarmos o caminho. Ela é peculiar, é paisagem, é estética, é expressão da sua filosofia, tem história, tem traços vincados no seu modo de ser, tem vida corrente, vida coletiva em marcha, com as dificuldades e acidentes das jornadas de cada geração, de cada ...
Keywords	Construção em pedra - Moçambique - Ilha de Moçambique, Cal - Moçambique - Ilha de Moçambique, Planeamento urbano - Moçambique - Ilha de Moçambique
Type	masterThesis
Peer Reviewed	No
Collections	[ULL-FAA] Dissertações

This page was automatically generated in 2022-10-19T04:26:11Z with information provided by the Repository



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado em Arquitectura

Ilha de Moçambique: cidade planeada e cidade espontânea

Realizado por:

Ana Margarida Diniz Quirino da Fonseca

Orientado por:

Prof. Doutor Arqt. Alberto Cruz Reaes Pinto

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor Horácio Manuel Pereira Bonifácio
Orientador: Prof. Doutor Arqt. Alberto Cruz Reaes Pinto
Arguente: Prof. Doutor Arqt. Pedro Manuel Boléo de Freitas

Dissertação aprovada em: 7 de Janeiro de 2013

Lisboa

2012



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado em Arquitectura

Ilha de Moçambique:
cidade planeada e cidade espontânea

Ana Margarida Diniz Quirino da Fonseca

Lisboa

Março 2012



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado em Arquitectura

Ilha de Moçambique:
cidade planeada e cidade espontânea

Ana Margarida Diniz Quirino da Fonseca

Lisboa

Março 2012

Ana Margarida Diniz Quirino da Fonseca

Ilha de Moçambique:
cidade planeada e cidade espontânea

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura.

Orientador: Prof. Doutor Arqt. Alberto Cruz Reaes Pinto

Lisboa

Março 2012

Ficha Técnica

Autora Ana Margarida Diniz Quirino da Fonseca

Orientador Prof. Doutor Arqt. Alberto Cruz Reaes Pinto

Título Ilha de Moçambique: cidade planeada e cidade espontânea

Local Lisboa

Ano 2012

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

FONSECA, Ana Margarida Diniz Quirino da, 1966-

Ilha de Moçambique : cidade planeada e cidade espontânea / Ana Margarida Diniz Quirino da Fonseca ; orientado por Alberto Cruz Reaes Pinto. - Lisboa : [s.n.], 2012. - Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

I – PINTO, Alberto Cruz Reaes, 1932-

LCSH

1. Construção em Pedra - Moçambique - Ilha de Moçambique
2. Cal - Moçambique - Ilha de Moçambique
3. Ilha de Moçambique (Moçambique) - Planeamento Urbano
4. Moçambique - História
5. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes – Teses

Agradecimentos:

Professor Doutor Alberto Reaes Pinto

Professor Doutor Alcino Ferreira

Índice Geral

Agradecimentos.....	III
Índice Geral.....	IV
Índice Detalhado.....	V
Índice de Figuras.....	VII
Índice de Anexo.....	X
RESUMO DO TRABALHO.....	XI
ABSTRACT.....	XII
I - INTRODUÇÃO.....	1
Contextualização.....	1
Objetivos.....	7
Metodologia.....	8
II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	9
2.1 Moçambique, a costa oriental Africana e os Portugueses.....	9
2.2 A Ilha de Moçambique no século XVI e a sua reconstrução no século XVII.....	21
2.3 A Ilha o Tráfico de Escravos e a travessia do século XVIII.....	39
III – A ILHA DE MOÇAMBIQUE.....	47
3.1 A Cidade da Ilha de Moçambique.....	47
IV – CIDADE PLANEADA E CIDADE ESPONTÂNEA.....	65
4.1 Cidade de pedra e cal.....	65
4.2 Cidade de Macuti.....	89
V - CONCLUSÕES.....	109
BIBLIOGRAFIA.....	115
Anexo.....	120

Índice Detalhado

Agradecimentos.....	III
Índice Geral.....	IV
Índice Detalhado.....	V
Índice de Figuras.....	VII
Índice de Anexo.....	X
RESUMO DO TRABALHO.....	XI
ABSTRACT.....	XII
I - INTRODUÇÃO.....	1
Contextualização.....	1
Objetivos.....	7
Metodologia.....	8
II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	9
2.1 Moçambique, a costa oriental Africana e os Portugueses.....	9
2.1.1 A origem de Moçambique.....	9
2.1.2 A costa oriental africana e os portugueses.....	13
2.2 A Ilha de Moçambique no século XVI e a sua reconstrução no século XVII.....	21
2.2.1 A Ilha de Moçambique no século XVI.....	21
2.2.2 A reconstrução da Ilha no século XVII.....	33
2.3 A Ilha o Tráfico de Escravos e a travessia do século XVIII.....	39
2.3.1. A Ilha de Moçambique e o Tráfico de Escravos.....	39
2.3.2. A Ilha de Moçambique através do século XVIII.....	43
III – A ILHA DE MOÇAMBIQUE.....	47
3.1 A Cidade da Ilha de Moçambique.....	47
3.1.1 Evolução Urbana.....	47
3.1.2 Enquadramento e aspetos gerais.....	62
IV – CIDADE PLANEADA E CIDADE ESPONTÂNEA.....	65
4.1 Cidade de pedra e cal.....	65

4.1.1 Caracterização	65
4.1.2 Arquitetura e processos construtivos.....	69
A arquitetura da cidade	70
Processos Construtivos	78
4.2 Cidade de Macuti.....	89
4.2.1 Caracterização	89
4.2.2 Arquitetura e processos construtivos.....	97
A arquitetura da cidade	97
Processos Construtivos - a Casa de Macuti e a Casa de Cimento.....	100
V - CONCLUSÕES	109
O Lugar Histórico	109
As Duas Cidades.....	111
BIBLIOGRAFIA.....	115
Bibliografia fundamental	115
Bibliografia complementar	117
Anexo	120

Índice de Figuras

PARTE II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Figura 1 Origem e expansão Bantu.	9
Figura 2 Mapa Mundi de Henrique Martellus, 1489.	14
Figura 3 Planisfério de Cantino, 1502.	16
Figura 4 Rotas de comércio: portugueses, árabes e chineses.	18
Figura 5 Ilha de Moçambique, ilustração da Torre de S. Gabriel e a Fortaleza construída por D. João de Castro.	29
Figura 6 Fortaleza de S. Sebastião, primeiro plano os baluartes de Nossa Senhora e de Santo António, ano de construção 1545.	31
Figura 7 Estampa da Ilha de Moçambique, datada do ano 1598.	32
Figura 8 Ermida de Nossa Senhora do Baluarte.	33
Figura 9 Imagem da Plataforma da fortaleza de Moçambique, 1648.	35
Figura 10 Forte de São Lourenço, Ilha de Moçambique.	36
Figura 11 Localização a norte de Moçambique das praças, xecados e sultanatos nos séculos XVII e XVIII.	38
Figura 12 Localização Ilha de Moçambique.	44

PARTE III – A ILHA DE MOÇAMBIQUE

Figura 13 Traçado do caminho-de-ferro, província de Nampula e Ilha de Moçambique.	46
Figura 14 Planta Monsambique, 1635.	48
Figura 15 Mapa de Mozambique, 1683.	49
Figura 16 Fortim e Igreja de Santo António, Ilha de Moçambique.	51
Figura 17 Palácio São Paulo, Ilha de Moçambique, 1754.	52
Figura 18 Carta topográfica da Ilha de Moçambique, 1754.	53
Figura 19 Planta Ilha de Moçambique, 1835.	54
Figura 20 Planta da Ilha de autoria do Major Gomes da Costa, 1909.	58
Figura 21 Antigo Hospital do Convento de São João de Deus, posteriormente Hospital Real, Ilha de Moçambique, 2009.	59
Figura 22 Estrutura urbana nos diferentes séculos, Ilha de Moçambique.	61
Figura 23 Distrito da Ilha de Moçambique.	62

PARTE IV – CIDADE PLANEADA E CIDADE ESPONTANEA

Figura 24 Planta norte da Ilha de Moçambique.....	65
Figura 25 Vista aérea Ilha de Moçambique.....	66
Figura 26 Imagem Google, Ilha de Moçambique, área norte.....	67
Figura 27 Imagem Google, Ilha de Moçambique, área central.....	68
Figura 28 Rua central de comércio sobre as arcadas, cidade de pedra e cal, Ilha de Moçambique, 2009.....	69
Figura 29 Igreja da Misericórdia, Ilha de Moçambique, 2009.....	70
Figura 30 Esquadra da polícia, Ilha de Moçambique, 2009.....	71
Figura 31 Cidade de pedra e cal, Ilha de Moçambique, 2009.....	72
Figura 32 Antiga feitoria, Ilha de Moçambique, 2009.....	73
Figura 33 Antiga casa de hóspedes do Governo Distrital, Ilha de Moçambique, 2009.....	74
Figura 34 Cidade de Pedra e Cal, Ilha de Moçambique, 2006.....	75
Figura 35 Modelo da Planta Tipo, Ilha de Moçambique.....	76
Figura 36 Modelos das Plantas Tipo, Ilha de Moçambique.....	77
Figura 37 Modelos das Plantas Tipo, Ilha de Moçambique.....	77
Figura 38 Alvenaria, Ilha de Moçambique.....	78
Figura 39 Ilha de Moçambique, 2010.....	79
Figura 40 Penetração de raízes no edificado, Ilha de Moçambique, 2009.....	81
Figura 41 Interior de uma habitação da cidade de pedra e cal, Ilha de Moçambique.....	82
Figura 42 Porta com ornamentos em talha, Ilha de Moçambique,2009.....	85
Figura 43 Diversos tipos de janelas que aparecem na Ilha de Moçambique.....	86

PARTE IV – CIDADE MACUTI

Figura 44 Sistema de recolha das águas, Ilha de Moçambique.....	87
Figura 45 Cidade Macuti, Ilha de Moçambique.....	89
Figura 46 Cidade Macuti, eixo principal, Ilha de Moçambique,2010.....	90
Figura 47 Cidade Macuti, Ilha de Moçambique, Janeiro 2012.....	91
Figura 48 Cidade Macuti, Ilha de Moçambique, agosto 2010.....	91
Figura 49 Localização dos Bairros da cidade Macuti, Ilha de Moçambique.....	92
Figura 50 Cidade Macuti, Ilha de Moçambique.....	93
Figura 51 Figura 52 Figura 53 Localização da Mesquita Grande, Ilha de Moçambique.....	94

Figura 54 Planta da zona sul da Ilha de Moçambique	95
Figura 55 A atividade piscatória, Ilha de Moçambique.....	96
Figura 56 Cidade Macuti, Ilha de Moçambique.....	96
Figura 57 Cidade Macuti, Ilha de Moçambique.....	97
Figura 58 Brochura sobre as casas Macuti, Ilha de Moçambique.....	98
Figura 59 Brochura sobre as casas Macuti, Ilha de Moçambique.....	98
Figura 60 Plantas-tipo, Cidade Macuti.....	99
Figura 61 Cidade Macuti, Ilha de Moçambique (2006).....	100
Figura 62 Parede da Casa Macuti, com trama de bambu, Ilha de Moçambique.....	101
Figura 63 Pormenores de paredes da casa Macuti, Ilha de Moçambique.....	102
Figura 64 Parte da estrutura de uma casa Macuti, Ilha de Moçambique.....	103
Figura 65 Casa Macuti,, Ilha de Moçambique(2006).....	104
Figura 66 Casas de cimento, Ilha de Moçambique.....	106
Figura 67 Casas de cimento, Ilha de Moçambique (2006).....	107

Índice de Anexo

ANEXO A

Peças Desenhadas:

Desenho 01 - Planta Geral da Ilha de Moçambique;

Desenho 02 – Identificação de Edificado relevante da Ilha de Moçambique.

ANEXO B

Imagens antigas da Ilha de Moçambique:

Cidade de Pedra e Cal;

Cidade Macuti.

RESUMO DO TRABALHO

Descrever, procurar, compreender e transmitir. O que nos diz uma Ilha, quando a escolhemos? O que tem ela que nos prende, que nos agarra e nos enriquece? Procurar uma resposta é indispensável, continuarmos a conhecer, falar com a terra, encontrarmos o caminho.

Ela é peculiar, é paisagem, é estética, é expressão da sua filosofia, tem história, tem traços vincados no seu modo de ser, tem vida corrente, vida coletiva em marcha, com as dificuldades e acidentes das jornadas de cada geração, de cada grupo, de cada pessoa. Mas as longas jornadas apagam na memória dos homens os factos da vida percorrida, como nos caminhos as marcas deixadas.

No entanto a caminhada do tempo para diante deixa sempre sinais nas almas e nas coisas, sinais que nos permitem percorrer num ápice o caminho para trás, caminho de gerações sucessivas, com os seus ideais, as suas mágoas; é possível conviver pelos testemunhos que da sua vida nos deixaram.

Por tudo isto, esta dissertação primeiramente tenta compreender o território de modo a conhecer e sentir a importância e o contexto das memórias e marcas de uma cidade detentora de testemunhos de tão grande valor.

Compreender e descrever a intemporalidade de um lugar, sentir uma Ilha de outro Mundo e de outras épocas, um cenário de culturas, um palco de artes, uma sofisticação, uma simbologia concreta mas apagada no tempo.

Procurar e descobrir, interrogar os vestígios do passado, factos essenciais, únicos e originais. Compreender e descrever os dois mundos da cidade planeada e da cidade espontânea, o lugar construído, o modo de habitar, sermos capazes de entender uma misteriosa inquietação, que um lugar nos é capaz de transmitir, um lugar que nos aprisiona de forma incondicional.

PALAVRAS-CHAVE

Singularidade, identidade, monumentalidade, pedra e cal, *macuti*.

ABSTRACT

To describe, to search, to understand... And transmit.

What does an Island tell us, when we decide to choose it? What does it encompass that really binds us, seizes us, and enriches us, as well?

It is mandatory to look for an answer, as it is to become aware, to speak with the land, to find the right way.

This Island is peculiar, is a landscape and a scenery, but it is also aesthetic, the expression of its own philosophy; it has history, strong features in its character, a normal collective life, along with the difficulties and accidents of every journey lived by each generation, each group, each person. Long journeys, however, erase from the memory of men facts of a lifetime, likewise, as footprints left on the way.

Yet, as time goes by, forwards, it always leaves signs in our souls and things, signs that enable us to walk the way backwards, a way of successive generations, with their ideals and their sorrows; but it is possible to live with them, through the evidence left to us.

For all these reasons, this dissertation tries, in the first place, to understand the territory, in order to know and feel the importance, as well as the context of the memories and traces of a city, which holds evidence of such a great value.

To understand and to describe the timeless feature of a place, to feel an Island of another World and of other ages, a scenery of cultures, a stage of performing arts, a sophistication, a true symbolism, though hidden in time.

To search and to discover, to question the remains of the past; essential, unique and original facts. To understand and to describe both worlds, the planned city and of the spontaneous city; the place built and the way of living inside; in order to be able to perceive the mysterious concern a certain place may transmit us, a place that imprisons us in an unconditional way.

KEYWORDS:

Singularity, identity, remarkableness, stone and lime, *macuti*.

I - INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Primeira capital de Moçambique, cuja designação está na origem do nome do próprio país, a Ilha de Moçambique é detentora de testemunhos de elevado valor histórico-cultural, únicos no contexto do país e da região do Índico ocidental e que estão na origem da sua classificação como Património Mundial da Humanidade.¹

Detentora de uma posição estratégica nas rotas de navegação do Oceano Índico, a sua ocupação é muito anterior à primeira passagem dos portugueses em 1498, tendo desempenhado, desde então, um importante papel como entreposto comercial. Seria, contudo, já na última metade do séc. XVIII, com a perda de importância da Rota das Índias e com o interesse crescente pelo continente africano, que a Ilha de Moçambique conheceria o seu período áureo de grande desenvolvimento.

É nesta altura que a ilha firma a sua identidade, que consolida a sua estrutura urbana e no qual é erigido o vasto património edificado de suporte às várias funções de capital do país, coincidindo com o primeiro grande crescimento da sua população. Dividida em duas zonas urbanas distintas, a ilha é constituída pela “cidade de pedra e cal”, que ocupa quase a totalidade da sua metade setentrional, e a “cidade macuti”, que ocupa a metade sul da ilha, constituída por bairros de casas precárias, separadas por estreitas ruelas, e construída abaixo do nível do mar.²

Contudo, a transferência da capital do país para Lourenço Marques (atual Maputo) nos últimos anos do séc. XIX e a assunção de Nampula como capital da região norte do país (em 1935), associadas à redução significativa da atividade portuária motivada pela construção do novo Porto de Nacala (em 1951), seriam responsáveis por um processo de decadência da Ilha de Moçambique que, nem a construção da ponte de ligação ao continente (em 1966), nem o desenvolvimento da atividade turística dos últimos anos anteriores à independência, conseguiram inverter esta tendência.

¹ GOVERNMENT of Mozambique and UNESCO. 1991. “*Nomination of Ilha de Moçambique for Inclusion in the World Heritage List 1990-1991*”. Paris: UNESCO World Heritage Committee.

² Sousa, Carla Almeida; 2011. “*Ilha de Moçambique: Negociando o património colonial em redor do turismo cultural*” – XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (Des)Igualdades; Salvador, Agosto 2011, Campus de Ondina.

Esta situação viria a agravar-se, durante o longo período de guerra civil, com o abandono da “cidade de pedra e cal” e com o êxodo massivo de população do continente para a da “cidade de macuti”, originando um aumento exponencial da população residente na ilha, que duplicou nas últimas duas décadas, sendo hoje de cerca 17.000 habitantes.³

A elevada pressão urbanística sobre a “cidade de macuti”, conjugada com a pequena dimensão da ilha, com o seu posicionamento abaixo do nível do mar, com a inexistência de infra-estruturas e com a escassez de recursos indispensáveis, como água e alimentos, veio agravar a já debilitada estrutura edificada da ilha, originando uma concentração insustentável de habitações precárias, sem as mínimas condições de salubridade, conforto e segurança. Esta situação é agravada pelo quadro de pobreza da maioria da população, motivado pela existência de poucas atividades profissionais que lhe permitam melhorar a sua condição socioeconómica.

Procurando dar resposta às situações mais prementes e que põem em risco, quer a segurança da população, quer a manutenção do património edificado mais emblemático da ilha, várias têm sido as ações promovidas pelo Governo Moçambicano no sentido de melhorar as condições na Ilha de Moçambique, destacando-se, recentemente, a criação do Gabinete de Apoio à Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM) e a reabilitação da Fortaleza de São Sebastião, ambas com apoio do Governo Português.⁴

No entanto, estas intervenções, apesar de darem resposta a situações pontuais, não têm sido suficientes para impedir a crescente deterioração do património habitacional e histórico da ilha, nem tão pouco para melhorar as condições de vida dos seus habitantes.⁵

Prende-se este tema numa primeira abordagem a uma chamada de atenção de um lugar singular e único, de uma cidade museu que nunca deixará de ser um referencial no decorrer da nossa história e de uma paixão por um lugar, que tem a capacidade de amarrar e de suscitar a vontade de participar na sua vida e de nos empenharmos na sua sobrevivência através da divulgação dos seus valores e singularidades.

³ Vaileque, Agostinho; Canda, Destina e Chiulele, Susana; “*Influencia Maritima na cultura da Ilha de Moçambique*” Instituto Superior de Ciências Políticas e Segurança Interna (jornadas do Mar, 2004, “O Mar: um oceano de oportunidades”.

⁴ PLANO de desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique. 2009. CESO C.internacional.

⁵ Ferreira, António Rita. 1996. “*Ilha de Moçambique cidade de um Oceano*” Oceanos, Nº 25, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Urge assim apreender e compreender o que dela transparece, uma síntese estilizada de um ingénuo e único ambiente edificado. Uma força intocável no tempo. Um lugar de refúgio.

A Ilha de Moçambique, na imagem de tantos textos e livros deixa um rasto de uma vastidão e plasticidade inconfundível, evoca encontros e choques, harmonia e conflitos, necessidade e prazer, tradição e rutura.

Estudada pela sua história, manancial antropológico e arqueológico, repositório artístico e cultural, a ilha é única também pela capacidade que tem de suscitar a curiosidade do visitante e o envolvimento pelo seu processo de acordar e ressurgir.

Lugar de “encruzilhada de caminhos entre a Europa e a Índia” e testemunho contínuo do “cosmopolitismo secular euro-afro-asiático” foram os “slogans” escolhidos pelo escritor e viajante da antiga África portuguesa que foi o Capitão Henrique Galvão para caracterizar a Ilha de Moçambique.⁶

Palácios e fortalezas, igrejas e mesquitas, praças e ruas estreitas inundadas de macuas, brancos, árabes e indianos, faziam dela “uma ilha do outro mundo e de outras épocas”, cita ainda o escritor Henrique Galvão.

Alexandre Lobato, Laurentino, autor de vários livros fundadores sobre a Ilha como a “Monografia” de 1945, “Panorama Histórico” e “Panorama Estético” o último de 1966, ao qual alarga e enriquece todo um enquadramento no tempo e no lugar. Panorama Estético, não deixa de ser quase como um roteiro da Ilha. Uma visita guiada à descoberta do autêntico território. Enquanto viajante privilegiado, Lobato, constrói um percurso em que múltiplos significados e lugares vão construindo imagens de uma comunidade imaginada, legitimada pela sua autoridade enquanto historiador. A sua narrativa levanta um lugar distante e mítico, reedificado e autenticado pela sua memória. Para tal, constrói um percurso entre o centro e as margens da Ilha, do poder colonial, em busca da autêntica cultura do lugar.

⁶ “Henrique Galvão desde cedo seguiu a carreira militar. Foi um dos apoiantes de Sidónio Pais. Foi administrador do concelho de Montemor-o-Novo. Participou na revolução de 28 de Maio de 1926. Foi Comissário Geral da Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto, em 1934. Mais tarde, esteve em África, onde organizou acções de propaganda. Foi governador de Huíla. Angola inspirou-lhe a veia literária, tendo escrito uma série de livros sobre a vida nas colónias africanas, a sua antropologia e zoologia.” Fonte: Wikipédia, 20/03/2012.

A descrição começa no Largo de São Paulo, frente ao “Palácio dos Capitães Generais”, “sala de visitas solenes da cidade”, “já que no seu cais desembarcavam Presidentes, Ministros e Governadores” que acenavam depois da varanda do palácio a “agradecer ao povo os cânticos, as palmas e os vivas”. Tudo na transmissão do lugar como: o largo, palácio e cais, aponta para a beleza, a vida e as marcas históricas de Portugal, de onde se destaca a estátua do “poderoso Vasco da Gama” o descobridor. É uma descrição intemporal, repleta de imagens de vivacidade, detida no final “o largo não tem hoje a vida que teve outrora ... Paira no palácio um silêncio mortal ... tudo fechado para ninguém.” O percurso continua pela cidade de pedra e cal, distinguindo sempre presenças ilustres e os seus testemunhos, acenando ao encontro de acontecimentos e presenças históricas. Continuando Alexandre Lobato, quando entra na cidade Macuti descreve as casas alinhadas e encovadas numa baixa do terreno. Como elemento espacial diferenciador aparece apenas o “Tanque dos Mainatos” (criados), “um charco de águas nativas” que a lavagem das roupas tornava imunda. Depois “os bairros indígenas” onde “não convém naturalmente aconselhar itinerário”. Nos bairros “há simplicidade e encanto, vida e alegria natural na modéstia pitoresca. E ordem e disciplina social em tudo. A população é sossegada e alegre ... E as casas ingenuamente encantadoras, típicas ... no ambiente e género do povo.” O que mais se destaca é a cor no sentido em que “esta gente não viva nem pense senão em função do valor e do sentimento psíquico da cor.”

Por fim a Ilha de Moçambique é caracterizada pela “mais completa síntese arquitetónica que os portugueses têm no mundo” e por isso a “cidade de pedra e cal” devia transformar-se num museu representado a “velha autenticidade dos portugueses”, a sua “verdadeira herança” testemunho dos seus “sacrifícios seculares” para o levantamento de, “uma histórica obra de arte humana”. Nela se incluem os indígenas, como produto “estético” dos primeiros.⁷

Num misto de poesia, desenho e fotografia de autor, temos a obra inconfundível de Rui Knopfli e Alexandre Lobato “A Ilha de Prospero” álbum editado em Lourenço Marques em 1972. Esta publicação compreende de forma clara e consistente uma “revisitação” do espaço em termos literários enquanto percurso de indagação da memória

⁷ LOBATO, Alexandre, *Ilha de Moçambique: Panorama Histórico*, Lisboa, Agência - Geral do Ultramar, 1967.

histórica e cultural. O livro é um roteiro de imagens onde se evoca a presença cultural indiana, árabe e portuguesa através dos vários monumentos e lugares arquitetónicos da Ilha. As referências por exemplo, aos vários lugares de culto, católico, hindu, muçulmano, pela descrição da capela, da mesquita revelam a sobreposição cultural aí travada.⁸

Após a independência sobrevieram os primeiros sinais sobre a evolução negativa do recheio material da Ilha; de 1983 a exposição “A Ilha de Moçambique em Perigo de Desaparecimento” promovida pela Fundação Calouste Gulbenkian com o arquitecto Viana de Lima a coordenar. Nesse mesmo ano a RTP produziu o documentário “Ilha de Moçambique - à espera da Monção”; e surge outro livro, com imagens a preto e branco, “Ilha de Moçambique Muipiti”, por Moira Forjaz e Amélia Muge, também de 1983.

O relatório “Ilha de Moçambique”, pela escola dinamarquesa de Aarhus, executado em 1982-1985, possibilitou conhecer com particularidade, rigor e pormenor o que se estava a perder nesta Ilha com o seu vasto património. Ao qual se inclui um vasto levantamento ao nível do edificado, tanto da “cidade de pedra e cal” como da “cidade de macuti”, um documento imprescindível ao estudo desta Ilha.

Em 1991 a Ilha de Moçambique é classificada como Património da Humanidade.

As comemorações dos Descobrimentos portugueses chegaram à Ilha, a caminho da Índia, entre 1995-1998, já no rescaldo da guerra; como resultados originou: um filme sobre a Ilha de Moçambique, pela RTP, 1996, a “Ilha de Deus”, exibido no programa “enviado especial” e a revista “Oceanos”, pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, onde dedicou um número à “Ilha de Todos”.

A Ilha de Moçambique enquanto território indutor, ao nível da literatura é reinventada de forma diversificada, permitindo a leitura de um mito cultural unificador e nacionalizante, devido à sua multiplicidade de registos.

Um dos elementos bibliográficos elementares é a publicação de 1992, “A Ilha de Moçambique pela voz dos poetas”, antologia compilada por Nelson Saúte e António Sopa, documento relevante que permite indagar e compreender as diferentes formas de se olhar e respirar este território.

⁸ SAÚTE, Nelson, SOPA, António. 1992. *A Ilha de Moçambique pela voz dos Poetas*. Lisboa: Edições, 70 LDA.

Já Orlando Ribeiro, reportando-se em especial à “cidade de pedra e cal” designou-a por “maravilhoso búzio onde ressoam todas as civilizações do Oceano Indico, primeiro passo para a ocupação do território que lhe deu o nome, e um destes lugares estranhamente sugestivos onde a História se prolonga pela Vida: uma cidadezinha portuguesa que ao mesmo tempo recorda Diu e o Algarve”.

São já dos anos 1990 as primeiras recuperações efetivas mas discreto património arquitetónico da Ilha; a reabilitação do Museu da Ilha, no Palácio São Paulo, antigo lugar do governo, e mais antiga sede jesuíta, com uma exposição de coleção de mobiliário Indoportuguês única no mundo; a singularidade da Capela manuelina de Nossa Senhora do Baluarte, de 1522 (pela Fundação Calouste Gulbenkian), junto à fortaleza de São Sebastião (recentemente reabilitada com o registo do processo de recuperação e estratégia de intervenção editada por Lazare Eloundou e Jana Weydt, centro do património mundial da UNESCO⁹); o Museu de arte sacra, em fase de reinstalação na antiga igreja da Misericórdia, bem no centro da cidade de “pedra e cal”.

Em Janeiro de 2011, a conferência Internacional de Lisboa da Universidade Autónoma, abordou: África, Arquitetura e Urbanismo de Matriz Portuguesa, (publicado em livro), tendo como coordenador o arquiteto José Manuel Fernandes, destacou-se um estudo por Júlio Carrilho e Luís Lage, autores moçambicanos, que incidiram nas arquiteturas urbanas e correntes de Moçambique, nomeadamente em relação aos casos de Ibo, e da Ilha de Moçambique. Mais uma vez a Ilha é inspiração para muitos estudiosos, pelo seu quadro compósito de referências marcadamente multicultural.¹⁰

⁹ Eloundou, Lazare e WEYDT, Jana. 2009. “*Reabilitação da Fortaleza de São Sebastião, Ilha de Moçambique.*” Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

¹⁰ FERNANDES, José Manuel. 2011. “*África, Arquitetura e Urbanismo de Matriz Portuguesa.*”- Universidade Autónoma de Lisboa.

OBJETIVOS

1.2 Objetivos

Este trabalho de investigação pretende compreender o valor de um património histórico produto de cruzamentos de culturas, entender e aprofundar os princípios da arquitetura do núcleo da cidade formal e da cidade informal da Ilha de Moçambique que constituem a própria génese territorial assim como o produto edificado: arquitetura e identidade do lugar, realçando alguns casos de estudo e respetivos processos construtivos.

Compreender o território da Ilha de Moçambique de modo a conhecer e sentir a importância e o contexto das memórias e marcas de uma cidade detentora de testemunhos de elevado valor histórico-cultural únicos no contexto do país e da região do Índico ocidental e que estão na origem da sua classificação como Património Mundial da Humanidade.

Compreender e transmitir os diferentes desenvolvimentos dos núcleos da cidade de pedra e cal e da cidade “*Macuti*”, estrutura urbana e edificado e suas transformações. Escala e monumentalidade.

Compreender e dar a conhecer o lugar construído, o modo de habitar, a evolução tipológica, metodologias e técnicas de intervenção no espaço urbano.

Evidenciar uma preocupação em relação à salvaguarda dos testemunhos do passado identificando alguns dos valores presentes da Ilha de Moçambique. Destacar a crescente deterioração do património habitacional e histórico da Ilha e conseqüentemente a falha na melhoria das condições de vida dos seus habitantes, pretendendo contribuir assim para a necessidade de uma intervenção mais ativa e profunda como integradora.

METODOLOGIA

1.3 Metodologia

No âmbito geral, o desenvolvimento do trabalho foi suportado na pesquisa e consulta de fontes documentais envolvendo peças escritas e desenhadas, presentes em livros, revistas, trabalhos e outras publicações. Por contato com especialistas e pessoas da região, por observação direta, por casos de estudo no sentido de poder tirar conclusões do trabalho de investigação produzido.

A dissertação é constituída por quatro momentos. Apesar do estudo incidir sobre a cidade de pedra e cal e a cidade *Macuti*, considerou-se essencial a referência ao contexto histórico e à evolução da cidade ao longo da história, de forma a compreender a sua identidade e a sua importância em diferentes contextos. Daí o primeiro momento incluir, o percurso da origem de Moçambique, a costa oriental africana e o estabelecimento dos portugueses, paralelamente o destaque da Ilha de Moçambique ao longo de diferentes séculos. Século XVI; século XVII e a reconstrução da Ilha; o florescimento do tráfico de escravos; e o século XVIII ao qual a Ilha renasce e engrandece e principia o grande desenvolvimento urbano.

O segundo momento, "A Ilha de Moçambique", contempla uma observação mais direta na evolução urbana da própria cidade, nas marcas indestrutíveis deixadas no espaço físico bem como na expressão arquitetónica do território, breve contextualização da própria Ilha, enquadramento e aspetos gerais.

O terceiro momento, "Cidade planeada e Cidade espontânea", tem como foco principal a distinção entre os dois conjuntos evidentes e as suas realidades urbanas, através do destaque de algumas características singulares, arquitetura e processos construtivos. Sendo também preocupação, o destaque de toda uma tradição e princípios construtivos originais.

Por último, pretende-se que as conclusões sejam consequência do trabalho de investigação, no sentido de contribuir para o conhecimento de um território que é um monumento vivo à tolerância e à convivência pacífica entre as mais diversas culturas e religiões e poder ser uma base para trabalhos futuros.

II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA

2.1 Moçambique, a costa oriental Africana e os Portugueses

2.1.1 A origem de Moçambique

Moçambique descobre-se fundamentada a partir do século X, quando um viajante árabe, Al-Masudi descreveu uma importante actividade comercial entre as nações da região do Golfo Pérsico e os "Zanj" (os negros) da "Bilad as Sofala", que envolvia a costa norte e centro de Moçambique. No entanto, diversos achados arqueológicos possibilitam caracterizar a "pré-história" de Moçambique por muitos séculos antes. Presumivelmente o evento mais importante dessa pré-história terá sido a fixação nesta região dos povos bantu que, não só eram agricultores, mas introduziram aqui a metalurgia do ferro, entre os séculos I a IV.¹¹

Esta tribo Bantu foi gradualmente povoando as bacias fluviais costeiras, as encostas e planaltos do interior africano. Movendo-se sempre em direção a sul, estes homens armados, organizados e robustos, à medida que avançavam e conquistavam terras, iam expulsando ou até mesmo incorporando gentes que pré-existiam nestas áreas. A sua formação e migração originaram uma enorme variedade de cruzamentos¹², tendo sido desenvolvida por pessoas de raça negra (fig.1).

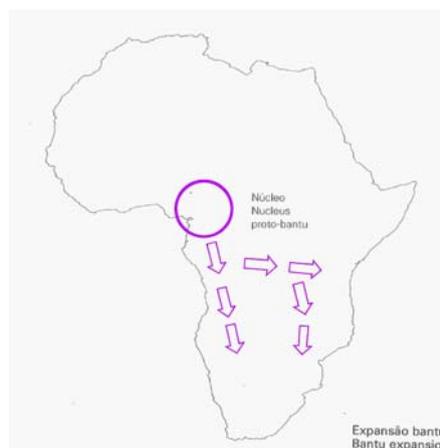


Figura 1 | Origem e expansão Bantu.¹³

¹¹Fonte:http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Mo%C3%A7ambique; (04-12-2011).

¹²Fonte:<http://www.inzotumbansi.org/malunda/a-historia-do-povo-bantu>; (04-12-2011).

¹³Fonte: relatório de Arhus de 1982-1985, Ilha de Moçambique, secretaria de estado da cultura/Danmark, Arkitektskolen Arhus.

A sua identidade era marcada por uma tecnologia variada, uma escultura singular, sabedoria empírica, um discurso rico com sinais de expressão intelectual.¹⁴ A existência de excedentes, tanto na produção agrícola, como na criação de peças artesanais, marfim ou metais, eram trocados em mercados locais ou noutros mais distantes. Algumas destas sociedades iniciaram desde logo, uma troca de relações comerciais com mercadores estrangeiros, predominantemente de origem asiática.

O mundo Árabe e a expansão do Islão será outro grande momento que estrutura e fundamenta toda a cultura e saber que envolve o povo da Ilha de Moçambique.

Segundo testemunhos persas e árabes, as ligações com os mercadores datavam do século X, e Sofala seria considerado como um dos centros de trocas com maior destaque¹⁵. O ouro era dos produtos que mais atraíam os mercadores. Reis e pequenos chefes de linhagem passaram gradualmente a depender das relações comerciais com os estrangeiros, uma vez que deles vinham os sinais de prestígio e de autoridade como as missangas e os tecidos. As atividades comerciais, as migrações por mar, os casamentos e outros tipos de contato entre grupos locais e os árabes recém-chegados, foram dando origem no Quênia e Tanzânia a uma civilização costeira, a cultura Swahili.

Com a expansão comercial e o aparecimento do Islão, esses núcleos islamizados da costa estruturaram-se em comunidades políticas como os chamados xecados e sultanatos. Foram estas populações islamizadas que vindas de Zanzibar, Kilwa e Ilhas Comores, chegavam à Ilha de Moçambique.

As comunicações terrestres entre África e o resto do mundo eram pontuais. Os portos alcançáveis aos navios à vela de alto mar eram a via necessária para o transporte de mercadorias e naturalmente para a divulgação de influências culturais. Os artigos destinados à exportação eram encaminhados às cidades e zonas costeiras, o que facilitava mais as relações entre os povos da costa, que entre estes e os povos do interior.

¹⁴ Fonte: Instituto Latino Americano de tradições Afro Bantu - <http://www.inzotumbansi.org/malunda/a-historia-do-povo-bantu>.

¹⁵ “sofala, é como centro de trocas, mencionado em pelo menos dois relatos: no de um marinheiro persa, Buzurg Ibn Shahiriaz, e no de um viajante árabe, AlMas’udi, que relata, em 943 da nossa era, que Bilad as Sufala (a terra de Sofala) estava dependente de Sayuna, um centro comercial provavelmente localizado no Zambeze”; Fonte: relatório de Arhus de 1982-1985, Ilha de Moçambique, secretaria de estado da cultura, Danmark, Arkitetskolen Arhus.

Os árabes foram pioneiros da navegação no oceano Índico, desde o século VIII estabeleceram relações com a costa moçambicana. A atividade do comércio nesta região fez aparecer as primeiras feitorias e entrepostos comerciais. Será neste contexto da expansão islâmica que os árabes assumiram o domínio do comércio marítimo entre o oriente e o ocidente.¹⁶ A Índia seria assim forçada a aceitar que os navegadores árabes passassem a ser os únicos intermediários das suas mercadorias. As especiarias e outras exportações próprias do oriente, não puderam durante séculos chegar aos mercados europeus, sem ser através dos árabes.¹⁷

O florescimento de certas cidades e portos do oceano Índico dependia da localização estratégica por onde passavam os produtos do oriente.

“Os negociantes indianos, alguns islamizados foram aparecendo nos portos de África oriental, estabelecendo um acordo estratégico com os árabes, deixando as ligações com o interior nas suas mãos e nas das populações islamizadas ou Swahili. A competição entre árabes e os indianos mas especialmente a concorrência marítima entre os árabes e os chineses são um sinal da importância da rota das especiarias e do comércio de produtos de luxo”¹⁸.

O proveito comercial dos Árabes, Indianos, Chineses e Indonésios, o sigilo que os orientais mantinham sobre os circuitos comerciais e a rota das especiarias associada ao mito da abundância e riquezas, despertaram o desejo e a cobiça dos ocidentais de penetrar naquele mundo, e de dominar as rotas como também controlar aquelas riquezas.

Foi assim que os portugueses, reunindo condições especiais ligadas ao desenvolvimento da burguesia e à prática da navegação avançaram para estes mares.

“ Todavia, não foi pela mão dos portugueses que a pequena Ilha entrou na História, mas pela dos árabes, que nela se instalaram quando iniciaram a sua tão famosa talassocracia índica que os celebrizou ao longo da costa oriental de África depois que partiram da Pérsia e da Arábia para a costa de África junto ao Mar Vermelho. Chegados a Quíloa, na Tanzânia, estenderam-se mais para sul e às ilhas vizinhas, fundando pequenas feitorias de comércio, aqui e acolá, que o tempo transformou em colónias

¹⁶ Fonseca, Pedro Q.2003. *As Origens da caravela portuguesa*. Porto: Chaves Ferreira, publicações, S.A.

¹⁷ Relatório de Arhus de 1982-1985, Ilha de Moçambique, secretaria de estado da cultura/Danmark, Arkitektskolen Arhus, p.10.

¹⁸ Id., *ibid.*, p.10.

prósperas e pacíficas que foram apanágio de uma burguesia aristocrática feito de alianças entre os homens árabes que geriam os negócios volantes, eram grossos mercadores, importavam e exportavam, e as filhas dos chefes locais africanos, gente de poderoso valimento social. A fusão de interesses, de raças e de línguas, ainda hoje é sensível nessa mancha Swahili que assinala toda a costa desde o Mar Vermelho ao Save, precisamente até à zona de Sofala, onde também se estabeleceram, criando uma cidade-estado que bem cedo se autonomizou, passando a constituir um pequeníssimo reino costeiro cuja vida assentava no comércio do ouro exportando o que vinha das minas do interior”¹⁹

Alexandre Lobato ainda nos diz que “A ilha de Moçambique não chegou a tanto como Sofala, porque era apenas uma escala, ou entreposto, na rota do ouro. Todo o seu valor residia no porto, no abrigo que dava à navegação, para norte, para sul ou para nordeste a caminho da Índia. Era mesmo um refúgio seguro, visto ser ilha, pois, dada a sua pequenez, não tinha água potável, e não era habitada por africanos, que se limitavam ao continente fronteiro. Com efeito, não sendo os africanos ainda navegadores – aprenderam-no com os árabes – não precisavam da Ilha para nada, e ainda nela não habitavam quando os portugueses chegaram em 1498”²⁰. A Ilha de Moçambique tornara-se numa colónia árabe, com uma povoação swahili de árabes e negros com o seu xeque e nobres negros. Continuando a ser frequentada por árabes brancos que prosseguiam o seu comércio já antigo com o Mar Vermelho, a Arábia, a Pérsia, a Índia e as ilhas do Indico.²¹

¹⁹ Saúte, Nelson e Sopa, António (1992).”*A Ilha de Moçambique pela voz dos poetas*”, p.170.

²⁰ Lobato, Alexandre, parte de um texto elaborado que teria sido apresentado ao Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere durante a sua visita a Moçambique em 1975.

²¹ Alexandre Lobato, in: Saúte, Nelson e Sopa, António (1992).”*A Ilha de Moçambique pela voz dos poetas*”, p.170.

2.1.2 A costa oriental africana e os portugueses

Foi o ouro, que atraiu os portugueses, a esta costa africana, fundamentalmente as minas de ouro de Sofala.

A viagem de Vasco da Gama veio esclarecer questões, que a viagem de Bartolomeu Dias não conseguiu clarificar plenamente, quanto à existência de uma passagem para o oceano Índico. D. João II destacou então um representante ao oriente num primeiro reconhecimento do mundo que despontava à navegação portuguesa. Esse mandatário do rei, Pêro da Covilhã terá viajado até Sofala (1489), arrastado pelo desejo de registar a sua passagem pelas famosas minas de ouro, donde segundo o costume, a rainha de Sabá²² extraíra as bíblicas riquezas. Na missiva do Cairo enviado ao rei, Pêro da Covilhã aconselhava, os navios portugueses, uma vez entrados no Índico, rumassem a Madagáscar ou em alternativa, a Sofala, de forma as rotas se tornassem mais seguras para alcançar a Índia.

Simultaneamente, D. João II enviou Bartolomeu Dias descobrir a passagem marítima do Atlântico para o Índico, contornando o continente africano. O feito não foi no entanto satisfatório para agradar o desejo do monarca português: a confirmação inequívoca da ligação marítima entre os dois oceanos. O navegador cingiu-se a reconhecer um troço da costa oriental de África que se desviava ligeiramente para nordeste.

A incerteza sobre a existência de passagem para o Indico, após a viagem de Bartolomeu Dias, é validada pela cartografia.

²² “A rainha de Sabá, de acordo com a Torá e o Velho Testamento, a rainha da terra de Sabá (cujo nome não é mencionado) teria ouvido sobre a grande sabedoria do rei Salomão de Israel, e viajado até ele com presentes de especiarias, ouro, pedras preciosas, e belas madeiras, pretendendo testá-lo com suas perguntas, como está registrado no Primeiro Livro de Reis (10:1-13) (relato copiado posteriormente no Segundo Livro de Crônicas, 9:1-12). O relato prossegue apontando a rainha como maravilhada pela grande sabedoria e riqueza do rei Salomão, e pronunciando uma bênção sobre a divindade do rei. Salomão respondeu, por sua vez, com presentes e "tudo o que ela desejou", após o qual a rainha retornou ao seu país. Aparentemente, a rainha de Sabá seria muito rica, já que ela teria trazido 4 toneladas e meia consigo para presentear ao rei Salomão (I Reis, 10:10).” Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Rainha_de_Sab%C3%A1; (03-01-2012).



Figura 2 | Mapa Mundi de Henrique Martellus, 1489.²³

O mapa-múndi de Henrique Martellus, (1489) aponta a costa africana alongando-se quase até ao paralelo 33, deixando a possibilidade de ela se estender indefinidamente para leste. Não se desmentia, assim a conceito herdado da antiguidade, segundo o qual o Indico e o Atlântico poderiam ser vastos mares fechados.

Vasco da Gama²⁴ assim não abordou logo Sofala, mas Quelimane, no delta de Zambeze e atingiu a ilha de Moçambique.

²³Fonte: <http://www2.crb.ucp.pt/historia/abcd%C3%A1rio/martellus/MAPA%20MUNDO.htm>; (02-01-2012).

²⁴ “Quando Vasco da Gama chegou, em 1498, a Ilha de Moçambique tornara-se uma povoação swahili de árabes e negros com seu xeque, subordinado ao sultão de Zanzibar e continuava a ser frequentada por árabes que prosseguiam o seu comércio de séculos com o Mar Vermelho, a Pérsia, a Índia e as ilhas do Índico. A ilha de Moçambique ganhou uma importância estratégica como escala de navegação da carreira da Índia que ligava Lisboa a Goa, tornando-se um dos pontos de encontro das embarcações eventualmente desgarradas na viagem de ida, assim como porto de ancoragem das que eventualmente se atrasassem e perdessem a monção. Onde na Ilha é hoje o Palácio dos Capitães-Generais, fizeram os portugueses a Torre de São Gabriel no ano de 1507, data em que ocuparam a Ilha, construindo a pequena fortificação que tinha 15 homens a proteger a feitoria nela instalada”; Fonte: wikipédia, http://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_de_Mo%C3%A7ambique; 22/03/2012.

A Ilha não estabelecia um interesse particular aos portugueses, mas desde logo se revelou um porto seguro para as naus, que chegando atrasadas perdiam a monção que as levava à Índia, sendo obrigadas a retorcer e invernarem assim na costa africana.

Moçambique torna-se num lugar de escala quase imposta da ligação à Índia. Procurado por navios indianos e muçulmanos, que carregados com têxteis, habitualmente cobriam 900 léguas que separavam aquele ancoradouro da Índia, regressando com marfim e ouro africanos.

Pedro Alvares Cabral reparou ali as naus da armada após os seus contatos com África oriental e das relações estabelecidas com as diferentes cidades do oriente.

Vasco da Gama, na segunda viagem à Índia (1502) armou na Ilha de Moçambique uma caravela que transportara desmontada do reino, ali criou um armazém temporário de mantimentos, que por vezes surge referenciado na documentação como “feitorias”, guardado por uma dezena de homens. Será com estas despreziosas e básicas ocupações que a Ilha de Moçambique se abre à ocupação portuguesa.²⁵

A importância, destes momentos desde logo assumiu nas ligações marítimas dos portugueses, uma transposição na cartografia da época. O planisfério de Cantino (1502) consiste numa das mais antigas cartas náuticas que representava o resultado das viagens dos descobrimentos marítimos portugueses, onde já era assinalado a Ilha de Moçambique e os dois Ilhéus vizinhos.

²⁵ Manuel Lobato, 1996. “*A Ilha de Moçambique antes de 1800*”, algumas notas sobre a história e o património de uma capital colonial, Oceanos - Ilha de Todos, p. 11.



Figura 3 | Planisfério de Cantino, 1502.²⁶

Moçambique tornou-se, para os portugueses uma “antecâmara do oriente”.²⁷ Para norte do arquipélago de Bazaruto²⁸, a vasta costa era ocupada por população swahili, isto é crioulos que seriam a fusão da mestiçagem de imigrantes persas e árabes com nativos de bantu. Habitavam em povoados de pequenas dimensões localizadas na orla marítima e tendencialmente em ilhas próximas da costa. A insalubridade era algo que marcava estes locais, o que ajudava a proteger das investidas das populações africanas. Certas aldeias de marinheiros e mercadores swahili aumentaram, entre os séculos XI e XV até se converterem em centros urbanos com algum destaque como com as cidades de Melinde, Mombaça e Quíloa.

²⁶ Modena, Itália, Biblioteca Estense Universitária.

Fonte: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/html/273/27312362006/27312362006.htm>; (04-01-2012).

²⁷ LOBATO, Alexandre. 1945. *A Ilha de Moçambique (Monografia)*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, Documentário trimestral, XI,42 (1945), p.14.

²⁸ “Moçambique tem 2500 Km de costa banhada pelo Oceano Índico. O arquipélago de Bazaruto fica sensivelmente a 600 Km de Maputo, a Sul da Beira e em frente a Inhassoro e Vilankulo, sendo constituído por várias ilhas arenosas, de dimensão variada”, Fonte: <http://km-stressnet.blogspot.pt/2007/08/moambique-arqiplago-de-bazaruto.html>;22/03/2012.

As ligações entre os portugueses e muçulmanos foram desde o princípio tumultuosas. Em Moçambique o mundo muçulmano mercantil que já dominava o oceano Índico mostrava resistência em assistir à chegada de novos pretendentes. O Xeque Al-Alui personalidade pouco amigável, da Ilha de Moçambique, e mais tarde as próprias autoridades de Mombaça, foram forçados a condescender com Vasco da Gama, enquanto o rei de Melinde mostrou-se interessado na aproximação com os portugueses. Vasco da Gama, na segunda passagem pela Ilha de Moçambique (1502), estabeleceu uma aliança com o novo Xeque de Moçambique, Muhammad Al-Alui, filho do Xeque anterior que o recebera hostilmente na sua primeira visita (1498).²⁹

Os navios asiáticos procuravam o porto de Moçambique, como direção ou escala de apoio técnico em ligação aos portos mais a sul, como Angoche e Sofala. Os portugueses, que viviam em Sofala desde 1505, deram seguimento às carreiras entre a Índia e a esses portos. As ligações diretas entre Sofala e a costa ocidental da Índia marcaram os primeiros anos da presença portuguesa na costa oriental africana, mas não se mantiveram por muito tempo. Sofala afirmou-se pouco atraente ao nível comercial, e as ligações diretas com a Índia foram escasseando cada vez mais. A Ilha de Moçambique acabou por canalizar essas ligações, diferenciada pelo seu posicionamento como escala da “carreira da Índia” e pelas relações privilegiadas com os portos da Índia portuguesa até ao século XIX.

De acordo com as ordens de Lisboa, as naus da “carreira da Índia” não deviam prolongar-se na Ilha de Moçambique mais do que a duração indispensável para fazer aguada³⁰ e abastecer-se de mantimentos e de lenha. A presença dos portugueses na Ilha era permanente, aguardavam pela monção, restabeleciam-se da longa travessia, realizavam reparações às naus, como descarregavam e armazenavam mercadorias e mantimentos.³¹

²⁹ João de Barros, *Da Ásia*, Dec. I, liv. VI, cap. III.

³⁰ BARROS, João. “Dos feitos, que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos Mares e Terras do Oriente”. Década Quarta, parte primeira. Lisboa 1777. Régia oficina typográfica.

³¹ “Partindo do Tejo em janeiro ou fevereiro, as naus, deveriam dobrar o cabo da Boa Esperança antes do final de maio, porque se o fizessem depois era-lhes impossível forçar as correntes do canal de Moçambique, vendo-se obrigadas a passar por fora de Madagáscar, contornando a costa oriental. Neste caso não escalavam a Ilha de Moçambique. Nos primeiros anos de navegação para a Índia a maioria dos regimentos das armadas apontam a Ilha como escala obrigatória.” Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 1996. *Oceanos: Ilha de todos - Ilha de Moçambique*. Revista 25. Lisboa: CNCDP. p. 13.

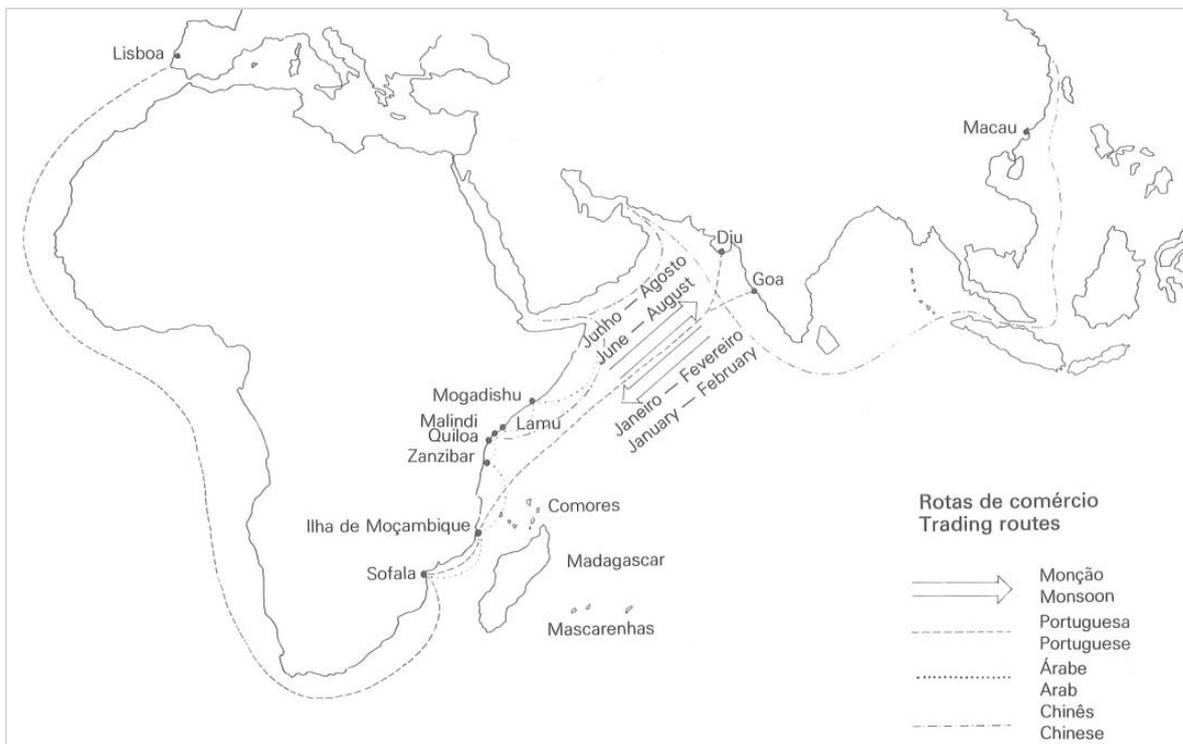


Figura 4 | Rotas de comércio: portugueses, árabes e chineses³²

A limitação da monção levou os capitães Vasco Gomes de Abreu e Duarte de Melo a seguirem o conselho de Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia, “de que fossem erguidos em Moçambique edifícios onde se pudessem acomodar durante a monção”³³. Em 1508, aparece a primeira fortificação portuguesa na Ilha de Moçambique, o “Forte de São Gabriel”. A construção foi realizada num curto espaço de tempo, sem qualquer tipo de planeamento, servindo de feitoria e de apoio às armadas da Índia que ali se fixavam durante o inverno.

O forte de São Gabriel era uma torre com apenas três andares rodeado por uma cerca³⁴. A sua função era o de servir de armazém e de alojamento aos fidalgos que, embarcados nas naus da Índia, procuravam aquele porto para abrigo, não dependia de uma construção de defesa. Até porque, “o poderio dos arábigo-Swahili”, antigos senhores da costa africana, fora derrubado, razão do desmantelamento da fortaleza de Quíloa, por se

³² Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p. 11.

³³ Manuel Lobato, 1996. “A Ilha de Moçambique antes de 1800”, algumas notas sobre a história e o património de uma capital colonial, Oceanos - Ilha de Todos, p. 13.

³⁴ Manuel Lobato, 1996. “A Ilha de Moçambique antes de 1800”, algumas notas sobre a história e o património de uma capital colonial, Oceanos - Ilha de Todos, p. 13.

mostrar inútil poucos anos passados da sua construção, e a Ilha de Moçambique oferecia defesa suficiente contra qualquer incursão das populações africanas.

O velho forte de São Gabriel passaria a ser conhecido por “torre velha” e seria desativado, ainda no século XVI, depois da construção da fortaleza de São Sebastião.³⁵

A Ilha de Moçambique servia de plataforma a uma “armada de remo” que vigiava a costa entre Sofala, ao sul, e Melinde ao norte. No início da fixação dos portugueses na Ilha de Moçambique, contaram com o apoio do “alcaide” local chamado Ibrahim Ibn, figura influente, que consagrou importantes serviços aos portugueses, fornecendo-lhes esclarecimentos sobre a costa Swahili. Exerceu um papel relevante na mobilização da mão-de-obra necessária às obras da torre, reparações das naus e no resgate de mantimentos.³⁶

O comércio dos mercadores muçulmanos em Moçambique continuava florescente, em contraponto com Sofala. Navios com tecidos continuavam a ancorar na Ilha onde parte da carga era negociada, seguindo a restante para Angoche e outras direções.

O número de mercadores Swahili e asiáticos residentes na Ilha de Moçambique diminuiu após os portugueses se instalarem ali.

Após os primeiros contatos (1598), os principais mercadores muçulmanos eram “mouros brancos” oriundos de Áden e de Ormuz. Os naturais que continuaram na Ilha pertenciam a uma camada inferior da população, que se dedicavam a trabalhos mais manuais e não ao comércio.³⁷

Os mercadores, que viviam na Ilha de Moçambique nunca foram em grande número. O comércio na costa não dependia do número de agentes mercantis, nem do volume de tráfego comercial. O consumo de mercadoria importada era algo que afetava a sociedade bantu, fazendo com que a excessiva concorrência arruinasse o comércio. Esta particularidade permaneceu até à altura do tráfico de escravos, que passou a ser efetuado em grande escala nos séculos XVIII e XIX.

³⁵ Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 1996. *Oceanos: Ilha de todos - Ilha de Moçambique*. Revista 25. Lisboa: CNCDP. p. 14.

³⁶ “Sumário de uma carta de Pêro Vaz da Horta para El-Rei”, 1507 – documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África central, 9 vol. Lisboa, 1962-1988, vol.I, p.178.

³⁷ “Carta de Duarte Lemos para El-Rei”, Moçambique, 1508, p.296.

A expansão dos povos maraves³⁸, desde o século XV, atingiu o litoral sob a orientação do “Caronga” Muzura, a quem os portugueses designavam por “imperador”. Estes povos eram guiados por um só chefe, que criou condições para a formação de uma rota terrestre ligando as regiões situadas ao sul do Lago Niassa ao Mossuril e outros entrepostos Swahili situados na costa.

A própria ilha de Moçambique floresceu com esta situação, e os portugueses estabelecidos na Ilha, lucraram do comércio de marfim e de escravos que ali chegavam do mais profundo interior africano através do poder do Caronga. Circunstância que veio alterar-se com novos movimentos migratórios de povos denominados por Azimbas³⁹. Estas gentes agitaram a faixa costeira até Quíloa, como enfraqueceram o dito império marave levando-o à sua desagregação.

No século XVII e nos seguintes, os mercadores Yao (etnia mujaus ou ajauas) persistiram no comércio entre o Lago Niassa ao Mossuril. De início apenas transacionavam marfim com os moradores da Ilha de Moçambique; mas no século XVIII a procura de escravos nos mercados do Indico e das Américas envolveu-os igualmente neste tráfico. Na Ilha de Moçambique chegou a criar-se uma Sociedade dos Mujaus que reunia os moradores com os Yao. Em determinadas alturas do ano, deslocavam-se à feira dos Mujaus, no interior do Mossuril, onde pagavam o marfim e os escravos por panos e contas de vidro da Índia, mais tarde por armas e pólvora, e após a abolição do tráfico de escravos, por bebidas alcoólicas e artigos manufaturados.⁴⁰

³⁸ “Os estados Marave foram um conjunto de pequenos reinos formados na margem norte do rio Zambeze e que se tornaram importantes na história da penetração portuguesa nesta região. A origem do nome é desconhecida, mas aparece em textos antigos (séculos XVII e XVIII) e ainda hoje está associada ao de um distrito da província de Tete, a Marávia. O nome foi utilizado com referência à fixação nesta região, entre 1200 e 1400, de um povo, cujo clã dominante, se tornou, por alianças com as linhagens dominantes locais, o clã dominante.”; wikipédia, 29/02/2012.

³⁹ Lobato, Manuel; “A Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos N°25.

⁴⁰ Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 1996. *Oceanos: Ilha de todos - Ilha de Moçambique*. Revista 25. Lisboa: CNCDP. p. 14.

2.2 A Ilha de Moçambique no século XVI e a sua reconstrução no século XVII.

2.2.1 A Ilha de Moçambique no século XVI

Segundo Manuel Lobato⁴¹, no arranque do século XVI, os portugueses na busca de dominar a navegação e criar um monopólio sobre o comércio do oriente, apresavam os navios de mercadores muçulmanos. A resposta muçulmana à crescente supremacia portuguesa ajudou indubitavelmente para activar as transformações que se fizeram na navegação, no comércio e na geografia política do oceano Indico. Enquanto uns portos se desmoronavam outros renasciam. Os portos da costa oriental africana, sentiram forte declínio durante os séculos XVI e XVII, salvo aqueles em que os portugueses se fixaram, o exemplo da Ilha de Moçambique, ou outros que ficaram sob a sua protecção, como Melinde e depois Mombaça. Mas se por um lado deparávamos com o enfraquecimento das cidades costeiras, fruto de um declínio do mundo árabe e da própria Índia, diferentes núcleos ergueram-se entre a vigilância portuguesa, resultado de uma reforma do tráfico Swahili. Tal como no arquipélago de Angoche, formado por ilhas e vários ilhéus que se alongavam entre a Ilha de Moçambique e o delta do Zambeze, floresceu um verdadeiro sultanato mercantil em vez do anterior xecado. Foi a resposta dos mouros à ocupação portuguesa da Ilha de Moçambique e de Sofala. Bem relacionados com os sertões, os mouros de Angoche encontravam-se melhor localizados quanto ao comércio dos rios de Cuama.

O grande Zambeze era o caminho de penetração comercial no interior, onde se escoava o ouro do Monomotapa⁴², bem como consideráveis quantidades de marfim e um

⁴¹ Manuel Lobato, 1996. “*A Ilha de Moçambique antes de 1800*”, algumas notas sobre a história e o património de uma capital colonial, Oceanos - Ilha de Todos, p. 14.

⁴² Nome de um grande império que, muito antes da chegada dos portugueses, ocupava a região do actual Zimbabué e que estendia as suas relações até às costas de Sofala e de Moçambique. Com o desenvolvimento do comércio costeiro, a população autóctone começou a explorar os depósitos de cobre e de ouro da região. A exploração mineira tornou-se, assim, a sua principal actividade económica. A importância do ouro do Monomotapa no comércio da costa oriental africana constituiu, durante século XII, um factor primordial para a fixação de mercadores árabes oriundos da região do Golfo Pérsico. Depois, no dealbar do século XVI, foi o mesmo ouro que levou os portugueses para as terras de Sofala e de Moçambique. Fonte: http://www2.crb.ucp.pt/historia/abcded%C3%A1rio/MO%C3%87AMBIQUE/reino_do_monomotapa.htm; 04/03/2012.

número indeterminado de escravos. Os mouros encontravam-se estabelecidos em localidades no delta, como nos antigos entrepostos de Sena e Tete. Angoche atraiu mercadores de Patê, Mombaça e Melinde, que ali se estabeleceram ajudando para um significativo peso mercantil do sultanato.

Os portugueses atacaram Angoche em 1511⁴³, seguindo-se-lhe as ilhas Querimbas e o xecado de Quintagonha, localizado na proximidade da Ilha de Moçambique que foi pilhado. Diante a falência de Sofala, perdida em 1527, e possivelmente por causa dela, a Ilha de Moçambique elevou-se como entreposto comercial de destaque e centro administrativo, além de porto de escala da chamada carreira da Índia.

*“Por aqui passavam os tecidos indianos e as contas que a “nau do trato” trazia cada ano, a que se chamava “carreira” ou “viagem” de Moçambique. Daqui partiam também, os pequenos navios de cabotagem com destino a Quelimane, portos onde os portugueses se estabeleceram cerca de 1541. Além do tráfico de Zambeze, outros destinos eram abastecidos a partir de Moçambique, como as ilhas Querimbas, Sofala, Cabo das correntes, Inhambane, e a baía Lourenço Marques, que os portugueses passaram a frequentar em 1544. Mais para norte, o comércio, sobretudo marfim, entre interior e a costa permaneceu totalmente nas mãos de mercadores Swahili, ao mesmo tempo que os mercadores guzerates conseguiam conservar uma parcela importante do trato entre esta costa e a Índia. Ao sul do Cabo Delgado, porém as ligações com a Índia caíram em mãos portuguesas. Empreendendo o cerco final a Angoche, as autoridades portuguesas tentaram arruinar o comércio que dali se fazia para o Zambeze, ao embargarem a navegação entre Melinde e a costa de Moçambique, proibição que começou a ser observada na década de 1570.”*⁴⁴

Neste período foi destruída a antiga povoação muçulmana na Ilha de Moçambique, os jesuítas que passavam pela Ilha de Moçambique deixaram descrições de um território onde a ganância do ouro e do marfim reinavam, paralelamente a sociedade muçulmana resistia num contexto de muita dificuldade. A convivência entre cristãos e mouros continuara difícil, acabando com a demolição da mesquita local. Segundo Manuel Lobato destruição esta, fruto de um *“frade franciscano, ciumento do maior número de muçulmanos que a frequentava, a mandou demolir, o que suscitou a reação dos mouros*

⁴³ Lobato, Manuel; “A Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos N°25.

⁴⁴ Lobato, Manuel; 1945. “A Ilha de Moçambique antes de 1800” revista Oceanos N°25, p.16.

que queimaram as cruces e causaram danos na fortaleza”. Em 1575, segundo o Padre Francisco de Monclaro, da povoação muçulmana, estabelecida no extremo da Ilha oposto à fortaleza, apenas restavam ruínas.

A Ilha assentava em duas povoações ou bairros, a área dos portugueses e a zona mourisca. “A povoação portuguesa organizou-se, no século XVI, `volta da Torre Velha, situando-se a dos árabes ou mouros no sítio do celeiro. O fosso religioso que na época separava os homens obrigava-os a terem bairros diferentes, cada qual com seus templos privados.”⁴⁵ Esta organização da Ilha perdurou ao longo do tempo.

Por vezes é referenciado que esta circunstância seria uma antecipação do “moderno urbanismo colonial”, com os bairros para brancos e para indígenas.⁴⁶ Segundo vários testemunhos, este era o ensaio que os portugueses importavam do reino, no qual os grupos minoritários de judeus e mouros viviam fisicamente independentes nas judiarias e mourarias, bairros onde eram obrigados a residir.

Este era um modelo que os portugueses converteram nos seus domínios como na Ilha de Moçambique pela primeira vez e posteriormente, nas cidades e fortalezas do oriente. No final do século XVI, aplicaram também em Mombaça, onde surgiu uma cidade portuguesa diferente do modelo habitual da aldeia Swahili.⁴⁷

A divisão entre distintas comunidades era frequente nas cidades portuárias do Oceano-Índico e do Extremo-oriental. A pequena localidade que os portugueses erigiram durante o século XVI, destruída pelos holandeses em 1607 era “ *de casas de alvenaria cobertas de macute, pois não havia telha*”.⁴⁸ Foram destruídos também a ermida e fortaleza de São Gabriel, a Igreja do Espírito Santo e o convento de São Domingos. Reedificada no século XVII, a nova povoação manteve o cunho e traçado, as casas menos distantes, cobertas de fibra vegetal conforme as casas africanas, costumes que se conservavam no final do século XVIII.

A casa típica era coberta por um terraço, “*os característicos terrados da Ilha que lhe confere um aspeto arabizante, apresenta semelhança com os terraços de Diu e doutras*

⁴⁵ Alexandre Lobato, “Ilha de Moçambique”(monografia), p.69.

⁴⁶ Lobato, Manuel; 1945.”A Ilha de Moçambique antes de 1800” revista Oceanos Nº25, p.16.

⁴⁷ G.P.S. Freeman Grenville, “*some aspects of portuguese-Swahili realations, 1498-1698*” L’Histoire à Nice, actes do colloque international 1980, (Nice, 1983) p. 8, 9 e 14.

⁴⁸ A. Lobato “A Ilha de Moçambique”, p.69.

*praças portuguesas da antiga “província do norte”, como Damão, que têm em toda a parte a mesma função de permitir o aproveitamento das águas pluviais”*⁴⁹.

Dentro do conjunto de edifícios mais antigos, subsistiram algumas casas apalaçadas que conduzem à primeira etapa de reconstrução após a destruição holandesa. O velho bairro mourisco passaria assim ao bairro onde viveriam os escravos e as gentes africanas - o “bairro indígena” localizado numa ponta da Ilha.⁵⁰

No final do século XVI arrancou a reedificação do hospital que operava desde a ocupação portuguesa. A insalubridade da Ilha, associada à carência de apoio hospitalar, acarretava alta mortalidade dentro dos quais os homens das armadas da Índia que alcançavam Moçambique. Segundo Manuel Lobato, a grande lacuna na área da alimentação nos soldados e marinheiros, de poucas posses, agravava ainda mais esta situação. Um exemplo foi a armada de 1561, do vice-Rei D. Francisco Coutinho, que quando aportou em Moçambique com apenas um doente partiu para a Índia com duzentos, após uma permanência de um Mês.⁵¹ Grande parte dos doentes chegavam a Moçambique para uma morte certa, doenças contraídas na viagem, a falta de higiene a bordo, seriam as verdadeiras causas, mais do que a carência de alimentos frescos e dos flagelos da própria viagem. Dai a urgência e necessidade de um hospital na Ilha de Moçambique. Sinal que destacava-se no velho cemitério dos portugueses da Ilha de Moçambique, na falta de espaço para o número de mortes.

Já para o final do século XVI, a figura de capitão da praça alcançou um estatuto de governador. O cargo de capitão de Moçambique “*ficaria entre as dez primeiras sinecuras do Mundo*”.⁵² Convertera-se no mais prestigiado que o rei de Portugal podia distinguir a um fidalgo, a título de gratidão por préstimos dispensados, em todo o espaço ultramarino português. O capitão ficava ausente durante grandes temporadas, dedicando-se entre matérias militares e mercantis na Zambézia. Assim sendo, no século XVII, a praça de Moçambique acabou a ser gerida pelos moradores da Ilha reunidos em torno da Misericórdia local.

⁴⁹ A. Lobato “A Ilha de Moçambique”, p.32.

⁵⁰ Manuel Lobato “Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos, p.16.

⁵¹ Id, ibid., p.16.

⁵² Alexandre Lobato “Prefácio”, Rui Knopfli, A Ilha do Prospero,

O exclusivo do comércio do vale de Zambeze seria a partir de 1596, arrendado aos capitães conforme o pagamento de determinado montante. A renda criada em benefício dos capitães assinalou o êxito dos seus proveitos contra os dos habitantes de Moçambique e do vale do Zambeze. Segundo Manuel Lobato “*a conflitualidade entre capitães e moradores tomou por vezes uma feição violenta, conduzindo à introdução de cláusulas no contrato de arrendamento ao capitão que visavam a proteção do livre comércio dos moradores de Moçambique com a Índia, com o sertão adjacente ou Macuana, a costa de Melinde, Madagáscar e Comores. Os moradores viram a sua situação melhorar um pouco depois de terem tomado parte na defesa de Moçambique, durante os cercos postos pelos holandeses no início do século XVII, em que desempenharam um papel decisivo*”⁵³. Este é um período de expansão dos portugueses na costa oriental africana e no vale do Zambeze, por acção da coroa, interessada em maior obediência dos portos Swahili, empenho que se concretiza no arranque da construção da fortaleza de Mombaça em 1593, como nos particulares criativos na Zambézia. Exemplo seria o plano de construção de uma fortaleza nos Comores que, criado naturalmente na Ilha de Moçambique em 1570, sem interferência do poder central e mesmo contra as suas disposições, mostra o anseio dos residentes de Moçambique se estabelecerem nas linhas comerciais de que os mercadores muçulmanos de Quíloa ainda eram portadores.⁵⁴

Este dinamismo dos privados de Moçambique, sendo uma manifestação local, seria um acontecimento frequente a todo o estado português da Índia, expresso pelo desapego da coroa em contraponto ao Brasil, relacionada com o início do trato de marfim na baía de Lourenço Marques e com “*a expansão comercial na Zambézia e o início da penetração comercial no interior Monomotapa e Abutua, o que naturalmente valorizou a Ilha como centro distribuidor e engendrou a criação de uma burguesia local rica e ativa, burguesia que por um lado se expandiu para o continente fronteiro onde se estabeleceu as suas casas senhoriais de negócio com o mato, e por outro criou a sua rede de viagens aos portos costeiros e às ilhas próximas, incluindo Madagáscar.*”⁵⁵

Desde finais do século XVI, a costa de Melinde, sustentando relações próximas com Moçambique, particularmente comerciais, alargava-se a sul até ao Cabo Delgado,

⁵³ Manuel Lobato “Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos, p.16.

⁵⁴ Padre Francisco de Monclaro, S. J. “*relação da viagem que fizeram os padres da C^a de Jesus com Francisco Barreto na conquista do Monomotapa no ano de 1559*”, DSPM, VIII, p. 340.

⁵⁵ A. Lobato “*Ilha de Moçambique*” p.70.

formando a jurisdição do capitão de Mombaça, autónomo de Moçambique e sujeita a Goa⁵⁶.

Portugueses, swahilis, e indianos, estabelecidos nas ilhas Querimbas, desfrutavam do comércio com o continente fronteiro tanto para norte como para sul de Cabo Delgado. Os portugueses obtinham aos swahilis, arroz, âmbar, marfim e panos, que ali produziam. Estes produtos das Querimbas chegavam à Ilha de Moçambique onde eram consumidos localmente e o excedente seguiria para a Índia⁵⁷.

A Ilha de Moçambique seria conjuntamente, o final e a encruzilhada por onde diversas rotas marítimas se relacionavam. A sua infertilidade, fruto da falta de água e de espaço, simplesmente possibilitava a subsistência de certos palmares e acanhadas hortas. Dai a sua população se munir de mantimentos em zonas vizinhas. De Madagáscar chegava milho, arroz e carne, existindo uma ligação anual entre as duas ilhas. O sândalo, os escravos e alguns tecidos de fabrico de Madagáscar despertaram também a atenção dos locais da Ilha⁵⁸. De Patê vinham têxteis e mantimentos. Alguns dos mantimentos para a praça de Moçambique chegavam a vir de origens distantes como Ormuz, Goa e Lisboa.

Da Ilha de Moçambique os portugueses também se relacionavam com as Seychelles e as Mascarenhas, após os franceses se estabelecerem nestas ilhas, onde estes comercializavam com os portos portugueses da Índia⁵⁹.

A costa entre a Ilha de Moçambique e a foz do Zambeze era seguida pelos mercadores da Ilha que ocuparam este mercado entre os séculos XVI e XVII, com reserva dos chamados “resgates de Angoxe”⁶⁰, regalias e receitas para os feitores de Moçambique. Marfim e mantimentos chegavam destes lugares para a Ilha, além de escravos, tartaruga e âmbar. Este comércio no século XVII encontrava-se praticamente inativo. Mesmo as Cabeceiras, defronte da Ilha de Moçambique, que apoiaram um importante comércio de víveres “dando refresco de carnes, e verduras, a armadas inteiras do Reino”, encontrava-se inativo na segunda metade do século XVII⁶¹.

⁵⁶ “C^a de Vasco Fernandes Homem para Luís da Silva”, Sena, 1575. DSPM, VIII, p.450.

⁵⁷ Manuel Barreto, “Informação do Estado e conquista dos rios de Cuama”, 1667, RSEA, III, p. 437.

⁵⁸ Fr. João dos Santos, “*Ethiopia Oriental*”, I, p.284-7 e 333.

⁵⁹ António Gomes, “Viagem”, p. 158 – 9; Anónimo; “Moçambique”, 1688, RSEA, IV, p. 440.

⁶⁰ Manuel Lobato “Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos, p.18.

⁶¹ Monclaro, “*Relação*”, DSPM, VIII, pag.358; Barreto, “*Informação*”, p. 437; “*Representação dos feitores providos na capitania de Moçambique*”, 1625.

No continente fronteiriço à Ilha de Moçambique, no século XVII, os residentes comerciavam marfim e mantimentos, com o reino do Muzura, (rei marave) que acorrentou de certo modo a povo macua do litoral tendo resultado a denominação de “Macuana” a esta ampla província que cobria o interior do litoral confinante à Ilha de Moçambique. Constituía o principal mercado abastecedor de milho, arroz, legumes e carne, aos habitantes de Moçambique. Segundo Diogo do Couto, *as guerras dos anos de 1580 mergulharam a praça portuguesa numa grave crise de subsistências de que depressa recuperou*. Mas em Fr. João dos Santos, que escreveu por volta de 1600, *ainda há ecos dos efeitos negativos para o comércio decorrentes das perturbações que se seguiram ao expansionismo marave*, dando a pensar que devido à instabilidade política o comércio com os macuas achava-se muito contraído nos fins do século XVI. O comércio a partir do litoral para o interior do reino do Muzura era especialmente realizado por cristãos cativos, por casados e soldados de Moçambique⁶². Algumas das mercadorias introduzidas aí acabavam por chegar ao Vale do Zambeze pela rota da Macuana, formada pela expansão territorial do Estado Marave, competindo com a de Quelimane e Sena, sendo do domínio dos capitães. Esta disputa encarada como contrabando gerou disputas entre os capitães de Moçambique e os residentes da praça.⁶³

A Coroa atendendo às divergências, garantiu entrada na rota Macuana dado aqueles habitantes não terem possibilidade de obterem alternativas rentáveis. A partir da segunda metade do século XVII, por “contrato da Macuana” surge a tentativa de se designar os resgates que ficavam fora do monopólio dos capitães. Da Ilha de Moçambique para sul os habitantes seriam banidos dos tratos a favor do feitor de Angoche⁶⁴. A ampliação do regime monopolista conduziu ao declínio Angoche, onde comércio, justificava em finais do século XVI, as duas viagens anuais a partir de Moçambique.

Ao cabo das Correntes era encaminhado anualmente de Moçambique um navio. Dai e da costa de Sofala afluíam, no século XVI, grande número de marfim, âmbar e aljôfar⁶⁵, além de mantimentos, como milho, arroz e carne. A sul do cabo das Correntes o

⁶² Diogo do Couto, “*Da Ásia*” Dec.X, livro VI, cap.XIV; Fr. João dos Santos”*Ethiopia Oriental*”, I, p. 259-60.

⁶³ Manuel Lobato ”Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos, p.18.

⁶⁴ A. Rita Ferreira, “*Fixação portuguesa*”p. 121; Barreto, *Informação*, p. 437-8.

⁶⁵ Pérola pequena, Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/alj%C3%B4far/>;04/03/2012.

capitão de Moçambique enviava um navio anualmente realizar um resgate ao “Rio de Lourenço Marques”⁶⁶.

Simultaneamente com Inhambane estabeleciam um mercado prometedora, que o capitão D. Nuno Álvares Pereira pretendeu sem resultados, alcançar da coroa, sob a forma de capitania sucessória independente de Moçambique, no momento em que pesava sobre holandeses e ingleses a desconfiança de estarem a cobiçar estas regiões. Só em 1686 os ingleses se estabeleceram no cabo das Correntes, segundo Manuel Lobato nesse ano cinco navios britânicos impediram o habitual resgate por conta do capitão de Moçambique. Os portugueses desprezaram um mercado que Barreto Resende havia referenciado como rico em ouro e marfim, além de âmbar e mantimentos que dali traziam em finais do século XVI. Assim os ingleses estimulavam o comércio entre a costa e o sertão. O afastamento que os portugueses conferiram à costa sul de Lourenço Marques, facultou que, no último quartel do século XVII, a informação geográfica se tivesse perdido, necessitando o seu “*redescobrimiento até ao cabo da Boa Esperança*”⁶⁷.

Na Ilha de Moçambique, o forte de São Gabriel exerceu o seu papel aproximadamente até 1538, altura em que segundo Manuel Lobato, *o sultão do Guzerate celebrou um acordo com a Sublime Porta visando a recuperação de Diu, já então na posse dos portugueses*⁶⁸. Este desvio na orientação dos fatos criou alguma instabilidade na situação portuguesa no Indico ocidental, onde se destaca Moçambique. Surge o relato de galeras turcas a avançarem até Melinde auxiliando as localidades desesperadas Swahili. Mombaça insurgiu-se contra a proteção portuguesa e a instabilidade apoderou-se.

Neste contexto e com o desenvolvimento da artilharia, o forte de São Gabriel torna-se ineficaz para uma possível investida da parte dos turcos. João de Sepúlveda, capitão-mor da costa de Melinde, aconselhou a edificação de uma fortaleza de forma a garantir a defesa deste posicionamento da Ilha de Moçambique. Em simultâneo havia muitos interesses privados que florescia fora das estruturas oficiais em Moçambique.

D. João de Castro⁶⁹, de passagem pela Ilha de Moçambique, em 1545, escrevia ao rei: “*desta fortaleza não deve V.A. de fazer nenhum fundamento que se pode guardar como aguora esta, nem pera a mamdar fortificar, asy por ser muyto pequena como por estar no*

⁶⁶ Manuel Lobato “Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos, p.18.

⁶⁷ *Oceanos: Ilha de todos - Ilha de Moçambique*. Revista 25. Lisboa: CNCDP. p. 18.

⁶⁸ Manuel Lobato “Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos, p.18.

⁶⁹ D. João de Castro-futuro governador e vice-rei da Índia.

majs roym sytyo de toda a ilha, e a despesa que se nela fizer per estes dous respeitos sera botada a lomje, porque he em sy tam pequena que com mais verdade se poderá chamar bastião ou baluarte que castelo e fortaleza”⁷⁰

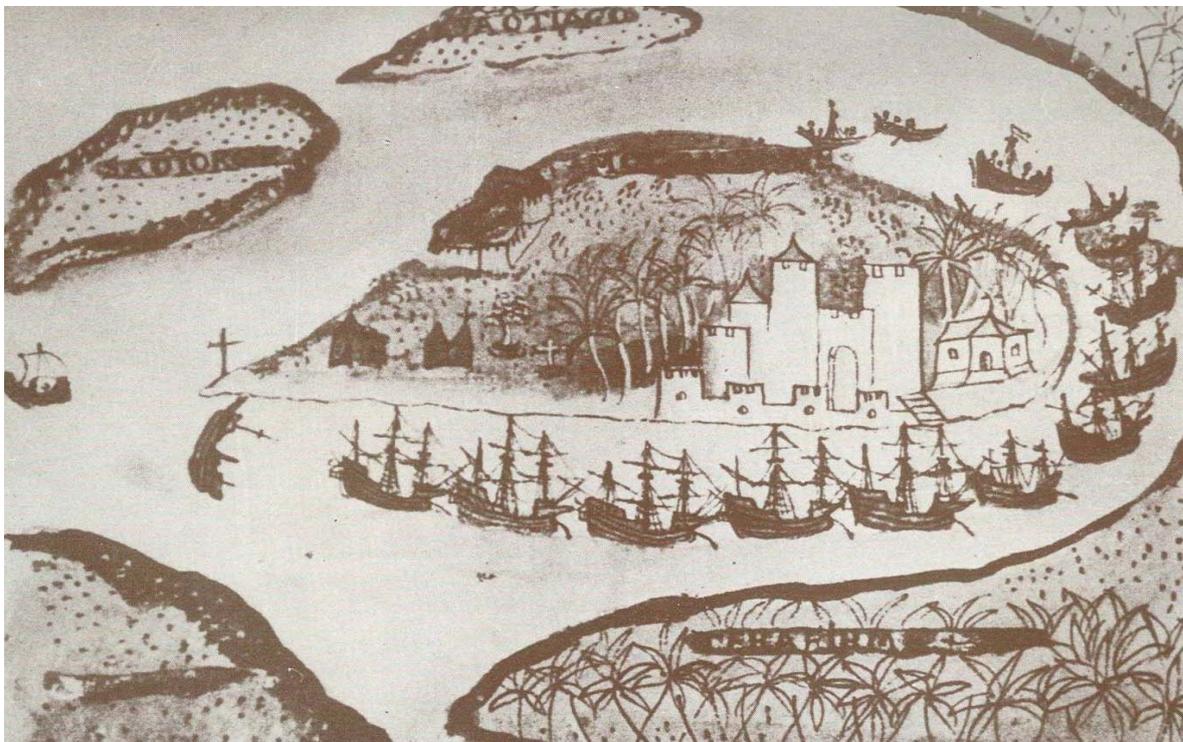


Figura 5 | Ilha de Moçambique, ilustração da Torre de S. Gabriel e a Fortaleza construída por D. João de Castro.⁷¹

D. João de Castro preparou assim um plano do qual se destacou pelas suas qualidades de engenheiro militar. Em 1546, D. João III, respondia-lhe reconhecendo as informações e o “debuxo (...) da fortaleza de Moçambique”, informando-o de que o arquiteto Miguel da Arruda seria o responsável do projeto⁷². D. João de Castro esboçou uma fortaleza mais ajustada e moderna de forma a suportar as ameaças turcas que poderiam surgir.

A diretriz que lançou para a construção coincide com a fortaleza de S. Sebastião que ainda hoje podem ser reconhecidas: “a fortaleza devia ocupar uma extremidade da ilha, dominando o canal de acesso ao porto interior, e possuir dois baluartes sobre a praia

⁷⁰ “Carta de D. João de Castro ao rei” Moçambique, 1545, Armando Cortesão & Luis de Albuquerque, *Obras completa de D. João de Castro*, 4 vol., Coimbra, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968-1982, vol.III, Coimbra, 1976, p.67.

⁷¹ Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique. 1973. *Monumenta*. N° 9. Lourenço Marques.

⁷² Jacinto Freire de Andrade, *Vida de D. João de Castro*, Lisboa, 1835, p.426.

no lado virado à ilha permitindo fazer fogo cruzado”⁷³. Tudo indica que Miguel de Arruda interveio muito pouco no projeto, e se limitou a transpor o plano pormenorizado que D. João de Castro enviara ao rei. Embora a coroa desse andamento à execução do projeto, o Estado da Índia elegeu outras preferências, designadamente o fortalecimento do sistema defensivo de Ormuz. Seria só em 1555 que as obras de S. Sebastião arrancariam, mas muito vagarosamente e suspensas por inúmeras vezes. A falta de mão-de-obra qualificada e o próprio clima dificultava ainda mais os trabalhos dos operários provenientes das praças portuguesas da Índia. A mão-de-obra era formada por escravos dos moradores da fortaleza, sem os quais teria sido impossível finalizar a obra⁷⁴.

Apenas em 1583 a fortaleza ainda inacabada, obteve guarnição e recebeu condições de defrontar um possível inimigo.⁷⁵ Mas apenas se iria certificar a sua eficiência nos cercos holandeses de 1604, 1607 e 1608. Resistiria ainda ao cerco dos árabes de Mascate em 1669 e 1704, e dos franceses em finais do século XVIII. A fortaleza revelou-se intransponível, tal como D. João de Castro antevia quando a projetou. Constatando-se que uma fortaleza implantada naquele lugar só poderia ser conquistada após um cerco excessivamente longo, em contraponto com o tempo em que as forças ofensivas aguentariam o bloqueio, dada a carência de mantimentos e água.⁷⁶

⁷³ Manuel Lobato “Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos, p.19.

⁷⁴ “C^a régia ao vice-rei”, Lisboa, 1608, RSEA, IV, p.59-61.

⁷⁵ Manuel Lobato “Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos, p.19.

⁷⁶ Manuel Lobato “Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos, p.20.



Figura 6 | Fortaleza de S. Sebastião, primeiro plano os baluartes de Nossa Senhora e de Santo António, ano de construção 1545.⁷⁷

A fortaleza foi edificada com quatro baluartes, ainda hoje existentes, mas a traça do baluarte de São Gabriel foi muito modificada, tendo sido demolidos dois espigões que davam à fortaleza a forma de estrela que apresentava nas gravuras holandesas do início do século XVII. Em 1635 o traçado deste baluarte encontrava-se já alterado, tendo desaparecido os espigões. Mas em 1651, novas obras de conservação estariam em curso⁷⁸. A segunda grande transformação, presumivelmente no século XVIII, em que adquiriu a grandeza que atualmente oferece. A colocação da porta principal, no lanço de muro entre os baluartes de S. Gabriel e Santa Bárbara, direcionada ao interior da ilha, mostrou-se perigosa durante os cercos holandeses. Foi deslocada, no início do século XVII, para o muro entre os baluartes de S. Gabriel e S. João, tendo a primitiva abertura sido entaipada. No interior da fortaleza somente as casas dos capitães tinham soalho, o chão das casernas e dos armazéns era coberto de colmo. Principal construção seria a cisterna, com capacidade para cerca de duas mil pipas, no ano de 1580, tendo sido restaurada em 1605 pelo capitão Sebastião de Macedo e depois em diferentes épocas.⁷⁹

⁷⁷ Fonte: Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique. 1973. *Monumenta*. Nº 9. Lourenço Marques.

⁷⁸ “C^a régia ao vice-rei”, Lisboa, 1650, RSEA, IV, pag.314-315.

⁷⁹ Manuel Lobato “Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos, p.20.



Figura 7 | Estampa da Ilha de Moçambique, datada do ano 1598.⁸⁰

A ermida de N^a Senhora do Baluarte, que ainda resiste, através uma faixa afunilada entre o mar e os muros da fortaleza, mesmo após a grande devastação em 1607.

Construída em 1522, monumento dos mais antigos que os portugueses deixaram na costa oriental de África sendo um exemplo singular de estilo manuelino.

A ermida surge com pormenores um pouco grosseiros como por exemplo na sua abóboda imperfeita de dois fechos, transparecendo alguma falta de perícia na sua fase de construção. Na edificação foram aplicadas cantarias e elementos decorativos vindos do Reino que, provavelmente alguns teriam como destino a Índia. Foram assentes numa estrutura já existente, que dava apoio como bateria de artilharia, o que demonstra as particularidades invulgares do edifício. Durante o século XVII, a ermida ganhou um alpendre tal como sucedia em várias igrejas portuguesas da Índia⁸¹.

⁸⁰ *Insulae & Ars Mosambique* 1598 in *Caert-Thresoor*, impressa em Amsterdam 1598, estampa do gravador de Amesterdão Petrus Kaerius (Pieter van den Keere). Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:1598_Mosambique_Kaerius.jpg (30/11/2011).

⁸¹ Manuel Lobato "Ilha de Moçambique antes de 1800", revista *Oceanos*, p.20.



Figura 8 | Ermita de Nossa Senhora do Baluarte.⁸²

2.2.2 A reconstrução da Ilha no século XVII

Nos anos de 1604, 1607 e 1608, Moçambique foi marcada pelos cercos holandeses, uma vez que continuava a ser um lugar estratégico de escala da carreira da Índia, um lugar lucrativo que os portugueses conservavam no oriente, e uma terra apetecível pelo comércio de ouro e marfim. Era realmente uma tarefa séria transpor a barreira que ali foi construída, esta fortaleza era a segunda maior do Estado da Índia, seguida do enorme conjunto defensivo de Díu, como das maiores que os portugueses tinham construído.⁸³

Segundo Manuel Lobato, a armada de Mauricio Van Carden, em 1607, compreendia 8 navios e 1500 homens de armas, inúmeras peças de artilharia, algumas delas de grosso calibre, próprias para demolir os muros da fortaleza, enquanto os defensores eram apenas 30 soldados e outros tantos moradores⁸⁴.

⁸² Fonte:<http://delagoabayworld.wordpress.com/2012/02/02/a-capela-de-nossa-senhora-do-baluarte-na-ilha-de-mocambique-2010/>; 06/03/2012.

⁸³ Manuel Lobato "Ilha de Moçambique antes de 1800", revista Oceanos, p.20.

⁸⁴ Manuel Lobato "Ilha de Moçambique antes de 1800", revista Oceanos, p.22.

Em 1608, eram formados por 13 naus holandesas e 2 000 soldados contra uns 125 defensores. Na altura segundo alguns autores a fortaleza deveria ter 300 soldados, mas os erros e desleixo dos responsáveis, a mobilização de um número da guarnição para a Zambézia e o constante aumento da mortalidade favorecida pela inadaptação ao clima, e à ausência de salubridade da terra, resultava que aquele número de defensores fosse aparente.⁸⁵

Os holandeses ocuparam a povoação portuguesa e fizeram cerco à fortaleza, e os muçulmanos dos xecados estabelecidos em terra firme concederam-lhes uma boa hospitalidade.

D. Estevão de Ataíde⁸⁶, capitão na altura, conseguiu aliciar os chefes locais para o lado português através de compromissos de grandes montantes em tecidos indianos, o que abortou as expectativas holandesas de um render dos soldados da fortaleza pela fome. Antonio Durão, em 1633 publicou em Lisboa, em castelhano, uma descrição muito pormenorizada dos cercos holandeses, sustenta em que, durante o cerco de 1607, D. Estevão de Ataíde, por escolher perder a fortaleza combatendo, do que sobreviver com a vergonha de a ter entregado, rejeitou sempre qualquer negociação, o que desesperou os holandeses confrontados com uma obcecção que lhes pareceu inconsciente. Assim deliberaram destruir e incendiar a povoação, o que resultou em prejuízos estimados na altura em cem mil cruzados⁸⁷.

⁸⁵ *Oceanos: Ilha de todos - Ilha de Moçambique*. Revista 25. Lisboa: CNCDP.

⁸⁶ “D. Estêvão de Ataíde revelou, de resto, uma invulgar capacidade de comando. Percorria dia e noite todo o perímetro da muralha e baluartes, conseguindo assim manter em alta a moral dos sitiados. Para isso terá contribuído também a quase ausência de baixas. Os holandeses terão sofrido para cima de trezentos mortos. Os portugueses apenas dois. Frei João dos Santos não tem dúvida que isto se ficou a dever “à prudência do capitão da fortaleza que nesta guerra se houve não somente como sagaz capitão mas também como esforçado soldado sendo o primeiro na vigia e na briga”, Fonte: <http://www.lusomonitor.net/?p=96>; 22/03/2012.

⁸⁷ Manuel Lobato “Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista *Oceanos*, p.22.



Figura 9 | Imagem da Plataforma da fortaleza de Moçambique, 1648.⁸⁸

A investida holandesa impôs com que Filipe IV ordenasse a fortificação dos ilhéus de São Jorge e São Tiago, fronteiriços à Ilha de Moçambique, o que não chegou a ser efetuado⁸⁹. De qualquer modo não se criou alternativas como era a proposta de utilizar o arquipélago do Bazaruto, a sul de Sofala, como paragem opcional à Ilha de Moçambique⁹⁰. Mas no extremo sudoeste da ilha, o governador António Cardim Fróis mandou edificar o forte de S. Lourenço, que dominava a entrada sul e sudoeste ao porto interior.

⁸⁸ Livro, Plantas das Cidades e fortalezas da conquista da India oriental Portugal, João Teixeira Albernaz I. “A imagem, sem escala e não orientada, apresenta ao centro - na povoação assinalados o Hospital, a Misericórdia e S. Domingos. Ainda a Torre e o Pelourinho. Na Fortaleza de S. Sebastião, o fosso e os seus 4 Baluartes: S. João, S. Gabriel, Santo André e Nossa Senhora. O fortim de S. Lourenço aparece erradamente como de S. António. De notar a referência à *Entrada das Naos*” <http://doportoenaoso.blogspot.com/2011/07/apontamentos-sobre-terras-fortalezas-e.html>, (26/01/2012).

⁸⁹ *Oceanos: Ilha de todos - Ilha de Moçambique*. Revista 25. Lisboa: CNCDP. p. 22.

⁹⁰ Manuel Lobato “Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos, p.22.



Figura 10 | Forte de São Lourenço, Ilha de Moçambique⁹¹.

A torre velha foi parte desmontada pelos holandeses a quando dos cercos do início do século XVII.

Os Jesuítas, que se fixaram em Moçambique através de D. Estevão de Ataíde, que lhes era próximo, obtiveram a cedência da área onde a torre existiu com a condição de concluírem a demolição e a promessa de não construírem estruturas que pudessem no futuro ser utilizadas como apoio à fortaleza de S. Sebastião por parte de possíveis inimigos. Mas este pedido foi ignorado pelos jesuítas.⁹² A estrutura da torre velha foi utilizada como alicerce da torre da capela do colégio S. Paulo, que até meados do século XIX era rematada por um mirante ao estilo oriental. Esta capela, que foi um acréscimo ao edifício do colégio, no seu interior possui um altar e um púlpito em talha indo-portuguesa do século XVII, e variadas lápides tumulares seiscentistas⁹³.

Em 1759, e após a expulsão dos jesuítas, o colégio de São Paulo, seria transformado em palácio dos governadores e capitães-generais que ali habitaram desde 1765. Daqui administravam a Zambézia e outras capitânias que combinavam o domínio português na África Oriental. Em 1634 houve uma tentativa de se criar de uma ligação

⁹¹ Fotografia Ilha de Moçambique, 04/02/2010, autoria João Semblano.

⁹² Manuel Lobato "Ilha de Moçambique antes de 1800", revista Oceanos, p.22.

⁹³ Id, ibid., p.22.

regular entre Moçambique e Portugal. Realizar a viagem duas vezes por ano donde partiriam de Lisboa navios que voltariam com marfim, ébano e ouro. Mas, apenas em meados do século apareceriam atividades particulares de Moçambique para o Reino⁹⁴. O comércio da costa Africana criou interesse das potências europeias. No cerco ao porto de Goa, em 1641, no impedimento de deter naus vindas de Portugal, os holandeses procuravam tomar os navios que viessem de Moçambique.

Segundo uma descrição de Manuel Lobato⁹⁵, em 1645, os ingleses procuraram um pacto comercial com o capitão de Chaúl para mandarem para costa africana têxteis comprados em Surrate. Impedidos de agir, em 1650 experimentaram entrar no porto de Moçambique. Em 1686 o comércio português no sul de Moçambique foi interrompido fruto da concorrência inglesa que inseria produtos de qualidade, em maior quantidade e de baixo preço. Os ingleses ajudaram certamente na modificação de alguns costumes e modos da população africana da costa mais a sul de Moçambique.

O desfecho do século XVII foi péssimo para os interesses portugueses na África Oriental. Em 1692 foram expulsos das regiões mais ricas da Mocaranga, onde o imperador dominou o seu debilitado vizinho Monomotapa. A posição portuguesa no vale do Zambeze estaria limitada aos centros de Sena e Tete e uma estreita faixa de terras que pertenciam à Coroa nas margens do rio. A fortaleza de Mombaça, no ano 1698 ficaria sobre o domínio dos árabes de Oman, terminando assim uma época de grande turbulência e contrariedades. Porém, a Ilha de Moçambique, reconquistou a sua posição como polo político e comercial que desperdiçara ao longo de um século, em benefício de Quelimane e dos portos localizados a norte. Os árabes nas primeiras décadas do século XVIII ficaram inoperantes de forma a reorganizar o comércio a norte do Cabo Delgado, constatando-se tumultos dos swahili sobre o poder dos Omanitas. Consequência destas revoltas no litoral norte, os mercadores yao limitaram-se em levar o marfim ao Mossuril, interrompendo as idas a Zanzibar e Quíloa.⁹⁶

⁹⁴ Manuel Lobato "Ilha de Moçambique antes de 1800", revista Oceanos, p.22. Fonte: consulta do conselho da fazenda, 1614-03-14,AHU, Moç., Cx1, fl5; Lista dos bens enviados para os Rios em 1633, Lisboa, 1634-07-04,AHU,Moç., Cx.1;"Cª régia ao vice-rei", Lisboa, 1665-03-16, V, p.338-9.

⁹⁵ Manuel Lobato "Ilha de Moçambique antes de 1800", revista Oceanos, p.22.

⁹⁶ Id, ibid., p.22.

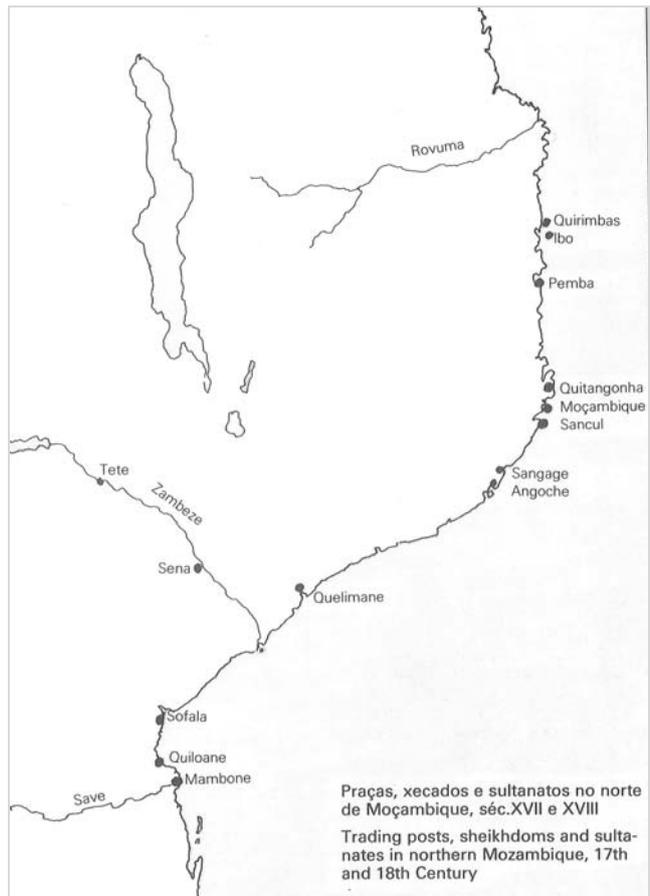


Figura 11 | Localização a norte de Moçambique das praças, xecados e sultanatos nos séculos XVII e XVIII.⁹⁷

⁹⁷Fonte: Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p. 13.

2.3 A Ilha o Tráfico de Escravos e a travessia do século XVIII

2.3.1 A Ilha de Moçambique e o Tráfico de Escravos

Nas ilhas Mascarenhas e no ano de 1715, principia uma economia de plantação do cafeeiro e de algumas especiarias através de franceses. Ilhas que desencadeiam uma necessidade de angariar quantidades enormes de mão-de-obra escrava. A procura da quantidade necessária e mais acessível de escravatura seria o litoral moçambicano. Será uma nova etapa para o domínio português no mercado do tráfico de escravos na costa oriental africana.

Os franceses, optavam por escravos moçambicanos em vês dos de Madagáscar ou de outras áreas como de Zanzibar e Quíloa, estreando os portos da Ilha de Moçambique e das Querimbas, obtendo escravos aos habitantes portugueses, luso-africanos e indo-portugueses, que retribuía com ” *mantimentos, prata espanhola cunhada em patacas, roupas de bengalla, armas e pólvora, com outros géneros da costa de Coromandel, e China, levando também cauris*⁹⁸, *que corriam por moeda baixa no golfo de Bengala, marfim e ouro*”⁹⁹. Desde 1721, nasce um negócio ordenado entre Moçambique e as ilhas francesas do Indico.

Logo depois dos franceses apareceram os negreiros europeus e americanos que atuavam de pontos localizados no litoral de Madagáscar, nas Comores e nas Seychelles. Segundo Eduardo Medeiros para este novo período escravista cooperou, também o tráfico para as Américas, sobretudo para o Brasil, que, desde 1728, “*se situou na Ilha de Moçambique, Quelimane, Sofala e Inhambane*”, enquanto “*os centros nortenhos de maior punção de negros localizavam-se nos Praços do vale do Zambeze, nas regiões circundantes e nas terras firmes em frente à Ilha de Moçambique*”¹⁰⁰. O tráfico era realizado com a conivência do poder de Moçambique, embora em várias ocasiões tenha sido interdito por um género de acordo colonial estabelecido nas colónias portuguesas. Segundo nos narra Manuel Lobato, seria de forma paralela à legislação de assistência à

⁹⁸ Cauris-búzios.

⁹⁹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektiskolen i Aarhus-Danmark.

¹⁰⁰ Eduardo Medeiros, “*As etapas da escravatura no norte de Moçambique*”, apontamentos retirados do arquivo histórico de Moçambique, Maputo, p 18-22.

navegação, os navios franceses foram admitidos na Ilha de Moçambique e nas ilhas Querimbas¹⁰¹.

Embora com a existência de interdições, surgem em Moçambique agências de empresas negreiras brasileiras, que quebravam com o exclusivo das grandes companhias pombalinas, como contrabandeavam para as ilhas francesas do Índico¹⁰². Dai a Coroa, empenhada em encaminhar o tráfico negreiro exclusivamente para o Brasil, banuiu frequentemente o tráfico de escravos para as ilhas do Índico. Desta disputa de proveitos entre as autoridades locais e o governo central, aquelas levaram a melhor. Tudo leva a crer que com a separação administrativa de Moçambique quanto ao Estado da Índia, determinada em 1752, o tráfico de escravos consolidou-se e administração e a fazenda pública organizaram-se em função dele. Em 1761, é decretada a permissão de comércio para todos os navios mercantes portugueses, o que aliciou barcos de Lisboa, que realizavam um comércio triangular entre este porto, a Ilha de Moçambique e os portos brasileiros do Rio de Janeiro e da Baía¹⁰³.

Em 1762, a quantidade de escravos que saía dos portos de Moçambique para o Brasil era calculado em mais de um milhar. A Ilha de Moçambique dominou uma parte expressiva deste regime, o que despertou contestação, sobretudo dos mercadores swahili das ilhas Querimbas, impedidos de se ligarem no envio direto de escravos, por portaria do governador Pereira do Lago. Entre 1750 e 1760 Moçambique exportou em média 2.000 escravos por ano. A nível excepcional entre 1768 e 1782 os navios franceses foram oficialmente recebidos nos portos portugueses da África oriental. A proibição continuou apenas em papel, e o tráfico continuou mesmo na Ilha de Moçambique, como até então ocorria¹⁰⁴.

Segundo afirma Eduardo Medeiros: “...durante décadas, os franceses abasteceram-se de escravos na própria Ilha de Moçambique, beneficiando da cumplicidade de funcionários portugueses, que concediam permanências prolongadas aos barcos das Mascarenhas, sob pretexto de necessitarem de reparações de emergência. Porém, à medida que aumentava o comércio transatlântico de escravos e, mais tarde,

¹⁰¹ Manuel Lobato “Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos, p.23.

¹⁰² José Capela & Eduardo Medeiros, O Tráfico de Escravos de Moçambique para Ilhas de Índico, 1720/1902, Maputo, 1987, p, 13-20.

¹⁰³ Manuel Lobato “Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos, p.23.

¹⁰⁴ Id, ibid., p.23.

*quando começaram a ser efetivas as medidas anti-esclavagistas, os franceses passaram a comerciar diretamente com os negreiros árabes, swahili e portugueses, longe do controlo da administração colonial, evitando, na mesma ocasião, as taxas aduaneiras exigidas nos portos. Assim, as feitorias de Sofala e da Ilha de Moçambique foram evitadas em proveito das Ilhas de Cabo Delgado e dos estabelecimentos swahili que escapavam, umas e outros, ao domínio da coroa de Portugal.”*¹⁰⁵

No entanto o comércio de marfim foi deixado para segundo plano onde a atenção se vira agora para o tráfico de armas de fogo e pólvora para o interior, em compensação à grande procura de escravos nas províncias, onde o governador Baltazar Manuel Pereira do Lago foi grande apoiante. O comércio de armas de fogo veio a ser aprovado em 1789. Este comércio aliado à expansão negreira no Índico, e à ampliação do domínio omanita, implicou aos xecados swahili, localizados na faixa costeira entre a Ilha de Moçambique e Quelimane, um rápido desenvolvimento que os tornou autónomos do poder português, até aos primeiros anos do século XX. Esta recente estabilidade favoreceu os escravistas macuas e swahili que atuavam nas zonas próximas do Cabo Delgado e da Ilha de Moçambique.¹⁰⁶

Nos finais do século XVIII, a quantidade de escravos exportados da ilha de Moçambique, para as ilhas do Índico, prosperou. Vinham das regiões norte de Moçambique. O resultado do gradual desvio dos caminhos negreiros do litoral norte de Moçambique para Quíloa, fizeram com que os yao acabassem por levar os escravos pela troca de produtos mais baratos, e a Zambézia viria a converter-se, nos fins do século XVIII, no polo principal de escravos exportados pela Ilha de Moçambique. Os yao, continuariam a fornecer o Moussuril de escravos¹⁰⁷.

Com a retirada da corte e da família real portuguesa para o Brasil, e diante a conquista das tropas francesas de Junot, várias áreas comerciais brasileiras tiveram licença para iniciar os seus negócios na Ilha de Moçambique e transacionarem com a costa oriental africana e os portos portugueses da Ásia, afastando-se assim de Lisboa. Os brasileiros estabelecidos na Ilha de Moçambique, dedicavam-se ao comércio de escravos para as ilhas francesas do Índico e para as Américas, como ainda negociavam em produtos asiáticos.

¹⁰⁵ Eduardo Medeiros, op. Cit., p.21-23, 41-44 e 57-60.

¹⁰⁶ Manuel Lobato "Ilha de Moçambique antes de 1800", revista Oceanos, p.24.

¹⁰⁷ Id, ibid., p.24.

Será em 1811, por ordem inglesa, que os portos portugueses foram abertos legalmente. Quelimane concorreu com Moçambique pela principal posição comercial, segundo nos é divulgado: “em 1820 as autoridades portuguesas estimavam em sete mil os escravos que por ali saíam. Nos anos seguintes a exportação mais do que duplica. Em 1822 Quelimane já era considerado o maior porto do tráfico de escravos em toda a costa oriental de África. Um número de navios que oscilava entre 11 e 18, transportando 400 a 500 escravos, saía anualmente de Quelimane para as ilhas do Índico e Américas, mas outras embarcações menores com escravos e marfim demandavam a Ilha de Moçambique e outros portos swahili nas imediações”¹⁰⁸. Em 1844, com a contenção inglesa levou a certa estagnação do tráfico e dos mercados de escravos, mas na segunda metade do século XIX o tráfico conservava-se como a fundamental fornecimento de riqueza para Moçambique e de proveitos para as sociedades luso-africanas, euro-asiáticas e muçulmanas na costa a sul do Cabo Delgado: “Na resistência contra a abolição do comércio de escravos, os moradores de Moçambique representaram papel notável. E compreende-se. Habitados havia séculos a um negócio rendoso, cómodo e sem risco, em que apenas desempenhavam de papel simples intermediários, e tendo acumulado em tal ganhuça rendimentos enormes, sendo grandes proprietários, por nada lhes convinha que isso acabasse. Alguns indivíduos eram verdadeiros potentados, tendo entendimentos com os mouros da Ilha e das terras firmes e, como eram ao mesmo tempo os funcionários gradados do Estado, obstruíam a repressão do tráfico, denunciando as operações militares e a fiscalização naval e dificultando ao máximo a ação militar, que assim se tornava inútil, sendo portanto fácil o contrabando.”¹⁰⁹

Em 1837 é abolida legalmente a escravatura. Em 1840, o comércio de escravos diminuiu apesar de estar oficialmente extinto, a escravatura continuaria de forma camuflada.¹¹⁰

¹⁰⁸ Capela e Medeiros, *Tráfico*, cit, p. 31-37.

¹⁰⁹ Alexandre Lobato, “A Ilha de Moçambique”, p.25.

¹¹⁰ CAPELA, José. 1987. “O tráfico de escravos para as ilhas do Índico 1720-1902”. Ne univ. Eduardo Mondlane, Maputo: Univer. E. Mondlane.

2.3.2 A Ilha de Moçambique através do século XVIII

A população da ilha ao longo do século XVIII era muito diversa. Conhecia residentes desde vindos do Reino, cristãos dos portos portugueses da Índia, hindus e muçulmanos das zonas do noroeste da Índia, principalmente do Guzerate.

Os portugueses residiam na área da alfândega mesmo contígua ao porto. Os mais endinheirados ocupavam casas em pedra com terraço e pátio interior que as destacava da quantidade de palhotas existentes nas restantes áreas. Embora de pequena escala, a ilha multiplicava a sua variedade social que demonstrava este universo colonial, que *“para lá do Tanque dos mainatos era logradouro privativo dos negros gentios e vedado a brancos que lá não fossem em grupos armados”*¹¹¹.

Sobre as margens da baía, localizava-se um conjunto de localidades que circundavam a Ilha de Moçambique do lado da terra firme: o Mossuril, no extremo noroeste da baía; as Cabeceiras, a norte a chamada Grande, outra a nordeste Pequena; o Lumbo a oeste, e Sancul a sudoeste. As Cabeceiras e o Mossuril, eram habitadas por luso-africanos e por indo-portugueses. A Ilha era preferencialmente escolhida por europeus, mesmo assim não seriam mais que algumas dezenas. Os apelidados “monhés” fixaram-se na Ilha de Moçambique depois da fundação da “Companhia dos Baneanes” ou “Manzanes” de Diu em 1686. A denominação “baneane”¹¹² era dada neste período a qualquer mercador indiano nos portos do Índico ocidental, que estaria sempre ligado ao comércio.

¹¹¹ Id, *ibid.*, p.41.

¹¹² Baneane-embora o étimo *bania*, donde provém, tenha origem na seita religiosa Jaina, cujos membros eram proibidos pela doutrina Jaina ou Jainismo de se ocuparem doutra atividade que não fosse o comércio.



Figura 12 | Localização Ilha de Moçambique¹¹³

Declarada como companhia autenticada diante da lei portuguesa, a “Companhia dos Baneanes” era uma associação ou *mahajan* de mercadores indianos do Guzerate constituída no porto português de Diu. A corporação seria administrada por ricos mercadores hindus que acolhiam na sua associação muçulmanos como sócios, ou como comerciais. Os manzanes do porto português de Diu correspondiam à casta mercantil, com sede em Surrate e filiais em vários portos como do Índico, portos portugueses como Goa, onde inspecionavam o comércio de tecidos e se aplicavam a ações financeiras¹¹⁴. Com estas atuações, durante o século XVII, acabaram por dominar o comércio entre a Índia e a costa africana, nomeadamente Moçambique. Interditos de se estabelecerem na Ilha, apenas em 1686 conseguiriam aqui se instalar. Nos anos seguintes, até ao grande impacto do comércio dos escravos, os baneanes enriqueceram e alcançaram algum poder. Cada baneane fixava-se na Ilha de Moçambique apenas transitoriamente, cumprindo tarefas que

¹¹³ Fonte: <http://sulafrica.blogspot.com/2008/04/de-nampula-ilha-de-moambique-e-chocas-1.html>; 01/03/2012.

¹¹⁴ Manuel Lobato “Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos, p.25.

seriam depois transmitidas a um sucedâneo. A praça era dominada comercialmente, suportavam os cofres do Estado e seduziam as autoridades, onde eram os principais parceiros comerciais da Junta do Comércio. A junta do Comércio seria um organismo criado em 1671 para gerir o comércio entre a Índia, a costa africana e o vale do Zambeze. A fixação dos banéanos na Zambézia e em portos secundários permaneceu embargado. Apenas com as agilidades consentidas pelo regime pombalino, conseguiram estabelecer-se no vale do Zambeze, onde rapidamente dominaram a sociedade.¹¹⁵

Em 1752, Moçambique separou-se da Índia, e a guarnição da ilha compreendia mestiços e soldados vindos de Goa. Alterando-se a situação, acabou por receber militares do reino, a maior parte exilados, e em grande número, o que acarretou um novo ambiente à vida urbana da cidade. Existia apenas duas igrejas abertas ao culto público, a Sé, demolida em 1886, dado ao seu estado de deterioração, e a Igreja de Nossa Senhora da Saúde. No mosteiro dos Irmãos de São João de Deus operava o hospital militar¹¹⁶.

No ano de 1763 a praça de armas que era a Ilha de Moçambique foi qualificada como Vila, com o seu Senado da Câmara. Desde o final do regime pombalino até ao aparecimento do Liberalismo, Moçambique compreendeu inúmeras fases de instabilidade política, chegando a ter sete governos provisórios, mas não nomeados pelo governo central (entre 1779 a 1834). Eram desempenhados por funcionários locais e representantes da Câmara da vila, dando vantagens a interesses privados do que no proveito geral. Porém não deixou de ser uma época admirável tanto ao nível de desenvolvimento como de crescimento da própria cidade, onde foi igualmente a “*época de maior atividade dos colonos na terra firme, onde a Câmara aforou numerosos terrenos com obrigação de cultura de algodão ou café*”¹¹⁷.

Certas obras de monta foram realizadas, tendo sido determinantes para a caracterização e consolidação da ilha. Em 1752, com a autonomia administrativa de Moçambique, construiu-se uma Alfândega e um pequeno cais, a chamada “ponte da Alfândega”, que seria reconstruída em 1802 e ampliada uns anos mais tarde.

¹¹⁵ Manuel Lobato “Ilha de Moçambique antes de 1800”, revista Oceanos, p.26.

¹¹⁶ Id, ibid., p.26.

¹¹⁷ Alexandre Lobato, “A Ilha de Moçambique”, p.22.

Posteriormente em 1791, uma renovada e ampla Alfândega foi edificada no local da anterior¹¹⁸.

Mas, “*O desenvolvimento económico do Transval e a construção do caminho-de-ferro de Lourenço Marques deslocam para o sul o centro económico da Província. Lourenço Marques desenvolve-se e Moçambique estagna*”¹¹⁹. Seria em 1897 que a Ilha de Moçambique deixaria de ser a capital da colónia. Esta modificação não veio atingir de modo profundo a atividade da Ilha, porque conjuntamente se desenvolveu e aprofundou-se a ligação do interior do continente ao comércio o que originou um certo dinamismo para os comerciantes locais.

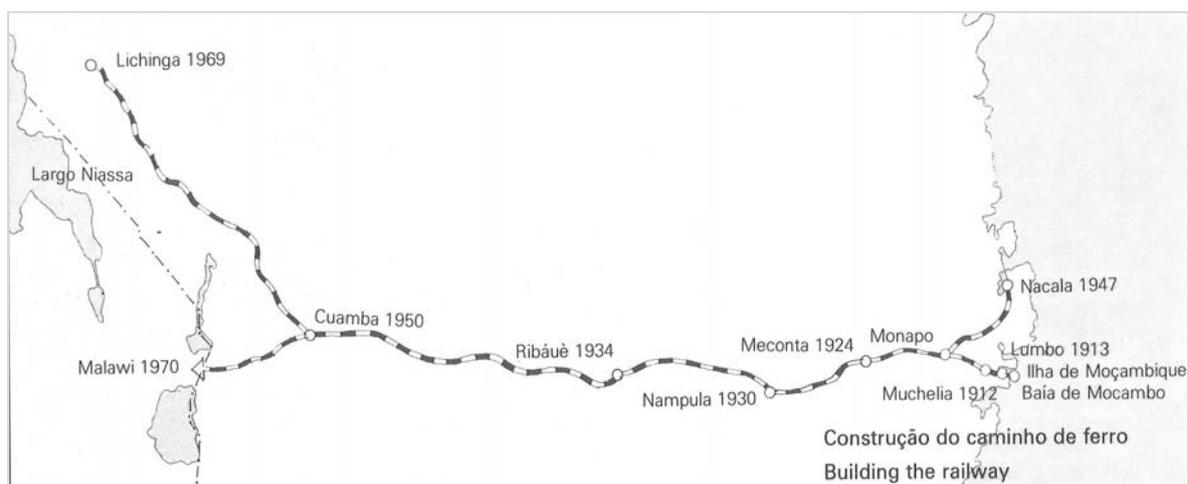


Figura 13 | Traçado do caminho-de-ferro, província de Nampula e Ilha de Moçambique.¹²⁰

O ano de 1912 seria de arranque das obras do caminho-de-ferro, tendo tido vários interregnos ao longo dos anos, como na 1ª Guerra Mundial, onde em 1924, apenas 94 quilómetros de linha, do Lumbo para o interior, estariam em condições de utilização.

Mas a exploração económica do interior comprovou logo que a Ilha de Moçambique não serviria para capital da região do norte, nem mesmo com o Lumbo como frente do caminho-de-ferro, uma vez não ter porto para navios de grande porte, nem cais de desembarque, nem ponte que a ligasse ao continente. Assim, em 1935, a capital da região, então província do Niassa, passa para Nampula, no interior, a cerca de 190 km da Ilha, após a abertura do caminho-de-ferro para esta cidade (1930)¹²¹.

¹¹⁸ Manuel Lobato "Ilha de Moçambique antes de 1800", revista Oceanos, p.26.

¹¹⁹ Alexandre Lobato, "A Ilha de Moçambique", p.25.

¹²⁰ Fonte: Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p. 14.

¹²¹ Relatório: Ilha de Moçambique, 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p. 14

III – A ILHA DE MOÇAMBIQUE

3.1 A Cidade da Ilha de Moçambique

3.1.1 Evolução Urbana

Entre os séculos XVI e XVIII, a localidade no início constava num “*um aglomerado de palhotas escuras dominadas pelos eirados brancos da residência do xeque e da mesquita*”¹²². Somente quando o xeque e a sua corte, como empregados foram expulsos para terra firme, é que os portugueses principiam a sua ocupação com a edificação da pequena fortaleza de São Gabriel (Torre Velha ou Fortaleza Velha), perto do local da Alfândega. Ao redor da Fortaleza começou a surgir um povoado, composto por construções temporárias, na forma e nos materiais idênticos às construções que a população da terra fazia.¹²³ A Ilha era desde início totalmente propriedade estatal. Segundo Alexandre Lobato sabe-se que foram realizadas doações de vastas áreas, principalmente a ordens religiosas, para construírem conventos e igrejas. Até ao século XVIII, os quarteirões concentravam-se ao redor do Largo do Pelourinho. O pelourinho era o símbolo da cidade, e na sua coluna eram chicoteados os criminosos. Na contra costa existia construções dispersas de palhotas, enquanto na ponta da Ilha, a zona sul da ilha, não havia nada além do convento de João de Deus, do lavadouro da Marangonha e da Fortaleza de Santo António.¹²⁴

O espaço construído da ilha de 1600 inscrevia-se em duas áreas, a ponta setentrional onde estava situada a Fortaleza de São Sebastião e mais a sul, a área onde emergia efetivamente o primeiro núcleo de um povoado. Na zona aberta entre estes dois conjuntos surgia o cemitério e a capela de São Gabriel que mais tarde veio a ser demolida. É de supor e perante alguns mapas e imagens que nos chegaram ao longo da história que para sul do povoado se encontravam algumas plantações isoladas e palhotas dispersas.¹²⁵ A estrutura que mais tarde qualificaria a Ilha, com feitorias ao longo da costa, surge nesta

¹²² Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p. 18.

¹²³ Id, ibid., p.18.

¹²⁴ LOBATO, Alexandre, *Ilha de Moçambique: Panorama Histórico*, Lisboa, Agência - Geral do Ultramar, 1967.

¹²⁵ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p. 23.

altura. As feitorias teriam a proximidade com os navios e com as manobras de carga e descarga, do lado de terra, a rua onde os produtos eram depois negociados. O estabelecimento das feitorias foi realçado pela presença de uma cinta de rochedos que facultava a edificação perto do mar, permitindo que pequenas embarcações atracassem na praia mar. As outras superfícies do litoral da ilha são formadas por areias e penhascos de cotas baixas. São Paulo, o colégio dos Jesuítas, foi erguido a meio da povoação, onde o primeiro forte, a fortaleza velha, se localizava, onde veio a ser adaptado para habitação do Capitão General. Surge o largo a sul deste palácio. Mais a norte da povoação o convento de São Domingos. A sul encontramos a localização da capela de Santo António, e na área central algumas hortas muradas. A estrutura da cidade surge assim marcada por ruas estreitas e irregulares, limitadas por casas e muros, e as suas traseiras cadenciadas por pátios e quintais vivenciados pelas famílias.¹²⁶



Figura 14 | Planta Monsambique, 1635¹²⁷.

¹²⁶ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p. 27.

¹²⁷ Fonte: http://www.evora.net/BPE/Documento_do_mes/outubro/doc_do_mês_net.pdf; 19/03/2012. In: Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do estado da India oriental. Data publicação, 1635.

Segundo a planta de Monsambique (figura 14), do “livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental”¹²⁸, com o ano de publicação de 1635, não teria referência precisa da sua elaboração. De qualquer modo podemos analisar apesar de uma representação pitoresca, que a Ilha surge ocupada em toda a sua extensão. Esta gravura representa de forma detalhada alguns pormenores das construções sendo possível retirar algumas informações sobre o parcelamento do solo, a implantação das edificações nos lotes, como as fachadas. Os quarteirões têm uma forma irregular, definidos por sequências de fachadas ou por muros, contendo um número variável de lotes, existindo áreas de quintal nas traseiras. As ruas irregulares definidas por sequências de fachadas ou por muros. Alguns contornos com formas semelhantes a pelourinhos podem ser indicações de praças ou vazios na malha urbana, correspondentes aos acessos de igrejas ou capelas. Pode-se identificar, dois diferentes tipos de habitação, as casas de pedra e cal e as palhotas. Dentro da Fortaleza de São Sebastião verifica-se diversas edificações no seu interior como a capela de Nossa Senhora do Baluarte. Surge também ilustrado na gravura a ilha de São Lourenço, a sul, com o fortim de mesmo nome.¹²⁹

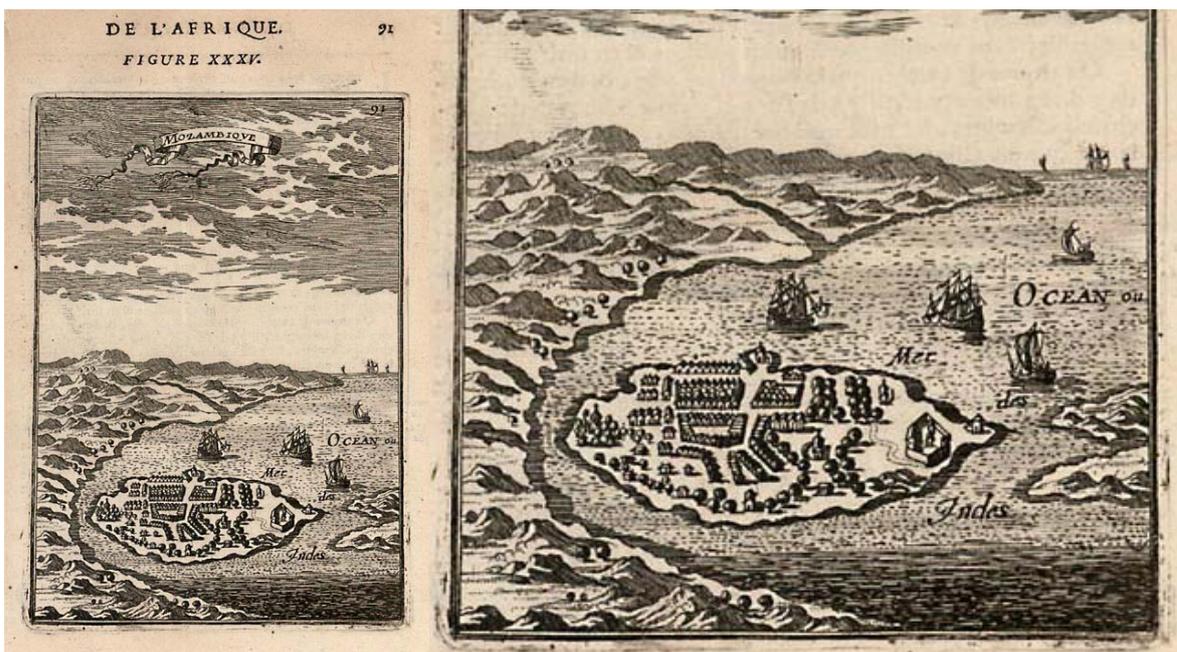


Figura 15 | Mapa de Mozambique, 1683¹³⁰.

¹²⁸Fonte: http://bdt.d.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_arquivos/18/TDE-2009-10-08T150510Z-4468/Publico/2009_LilaDonato_p58_106.pdf;19/03/2012.

¹²⁹BOCARRO, António. *Décadas da História da Índia – Lisboa, 1876*. Livro das plantas de todas as fortalezas. Arquivo Português Oriental, 1937 – 1940.

¹³⁰Fonte: <http://www.raremaps.com/gallery/detail/11204/Mozambique/Mallet.html>;19/03/2012. Autor: Allain Manesson Mallet, 1683.

O mapa de 1683 (figura 15) apresenta a Ilha com uma estrutura não muito diferente da figura anterior. A norte da Ilha encontra-se a Fortaleza de São Sebastião, e a cidade desenvolve-se mais ao centro próximo ao Forte São Gabriel, com os seus quarteirões ainda em formação. Entre a cidade e a Fortaleza encontramos uma área não edificada, o cemitério, e a sul a capela de Santo António. Tal como na imagem anterior, a cidade parece ocupar a ilha toda. Possivelmente este tipo de representação fosse um recurso para indicar que este era o núcleo edificado em toda a ilha, não existindo outras construções.¹³¹

Nos séculos XVIII e XIX, a cidade evolui com outra cadência, é instalado o município (1761) e arrancam os aforamentos¹³² de terras a particulares (1776). O foral de 1761 referia que de início “não existia a propriedade privada plena de terrenos¹³³”. Até as áreas doadas às ordens religiosas eram dadas sob determinadas condições. Arrancou assim os aforamentos perpétuos de áreas maiores do lado do continente, enquanto na Ilha os aforamentos de terrenos para a construção de casas eram em parcelas pequenas, traduzindo a área fixada mais repartida. Determina-se que a propriedade “foreira” pudesse ser transferida, herdada ou vendida. Certas famílias auferiram uma grande terra, após a incorporação de várias parcelas, especialmente na ponta da ilha, onde foram edificados bairros.

Permaneceram algumas parcelas como propriedade municipal, o que permitiu o seu aforamento para construção de habitações, após a estruturação e realização de arruamentos e a subdivisão em talhões. Destaca-se a edificação de celeiros para efetuar a fiscalização das exportações e o controle da especulação dos preços dos produtos importados. Os celeiros estavam localizados na praia ao lado da baía, entre a cidade e a mesquita, onde se veio a estabelecer o mercado de peixe. A área envolvente ao Celeiro foi aforada pela Câmara Municipal entre os anos de 1776 e 1803, período em que o comércio de escravos se encontrava no apogeu. A cidade prosperava pela costa ocidental, e o pelourinho deslocado para a praça implantada no centro do bairro novo da ilha. A praça era também ponto para a realização de feiras. Toda a superfície desde de São Gabriel, pela

¹³¹ Fonte:http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_arquivos/18/TDE-2009-10-08T150510Z-4468/Publico/2009_LilaDonato_p58_106.pdf;19/03/2012.

¹³² Aforamento, é o acto de concessão de privilégios e deveres sobre uma propriedade cedida em enfiteuse para exploração ou usufruto ao seu ocupante, pelo proprietário. Wikipédia (27/01/2012).

¹³³ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p. 18.

contra costa, até ao Largo da Saúde, constava ainda de palhotas para “escravos, negros livres, mulatos, nanas, mouros e mujojos, sem ordem, entre mui poucos e bem pequenos prédios de pedra”¹³⁴.



Figura 16 | Fortim e Igreja de Santo António, Ilha de Moçambique¹³⁵.

Intitulado Bairro Alto da Marangonha ou Missanga, no qual se diferenciava pela presença de coqueiros. Uma zona de traça irregular e carenciada que originaria um local sensível a infeções onde persistiu a vontade e muitas tentativas para se efectuar o seu saneamento¹³⁶.

A cidade continua a expandir-se. O casario termina a norte, junto à praia, frente à Fortaleza de São Sebastião. Caracterizada por uma trama irregular as ruas do centro urbano desenvolvem-se, a sul o conjunto expande-se ao longo da costa, mais afastado do litoral, onde a superfície do areal é mais ampla. Também a sul, surgem plantações muradas, com uma dimensão considerável, que se estendem próximo da contra costa. Na frente ao Palácio São Paulo, surge um largo com uma balaustrada no seguimento da costa rochosa

¹³⁴ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p. 18.

¹³⁵ Fotografia Ilha de Moçambique, 04/02/2010, autoria João Semblano.

¹³⁶ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p. 18.

edificada que será um elemento muito singular que irá distinguir aquela área. Em 1720 surgia uma construção de uma alfândega no limite sul do largo.



Figura 17 | Palácio São Paulo, Ilha de Moçambique, 1754¹³⁷.

A meio da ilha, com alguma distancia do aglomerado, fundou-se no ano 1681 um convento hospitalar, o convento de São João de Deus¹³⁸, que seria ampliado anos mais

¹³⁷ Fotografia Ilha de Moçambique, 21/12/2009, autoria Jorge Pinto. IGESPAR: “Os atuais Palácio e Capela de S. Paulo correspondem aos edifícios do antigo Colégio e da Igreja de S. Francisco Xavier da Companhia de Jesus, construídos na primeira metade do século XVII. O Palácio foi sucessivamente ampliado e remodelado, tendo sido adaptado a diversas funções ao longo do tempo”,

Fonte: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/126/>; 23/03/2012; “Em 1610 começou por ser um colégio regido por Jesuítas. Em 1670 foi destruído por um incêndio, mas, em 1674, estava já reconstruído. Em 1759 os Jesuítas foram expulsos de Portugal e colónias, e o colégio foi adaptado a residência dos Governadores Gerais de 1763 a 1898. Funcionou, posteriormente, como residência do Governador do então Distrito, até a transferência da capital do Distrito para Nampula, em 1935. Esteve vago até 1956, quando convertido em residência eventual do Presidente da República Portuguesa e seus ministros. Em 1969 foi, de novo, restaurado e remobilado” retirado do site do Ministério da Cultura de Moçambique,

http://196.3.99.68/cultura/index.php?option=com_content&view=article&id=101:palacio-de-sao-paulo-museu&catid=20:patrimonios-culturais&Itemid=19, 23/03/2012.

tarde. Ligada ao convento, teríamos a Igreja da Senhora da Saúde. A sul da capela de Santo António localizava-se a residência episcopal. As palhotas de macuti encontravam-se dispersas entre o aglomerado de casas de alvenaria, amontoando-se particularmente ao longo da contra costa e a sul da povoação, nas zonas menos agradáveis¹³⁹.



Figura 18 | Carta topográfica da Ilha de Moçambique, 1754¹⁴⁰.

Segundo esta carta topográfica da ilha (figura 18) com o plano para a defesa do território, apresenta alguns detalhes das fortificações a construir. Apesar de datado de 1754, podemos observar que em meados do século XVIII a cidade ocupava apenas uma pequena área na parte norte da Ilha, mais próxima ao centro. Segundo o relatório da Ilha de Moçambique de 1982-85, a Ilha pouco se alterou entre 1600 e 1750.¹⁴¹

¹³⁸ “Na monção da Índia, juntamente com a nau do Reino, seguiria o barco do capitão de Moçambique «hüa fragata» que devia levar tudo, debitado na conta do feitor dessa Praça, o qual, por sua vez, faria a devida entrega ao tesoureiro do Hospital. Com a data de 25 de Janeiro de 1682 o Vice-Rei comunicava ao Príncipe as providências que tomara, enviando cópia do assento do Conselho de Fazenda e uma lista do que seguira para o Hospital. Só o médico Paulo de Lima não pôde embarcar, por já ser falecido, devendo, por isso, Sua Alteza «mandar prover de outro aquella Praça». Para Moçambique remeteu um alvará, datado de 2 de Janeiro, ordenando a criação do Hospital no Convento de São João de Deus”, Fonte: <http://abemdanacao.blogs.sapo.pt/2012/01/10/;22/03/2012>.

¹³⁹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p. 27.

¹⁴⁰ Esta carta é um plano de fortificação no qual apresenta alguns pormenores ampliados das obras a efetuar. Representa também a panorâmica da Ilha no ano de 1754. Fonte: digitalização do livro Ilha de Moçambique, Panorama Histórico de Alexandre Lobato, 1967, agência geral do ultramar.

¹⁴¹ Fonte: http://bdt.d.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_arquivos/18/TDE-2009-10-08T150510Z-4468/Publico/2009_LilaDonato_p58_106.pdf; 19/03/2012.

A ilha de 1800 distinguia-se a norte com áreas edificadas permanecendo sem grandes transformações, mantendo-se a grande frente livre junto à Fortaleza de São Sebastião. No entanto a povoação estende-se rapidamente para sul, com uma estrutura urbana clássica, característica da época, com ruas amplas e rectilíneas e quarteirões regulares. As feitorias permanecem ainda ao longo da costa¹⁴². A presença de uma costa plana e baixa, favoreceu a construção de pontões e cais, que entravam pelo mar dentro. As feitorias continuavam com a mesma estrutura, um espaço de acostagem e armazéns para as traseiras viradas ao mar, e habitações e lojas na frente virada à rua. A metade oriental da ilha preservava-se ainda liberta espacialmente, onde era possível ainda encontrar áreas de cultivo. Ao longo da contra costa, as palhotas de macuti surgiam também à volta das pedreiras, na parte sul da ilha.¹⁴³



Figura 19 | Planta Ilha de Moçambique, 1835¹⁴⁴.

A planta datada de 1835 (figura 19) mostra que a ilha estava edificada mais a norte do que a sul, com as construções concentradas no lado do porto, abrigadas do mar aberto. Da legenda seriam anteriores a 1600: a fortaleza e a igreja de São Sebastião, a capela de Nossa Senhora do Baluarte, a igreja e o hospital da Misericórdia, o Convento de

¹⁴² Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.29.

¹⁴³ Id, *ibid.*, p.29.

¹⁴⁴ Fonte: <http://purl.pt/1433/1/P1.html>; 19/03/2012. Autor: Faustino J. Ano de publicação 1935.

São Domingos, a fortaleza e a capela de Santo António, e a capela de São Paulo. Toda a parte sul da ilha foi representada como totalmente desocupada, mas muito provavelmente já ali habitavam os nativos da terra nas suas palhotas. O mapa também utiliza duas texturas diferentes para representação da linha de costa da ilha, uma simples das praias onde existiria o porto e outra que representa as rochas e os bancos de corais onde haveria maior dificuldade dos acessos de embarcações.¹⁴⁵

A cidade de pedra e cal, no período entre 1850 a 1900, atravessava uma contração económica, após a abolição da escravatura, demonstrada com o número de registos das ruínas dos prédios, segundo o Relatório de 1982-85 da Ilha de Moçambique. Em 1857 foi imposto que, na linha de fachada frente às ruínas, se construísse um muro de forma a não ficar à vista. Dez anos depois deu-se um prazo de 15 dias para a demolição das ruínas e 5 dias para a retirar o material demolido. Os edifícios deveriam ser caiados anualmente, num prazo dado pelas autoridades municipais, que decorria no período seco entre Junho a Agosto. Os residentes poderiam escolher a cor, com a exceção da cor branca. As casas que continuavam vagas tinham que do mesmo modo ser caiadas¹⁴⁶.

No ano de 1868 introduziu-se um novo princípio da pintura do madeiramento, de 6 em 6 anos. No ano de 1878 este prazo foi reduzido para 3 anos. E desde 1878, seria obrigatório que no pedido de licença de construção, se juntasse uma planta de construção. Desde 1897, tinha que se executar uma serie de preceitos, segundo nos conta o Relatório realizado em 1982-85 sobre a Ilha de Moçambique¹⁴⁷, para que um projecto de construção pudesse ser aprovado. Assim dentro de um conjunto de regras existentes realçasse as que seriam as boas práticas:

“Não podia haver terraço, degraus, grades, ou outras construções para além da linha de construção; a construção devia ser equipada, com uma cisterna de água, com a capacidade mínima, em m3, de metade do número de m2 da superfície da cobertura; que seja indicado uma cimalha de dimensões adequadas; que não se verifique o escoamento das águas residuais ou imundícies para o lado da rua; que sejam levadas em consideração, de modo adequado, as condições higiénicas, de ventilação, de iluminação, entre outros; que as portas e as janelas não possam ser abertas para o lado exterior das

¹⁴⁵ Fonte: http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/18/TDE-2009-10-08T150510Z-4468/Publico/2009_LilaDonato_p58_106.pdf; 19/03/2012.

¹⁴⁶ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektkolen i Aarhus-Danmark, p. 18

¹⁴⁷ Id, ibid., p.18.

*casas para não perturbar o tráfico da rua; que o prédio, estando acabado, seja imediatamente pintado com a mesma cor do corpo principal*¹⁴⁸.

No entanto na cidade macuti, a queima de cal virgem era autorizada fora da cidade, nos Bairros da parte sul da Ilha. Era indispensável um pedido às autoridades municipais, e estas anunciavam o local da queima, e antes de a realizar dever-se-ia pedir a autorização para arranque dos trabalhos¹⁴⁹.

Pela legislação desse tempo, confirma-se algum cuidado a respeito das normas dos foreiros que trabalhavam com a exploração das pedreiras. Cumprir com uma distância declarada, do limite da estrada e da linha divisória para o lado do vizinho, que em 1878 seria de 2 metros. Por outro na exploração, o terreno tinha que ser repostado ao seu nível original, para se evitar grandes poças de água da chuva. Estas disposições mostravam alguma preocupação sobre as áreas abrangidas, que com o tempo não ganharam o nivelamento esperado, complicando assim a conjuntura que se ia agravando.

Segundo a legislação de 1852, nenhum escravo poderia construir palhotas dentro da cidade, apenas no terreno do amo e sob a sua responsabilidade. Os negros livres podiam somente levantar palhotas noutras áreas, determinações das autoridades municipais¹⁵⁰.

Em 1856, foi criado na contra costa o Bairro da Missanga. Os residentes deste bairro compreendiam diferentes classes sociais e etnias, desde africanos islamizados, árabes e cristãos de grupos inferiores. As leis da altura previam construções nas áreas do município e nas dos privados. Nas duas situações seria necessária uma licença camarária, como no caso do privado, uma autorização do proprietário do terreno. Na estrutura do Bairro da Missanga estariam constituídas normas e princípios como os alinhamentos das ruas a respeitar, e as alturas das palhotas deveriam ser sempre a mesma¹⁵¹.

Em 1866, é ampliada a área concedida à construção de palhotas, para a zona de Maragonha, e área contígua das pedreiras. Seria deliberado que os escravos não eram autorizados a adquirir palhotas, devendo ser registadas no nome dos seus proprietários. Seria ainda era autorizado construir palhotas nas zonas de cada quinta, mas para Missanga e Maragonha havia regulamentos claros, tal como nos é relatado no Relatório de 1982-85:

¹⁴⁸ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.18.

¹⁴⁹ Id, ibid., p.18.

¹⁵⁰ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.19.

¹⁵¹ Id, ibid., p.19.

*a necessidade de obtenção do consentimento do foreiro; determinação do alinhamento das obras; a altura terá um limite estabelecido; fixação de um espaçamento entre as palhotas de cerca de 5,5m; imposição do reboco das paredes de pedra e cal*¹⁵².

No ano de 1868, foi imposto que apenas se construía palhotas fora da linha limite do arrabalde. A sul desta linha, encontravam-se *”as pedreiras, os currais do gado, o matadouro, fornos para a queima da cal, depósitos de lenha e carvão, e haveria a possibilidade de se edificar algumas palhotas perante licença respectiva. O limite encontrava-se entre o mercado de peixe e o Bairro Alto da Marangonha”*¹⁵³, que constituiria mais tarde a linha de separação entre a cidade de pedra e cal e a cidade de macuti. Surgem na altura planos de construção de um muro para a marcação da linha divisória.

Em 1894, a área a sul da linha divisória é denominada então de “Bairro Indígena”, por parte da Câmara. Segundo a descrição detalhada pelo Relatório de 1982-85, permaneceram algumas observações a respeito das condições sanitárias e de saúde com as determinações: *“proibição de coberturas de macuti ou de outra espécie de palha nas casas ao longo de todas as principais ruas e travessas. Proibição de edificar palhotas de macuti ou de palha em terrenos considerados públicos; criação de um prazo em que os proprietários têm um ano para substituir a cobertura por telhas, folha de zinco, xisto ou feltro”*¹⁵⁴.

Em 1897, seria criada uma divisão administrativa na Ilha, o Bairro norte e o Bairro sul.

¹⁵² Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.19.

¹⁵³ Id, ibid., p.19.

¹⁵⁴ Id, ibid., p.19.



Figura 20 | Planta da Ilha de autoria do Major Gomes da Costa, 1909¹⁵⁵.

O desenvolvimento e o crescimento que ocorreu no final do século XVIII e princípio do século XX criaram certas limitações na sua expansão, uma vez que teria de ocorrer dentro da própria estrutura da cidade, através da subdivisão das parcelas e da ampliação e do incremento nos pisos do edificado¹⁵⁶.

Determinou-se que as habitações de macuti só se poderiam construir na parte sul da Ilha, sendo o território delimitado por uma linha que corria transversalmente à Ilha, imediatamente a sul do grande hospital novo (1877). Aí se desenvolveu a cidade macuti parte dela ao longo da contra costa e outra parte adjacente às pedreiras de coral. A norte, construía-se diversas casas apalaçadas. Na mudança do século a Ilha tinha atingido quase a sua amplitude actual¹⁵⁷.

¹⁵⁵ Fonte: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=571>; 21/03/2012.

¹⁵⁶ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p. 31.

¹⁵⁷ Id, ibid., p.31.



Figura 21 | Antigo Hospital do Convento de São João de Deus, posteriormente Hospital Real, Ilha de Moçambique, 2009¹⁵⁸.

O século XX, não se destacou por grandes transformações na estrutura urbana da Ilha. Embora se deva referenciar as fortes marcas que as grandes companhias europeias de comércio e agricultura, que dominavam a cidade, deixaram neste território, tanto nos vestígios das suas ampliações e reformas nas antigas casas comerciais, como no contributo dedicado à própria cidade¹⁵⁹. Um exemplo distinto foi a empresa “João Ferreira dos Santos”¹⁶⁰, que depois da 2ª Guerra Mundial era proprietária de uma parte avultada dos grandes edifícios da Ilha e investiu na ampliação na fileira de armazéns situados a norte.

O crescimento da cidade macuti nesta fase foi claro, desde os Bairros da Marangonha até Santo António, expandindo-se pelos terrenos aforados em áreas municipais, e desenvolvendo-se por parcelamentos ao longo das ruas rectilíneas, com um espaçamento adequado entre as palhotas¹⁶¹.

¹⁵⁸ Fotografia Ilha de Moçambique, 22/12/2009, autoria Jorge Pinto.

¹⁵⁹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.20.

¹⁶⁰ Fonte: <http://www.jfs.co.mz/jfsweb/>; 20/03/2012.

¹⁶¹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.20.

Do outro lado da chamada rua do meio foram parcelados analogamente os terrenos particulares, depois de serem retiradas as pedras calcárias. Estes terrenos foram aforados para a construção de palhotas, nomeadamente ao longo das estradas principais venderam-se as parcelas. Devido ao parcelamento entre vários proprietários e a falta de uma planificação centralizada, o povoado ficou mais compacto e labiríntico¹⁶².

Depois dos anos 60, houve uma tentativa de conter as construções de novas palhotas nos lugares onde as velhas haviam já desmoronado, obtendo-se áreas de reserva e vazios urbanos até à concretização de um plano geral dos bairros. Mas a pressão por parte da população seria grande, que após longa espera por um plano, prossegue com a construção clandestina¹⁶³.

Numa leitura global a Ilha de Moçambique encontrava-se praticamente toda edificada nos anos 80. Apenas os terrenos envolventes à Fortaleza, e os terrenos dos cemitérios na ponta sul, se encontram libertos. A meio da Ilha, destacava-se entre o casario pouco denso, as áreas originais das hortas e outras explorações agrícolas¹⁶⁴.

A estrutura urbana da cidade é simples e clara, a malha da cidade de pedra e cal e a malha da cidade macuti são separadas por uma linha de charneira bem precisa. As diversas malhas evidentes, que resultam na cidade de pedra e cal podem ser observadas a sul - a clara e regular trama ortogonal do século XIX (Figura 22, nº3); a meio - os apertados e sinuosos arruamentos do século XVIII (Figura 22, nº2) que inclui o aglomerado do século XVII (Figura 22, nº1), que se prolonga por uma área aberta, frente à Fortaleza. É distinto no conjunto, as feitorias que se localizam ao longo da costa, as habitações de maior destaque ao longo da contra costa, e na zona central a concentração de vários usos da Ilha, como residencial, comércio, equipamento e administração.

¹⁶² Id, *ibid.*, p.20.

¹⁶³ Id, *ibid.*, p.20.

¹⁶⁴ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.33.



Figura 22 | Estrutura urbana nos diferentes séculos, Ilha de Moçambique.¹⁶⁵

¹⁶⁵ Fonte: Autora

3.1.2 Enquadramento e aspetos gerais

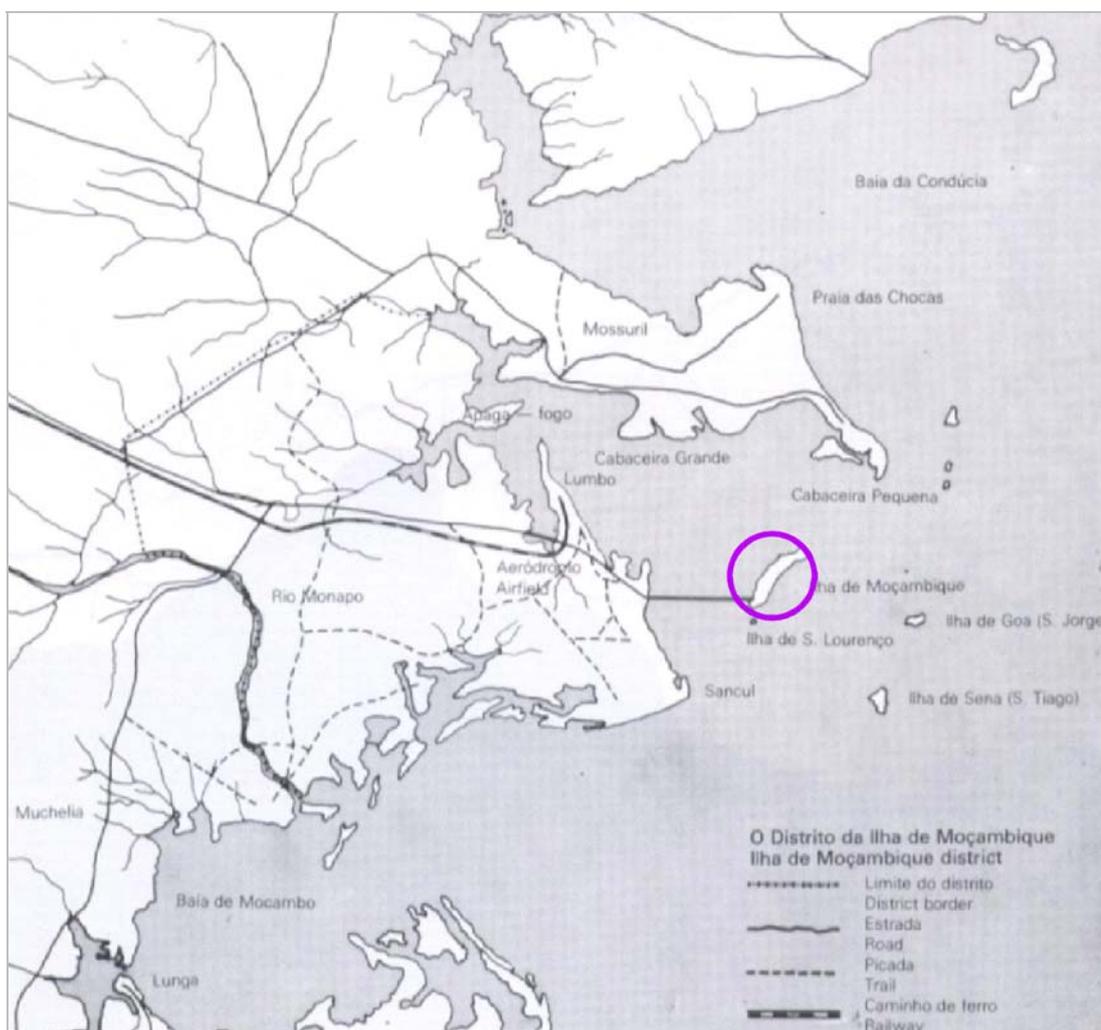


Figura 23 | Distrito da Ilha de Moçambique.¹⁶⁶

A Ilha de Moçambique localiza-se na costa oriental africana e é banhada pelo oceano Índico. Colocada no interior da baía do Mossuril, num recife de coral com praias de areia que formam uma barreira entre o mar aberto e a baía. Implantada em águas calmas e protegida pelos recifes, com o continente apenas a 4 km a oeste, ela oferece um porto natural seguro para barcos e navios. Ligada ao continente por uma ponte, a Ilha tem menos de um quilómetro (300 a 400 m) por cerca de 3 km que se estende no sentido nordeste-sudoeste¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Fonte: Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.38, 01/03/2012.

¹⁶⁷ Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_de_Mo%C3%A7ambique; 21/03/2012.

Forma uma espécie de meia-lua, cujo côncavo está virado ao sul. Quase plana, sem alturas relevantes, razão pelo qual o mar tem muitas vezes entrado e transposto de um lado a outro, em situações de grandes tempestades.¹⁶⁸ Sendo a Ilha relativamente plana, apenas com algumas elevações que implicam o desnível das ruas, sendo a cota mais alta de 9,07m próxima do campo de São Gabriel. No interior, as cotas mais baixas de 1,11m encontram-se 50 cm abaixo do nível médio da praia-mar, e situam-se no local das antigas pedreiras que hoje constituem aproximadamente $\frac{3}{4}$ da área da cidade Macuti. À beira-mar alguns rochedos de coral que formam uma proteção natural contra a força do mar; estes encontram-se sobretudo na costa oriental, em torno do cemitério, na ponta sul, e da fortaleza na ponta norte.¹⁶⁹

A superfície da água que forma a Baía de Moçambique tem uma largura de 10 km, entre Sancul e Cabaceira Pequena, e um comprimento de 11 km, da Ilha até Apaga-Fogo. À entrada da baía há uma série de bancos de coral e areia, pelo que o acesso ao porto é normalmente feito através do canal. A Baía é pouco profunda e pouco acidentada com cotas que variam entre 0,10 m no Sancul e 10 a 11m no ancoradouro.

O distrito da Ilha de Moçambique encontra-se situado no litoral a leste da cidade de Nampula. A leste está limitado pelo Oceano Índico; faz fronteira, a norte, com o Distrito do Mossuril, do qual o separa a Baía; a oeste limita com o Distrito do Mossuril; e a sul, com a localidade da Lunga, pertencente àquele distrito. A área total do distrito é de 245 km². O distrito da Ilha de Moçambique está dividido em duas localidades: a localidade da Ilha e a localidade do Lumbo, sendo a primeira constituída pela própria Ilha de Moçambique e as três pequenas Ilhas: São Lourenço, Goa (ou São Jorge) e Sena (ou São Tiago). O nome destas últimas ilhas provém da direção tomada pelos navios ao partirem da ilha, para Goa ou para Sena.

A Localidade de Lumbo constitui a maior parte do território do distrito. A população total do distrito em 1980 era de 30.152 habitantes, 6.837 na Localidade da Ilha e 23.315 na Localidade de Lumbo. Segundo uma avaliação realizada em 1983, a população total seria de 32.605 habitantes, 7.760 na localidade da Ilha e 24.845 na localidade de Lumbo¹⁷⁰. Sabe-se que uma parte dos residentes da Ilha é originária do Mossuril¹⁷¹. A

¹⁶⁸ Canda, Destina; Chiulele Susana e Vaileque, Agostinho. 2004. “Influencia Marítima na Cultura da Ilha de Moçambique”, Jornadas do Mar – O Mar, um Oceano de Oportunidades. Instituto Superior de Ciências Políticas e Segurança Interna.

¹⁶⁹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.41.

¹⁷⁰ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.38.

ligação entre as pessoas da Ilha de Moçambique e do continente não é apenas expressa pelos laços de sangue que trazem dos pontos de partida. As duas regiões mantêm uma certa complementaridade, com a Ilha de Moçambique a assumir-se como o centro de atividade da pequena região, centro de serviços e de vida urbanizada e o distrito de Mossuril, a fonte principal de produção e satisfação de necessidades em bens alimentares e mão-de-obra dos insulares. De acordo com o Censo de 1997 a população total da pequena região que compreende o distrito da Ilha de Moçambique e o do Mossuril - é de cerca de 133.000 habitantes. A densidade populacional média é de 110,3 habitantes por Km², com a densidade mais alta no Município da Ilha, com 194 habitantes por Km². O distrito de Mossuril tem uma superfície territorial de 3.441Km² e o distrito da Ilha de Moçambique 445Km², tendo a cidade apenas 1Km² de superfície¹⁷².

O Município da Ilha de Moçambique compreende: A Ilha de Moçambique com os bairros de Areal, Esteu, Litine, Macaribi, Marangonha, Museu, Quirahi e Unidade¹⁷³.

Os recursos naturais do distrito provêm principalmente do mar. A Baía de Moçambique é uma das zonas mais importantes de extração de sal do País, havendo nas águas que rodeiam a ilha grandes reservas de peixe, moluscos e corais. A produção agrícola é principalmente de caju, sisal, arroz e diversas culturas para consumo doméstico. A base da economia do distrito é a exportação de sal, peixe, caju e sisal, enquanto que o comércio mantém a ilha como centro comercial sub-regional. Além de Nampula, o distrito tem diariamente ligação rodoviária a Nacala. De barco à vela há ligações diárias entre as ilhas vizinhas¹⁷⁴.

O turismo apresenta-se como um recurso valioso desta região. Ela possui distintos recursos naturais, um clima favorável, uma reserva abundante de peixe e mariscos, boas praias, lagoas com condições para desporto aquático e bancos de corais intermináveis, e ainda um património histórico, cultural e arquitetónico rico e diversificado¹⁷⁵.

¹⁷¹ Fonte: Dados retirados de um levantamento socioeconómico nos distritos da Ilha de Moçambique e Mossuril, pelo Instituto de Investigação para o desenvolvimento de 2001, p.3.

¹⁷² Fonte: Dados retirados de um levantamento socioeconómico nos distritos da Ilha de Moçambique e Mossuril, pelo Instituto de Investigação para o desenvolvimento de 2001, p.3.

¹⁷³ Com base em: "Documento - Base. Seminário de Desenvolvimento da micro-região Mossuril e Ilha de Moçambique", Nampula, Agosto de 2001: 19-32).

¹⁷⁴ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.38.

¹⁷⁵ Fonte: Dados retirados de um levantamento socioeconómico nos distritos da Ilha de Moçambique e Mossuril, pelo Instituto de Investigação para o desenvolvimento de 2001, p.5.

IV – CIDADE PLANEADA E CIDADE ESPONTÂNEA

4.1 Cidade de pedra e cal

4.1.1 Caracterização

A cidade de pedra e cal ocupa uma área aproximada de 380 mil m²¹⁷⁶ relativamente à Ilha, e a cidade macuti uma área de cerca de 290 mil m², as zonas livres, que incluem a Fortaleza e o cemitério, ocupam a restante área de cerca 140 mil m². A Ilha surge nitidamente dividida em zonas distintas, que transparecem de forma homogénea. O extremo norte da Ilha é formado pela Fortaleza (1), a sul da qual se encontra um espaço verde, o campo de São Gabriel (2), com hotel (3), clubes de desporto (4), atualmente abandonados e em ruínas, e campos de jogos. As melhores praias de banhos da ilha surgem em ambos os lados do campo de São Gabriel. Na continuação do Campo de São Gabriel encontra-se a cidade de pedra e cal, estabelecendo a partir daí a maior concentração de edifícios na sua parte noroeste, onde se situam o comércio, a administração e habitação. A zona costeira, a sudoeste é ocupada por armazéns que têm sido adaptados a várias atividades económicas.¹⁷⁷



Figura 24 | Planta norte da Ilha de Moçambique¹⁷⁸

¹⁷⁶ Medição aproximada diretamente de planta da Ilha.

¹⁷⁷ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.43.

¹⁷⁸ Fonte: Planta realizada pela autora, 2011/2012, com base no Google.

A área a sudeste, que foi a última a desenvolver-se encontra-se mais trabalhada extensivamente, com parques, jardins, mercado, clubes de desporto. Ao longo da orla marítima ocidental da cidade de pedra e cal, encontram-se quebra-mares e cais de amarração primitivos, enquanto que a orla marítima oriental é organizada por areias com rochas de coral, não sendo especialmente atrativa para banhos. Uma parte da praia ao longo da contra costa foi objeto de aterros realizados para a estrada marginal que liga a ponte com o norte da ilha¹⁷⁹. O hospital e o seu parque constituem o final da cidade de pedra e cal.



Figura 25 | Vista aérea Ilha de Moçambique¹⁸⁰.

Será uma das áreas urbanas que se destaca da Ilha, e ocupa a quase totalidade da sua metade norte. A meio da Ilha confronta com a cidade macuti num limite transversal e inflexível.

¹⁷⁹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.43.

¹⁸⁰ <http://delagoabayword.files.wordpress.com/2010/02/original-ilha-de-moc3a7-red.jpg>, 15/11/2011.

A estrutura resulta da forma e do diálogo dos talhões e quarteirões nesta zona do território, caracterizam-se por quarteirões ao longo da costa ocidental alongados, com talhões dispostos transversalmente, da linha da costa à rua que corre paralelamente a esta, numa disposição determinada pela função e localização das feitorias. Estes quarteirões e os contíguos, para o interior, estão edificadas de forma apertada e densa, formando representações urbanas com um percurso contínuo de fachadas, sendo complicado distinguir a transição de uma casa para a outra.¹⁸¹



Figura 26 | Imagem Google, Ilha de Moçambique, área norte¹⁸²

O edifício no alinhamento da rua acolhe a loja ou a habitação. Não tendo sido ocupado por anexos, existiria nas traseiras um pátio de dimensão variada, onde se situava a cozinha, a casa de banho, a cisterna, as despensas e os armazéns. Na casa de dois andares, no andar superior encontra-se a habitação, podendo ter uma varanda assente em colunas.

O acesso à rua da área privada, que seria o pátio, fazia-se nas casas mais antigas, a meio do edifício. Mais tarde através de uma passagem estreita ao lado da casa.¹⁸³

¹⁸¹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.57.

¹⁸² Fonte: Imagem retirada do Google; 29/03/2011.



Figura 27 | Imagem Google, Ilha de Moçambique, área central¹⁸⁴.

Ao longo da costa oriental, contra costa, os quarteirões são mais amplos, e muitas vezes com jardim. Aqui se encontram as maiores e mais distintas residências oficiais e as mais antigas habitações. Os arruamentos do século XVII e a primeira metade do século XVIII são esguios, sem passeios e árvores. A sua largura abrange somente alguns metros. Sinuosidades, quebras de alinhamento e deslocamentos nos cruzamentos, transmitem aos arruamentos um cunho de ambiguidade e acanhamento. Em contrapartida os bairros do final do século XVIII e princípios do século XIX têm arruamentos amplos e regulares, com passeios. As árvores de sombra concebiam a estes arruamentos um belo jogo de luz.¹⁸⁵

¹⁸³ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.57.

¹⁸⁴ Fonte: Imagem retirada do Google; 29/03/2011.

¹⁸⁵ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.58.

4.1.2 Arquitetura e processos construtivos

A arquitetura da cidade

A arquitetura desta área da cidade, criada ao longo de séculos é única pela sua harmonia e singularidade face ao progresso técnico do século XX que conseguiu filtrar. Esta identidade é reforçada pela fixação, durante centenas de anos, aos mesmos materiais e técnicas de construção. A pedra calcária, a madeira, a alvenaria para as paredes, vigamentos de madeira para os pavimentos; o revestimento das fachadas (reboco e caiação); os mesmos detalhes (cornijas, guarnições nas portas e janelas, pilastras sem base e capitel); a mesma composição de fachadas (janelas retangulares, colocadas de forma ritmada); o mesmo processo de captação da água das chuvas (terraços).¹⁸⁶



Figura 28 | Rua central de comércio sobre as arcadas, cidade de pedra e cal, Ilha de Moçambique, 2009¹⁸⁷.

Também na estrutura e composição das casas em planta, houve uma continuidade de princípios ao longo dos tempos. O mesmo tipo de organização foi de igual modo

¹⁸⁶ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.58.

¹⁸⁷ Fotografia Ilha de Moçambique, 21/12/2009, autoria Jorge Pinto.

transposto para a cidade macuti.¹⁸⁸ A arquitetura sofreu influências de várias vertentes e lugares, sendo a mais marcante da região do Algarve¹⁸⁹. Encontramos traços comuns entre estas duas regiões tão distantes, como, as paredes rebocadas e caiadas e as fachadas com cornijas e guarnições pintadas a branco. A par podemos encontrar a clareza dos traços e linhas de influências árabes e indianas, nos detalhes de inúmeros edifícios. Por exemplo, a fachada da Igreja da Misericórdia¹⁹⁰ com elementos decorativos árabes na secção central, mas indianos nos ondulantes ornatos em forma de asa de pássaro, e ainda portugueses ou europeus na própria composição barroca com pirâmides¹⁹¹.



Figura 29 | Igreja da Misericórdia, Ilha de Moçambique, 2009¹⁹².

¹⁸⁸ Ilha de Moçambique, Relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.58.

¹⁸⁹ Ilha de Moçambique, Relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.58.

¹⁹⁰ Fonte: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD3495>; 21/03/2012. (A primeira Igreja da Misericórdia foi destruída pelos holandeses em 1607, mas já em 1635 se encontrava reconstruída. Em 1700 foi erigida a fachada atual. O Museu de Arte Sacra foi instalado nas dependências da Igreja, onde antes existia o Hospital da Misericórdia.).

¹⁹¹ Ilha de Moçambique, Relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.58.

¹⁹² Fotografia Ilha de Moçambique, 22/12/2009, autoria Jorge Pinto.

O conjunto arquitetónico ficou constituído nos últimos anos do século XIX, havendo no entanto alguns edifícios que pontuaram o século XX, que seria o caso da esquadra da polícia, em estilo neoclássico, e o edifício da Escola Primária¹⁹³.



Figura 30 | Esquadra da polícia, Ilha de Moçambique, 2009¹⁹⁴.

Com o Relatório de 1982-85, e perante o conjunto de estudos, de imagens, e mapas existentes, facilmente se reconhece bairros que se distinguem pela sua especificidade relativamente ao seu tempo, um Bairro do século XVII, um do século XVIII e outro do século XIX.¹⁹⁵

A grande maioria das casas possuem cornija de cor branca como remate das fachadas. O perfil da cornija permanece quase sempre através dos séculos, uma moldura que remata o coroamento (listel¹⁹⁶), o elemento maior da cornija, geralmente uma moldura

¹⁹³ Fonte: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/mundial/origemportuguesa/126/>, IGESPAR; 21/03/2012.

¹⁹⁴ Fotografia Ilha de Moçambique, 21/12/2009, autoria Jorge Pinto.

¹⁹⁵ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.60.

¹⁹⁶ Fonte: "Moldura estreita e lisa que acompanha outra maior", http://www.arkitekturbo.arq.br/dicionario_por/busca_por.php?letra=listel; 21/03/2012.

de perfil côncavo (caveto¹⁹⁷). Por baixo desta, uma platibanda, na linha da parede, é rematada inferiormente por uma moldura semicircular (bocel¹⁹⁸).



Figura 31 | Cidade de pedra e cal, Ilha de Moçambique, 2009¹⁹⁹.

Através de várias provas fotográficas, gravuras, e testemunhos, é possível reconhecer que as molduras mais antigas, do século XVII, são mais simples, transparecendo maior agilidade e delicadeza, enquanto as do século XVIII são mais robustas ao qual as dos finais século XIX surgem com mais pormenor²⁰⁰.

Na fachada dos edifícios de dois andares salienta-se uma faixa horizontal de cor branca, marcando o piso. Esta faixa, em algumas situações, era o elemento inferior de uma

¹⁹⁷ Fonte: “Moldura côncava em quarto de círculo, nas cornijas”;
<http://www.dicio.com.br/caveto/>;21/03/2012.

¹⁹⁸ Fonte:” Moldura estreita convexa, com seção semicircular, de diversas aplicações, entre elas circundar a parte inferior dos fustes das colunas”,
http://www.arkitekturbo.arq.br/dicionario_por/busca_por.php?letra=bocel;21/03/2012.

¹⁹⁹ Fotografia Ilha de Moçambique, 22/12/2009, autoria Jorge Pinto.

²⁰⁰ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektuskolen i Aarhus-Danmark, p.60.

anterior cornija, que se conservou quando do acréscimo dum piso à casa térrea pré-existente²⁰¹.

Pontualmente, nos edifícios também surgem pilastras de cor branca, que pontuam a secção central da casa ou os seus cunhais. Adoptando uma posição camarária de 1878²⁰², os cunhais seriam bem marcados, o que se nota pelas pilastras dos cunhais. Em baixo as pilastras seriam rematadas por uma base emoldurada num soco saliente. Normalmente as pilastras são rebocadas, caiadas de branco e de superfície lisa, mas também se podem apresentar com o reboco recortado, imitando pedras retangulares (silhares) ou decoradas em forma de painéis com cordões salientes em estuque.²⁰³



Figura 32 | Antiga feitoria, Ilha de Moçambique, 2009²⁰⁴.

As distintivas e marcantes guarnições brancas das portas e janelas são outro detalhe que se destaca nesta arquitetura, com uma largura que rondará os 19 e 20 cm²⁰⁵. Na

²⁰¹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.60.

²⁰² Id, ibid, p.60.

²⁰³ Id, ibid, p.60.

²⁰⁴ Fotografia Ilha de Moçambique, 21/12/2009, autoria Jorge Pinto. (Edifício majestoso, antiga feitoria, tendo sido Administração e posto da Policia, sofrendo alterações e ampliações).

forma mais simples, apenas uma faixa saliente, que emoldura o vão. Em muitas delas, na zona dos cantos é recortada à maneira barroca, por vezes guarnecidas com uma moldura extra, ornamentada. À cercadura também pode ser acrescentado um detalhe decorativo indiano, pela aplicação de um ornato em forma de planta.²⁰⁶



Figura 33 | Antiga casa de hóspedes do Governo Distrital, Ilha de Moçambique, 2009²⁰⁷.

Nas casas mais notáveis, ao longo da contra-costa, a parte superior das janelas surge ornamentada por um elemento escultural semelhante a um frontão. As guarnições mais antigas são talhadas na própria pedra de coral e posteriormente rebocadas, e as mais recentes seriam moldadas no reboco²⁰⁸.

²⁰⁵ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.60.

²⁰⁶ Apontamentos sobre a Ilha de Moçambique, Pedro José Fonseca, anos 60-70.

²⁰⁷ Fotografia Ilha de Moçambique, 22/12/2009, autoria Jorge Pinto.

²⁰⁸ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.60.



Figura 34 | Cidade de Pedra e Cal, Ilha de Moçambique, 2006²⁰⁹

A originalidade e a diferença deste território, passa também pela existência de uma matriz tipo para todas as casas, mesmo antigas e recentes, as maiores e mais pequenas. Transparecendo não de forma direta, mas será um detalhe enriquecedor e emblemático que vinca ainda mais esta arquitetura tão identitária deste local. Esta trama não é um modelo original, mas surge predominante, e aplicada ao longo da evolução e construção dos edifícios de habitação da Ilha²¹⁰. Não será uma planta-tipo fruto de influências diretas que passaram pela ilha, mas uma consequência das disponibilidades locais e da própria vivência da Ilha, o fator clima, os materiais disponíveis na Ilha, e as condições de vida que o local permite²¹¹. Como por exemplo a dimensão limitada das vigas estabelece a largura das divisões, que juntamente com o modo de vida define a função e a planta dos edifícios²¹².

²⁰⁹ http://bp0.blogger.com/_PshaZq1PQ9s/Re0iEQrkRbI/AAAAAAAAAnQ/xFuHTkasE0g/s1600-h/Outubro+2006+033.jpg, (15/11/2011).

²¹⁰ Apontamentos sobre a Ilha de Moçambique, Pedro José Fonseca, anos 60-70.

²¹¹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektkolen i Aarhus-Danmark, p.64.

²¹² Id, ibid, p.64.

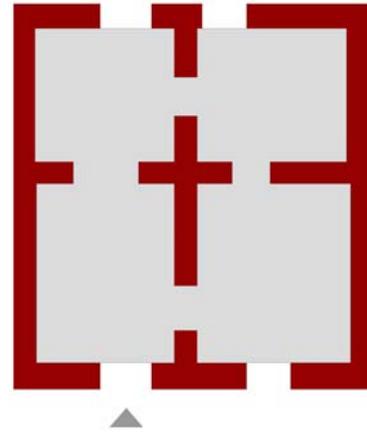


Figura 35 | Modelo da Planta Tipo, Ilha de Moçambique²¹³

A habitação possui uma entrada direta em ligação com a rua, uma área de chegada e distribuição ao centro, e áreas privadas arrumadas lateralmente e em diálogo com o pátio. A planta-tipo é clara no seu desenho, rectangular, com a parede divisória principal longitudinalmente e paralela à rua; e duas outras paredes dispostas transversalmente. A entrada principal, a meio da fachada, sucede-se um largo corredor de circulação e distribuição, a meio da casa. Do corredor tem-se acesso a quatro quartos e à saída para o pátio. O primeiro espaço do corredor que funciona como átrio de entrada serve de zona de chegada e de acolhimento²¹⁴. A casa aparece, dividida, desde a área de convívio através de uma zona comum intermédia, sucedendo depois com um cunho cada vez mais privado, chegando aos quartos e pátio. Todos os quartos estão ligados longitudinalmente e transversalmente por portas, com janelas para o exterior. Esta estrutura garante uma boa ventilação através da casa, e facilita a comunicação dos quartos virados à rua, ao pátio, sem a passagem pela entrada da habitação. Nas casas de menor área, a tipologia é restringida a quatro divisões. Nas habitações maiores pode chegar a nove divisões, e são dotadas de varandas para o pátio, o qual poderá ser dividido transversalmente²¹⁵.

Os edifícios recentes, como as feitorias do século XIX, possuem uma passagem da rua ao pátio direta, ao longo da sua empena, dando passagem a possíveis armazéns. Esta solução protege a ligação através da loja. Nas casas de habitação, e nos edifícios com lojas e escritórios, é possível distinguir a planta-tipo. No caso dos grandes edifícios com dois

²¹³ Fonte: adaptação pela autora, Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.64.

²¹⁴ Apontamentos sobre a Ilha de Moçambique, Pedro José Fonseca, anos 60-70.

²¹⁵ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.64.

pisos é verificável o mesmo princípio de estrutura, simplesmente as áreas se encontram distribuídas de forma diferente. Nestes edifícios, é frequente aparecer uma escadaria monumental, que liga à zona privada e à varanda do piso superior²¹⁶.

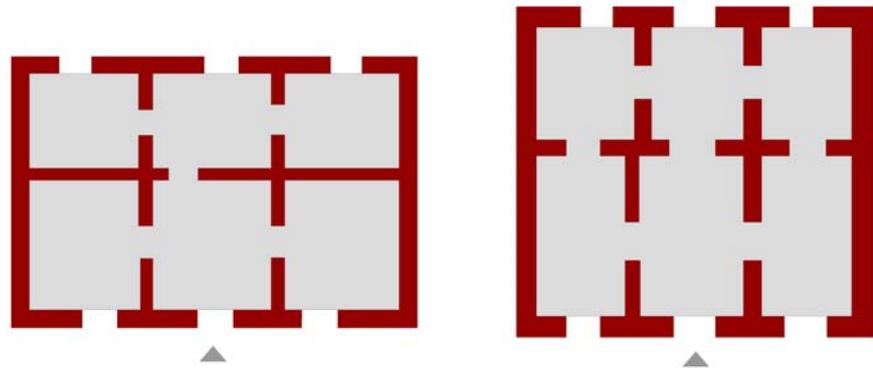


Figura 36 | Modelos das Plantas Tipo, Ilha de Moçambique²¹⁷

A disposição da planta-tipo resulta em casas simples, proporcionadas e funcionais, com fachadas simétricas e harmoniosas. Os princípios de construção dos edifícios são muito simples. Alguns edifícios, dos bairros mais antigos, datados dos séculos XVII e XVIII, surgem desfigurados e inconsequentes, resultado da necessidade de espaço, e produto dos acréscimos de pisos e de anexos. Naturalmente através de levantamentos e pesquisas mais profundas e detalhadas seja possível confirmar a presença da planta-tipo original.

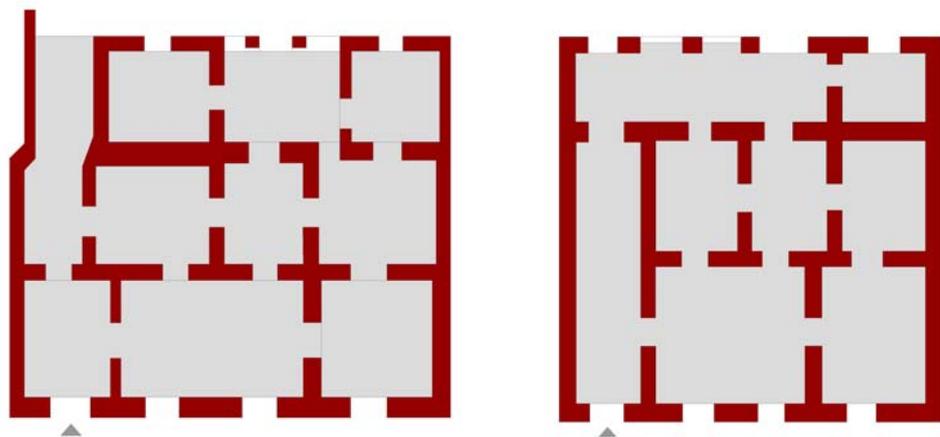


Figura 37 | Modelos das Plantas Tipo, Ilha de Moçambique²¹⁸

²¹⁶ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.64.

²¹⁷ Fonte: adaptação pela autora, Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.64.

²¹⁸ Fonte: adaptação pela autora, Id, ibid, p.64.

Processos Construtivos

Alvenaria, pavimentos, coberturas, portas e janelas e as cisternas



Figura 38 | Alvenaria, Ilha de Moçambique²¹⁹.

As paredes dos edifícios são levantadas com pedra calcária de coral²²⁰, extraída das pedreiras que se situavam na parte sul da Ilha. A cor da pedra alternava do castanho acinzentado claro ao castanho avermelhado escuro, onde o seu tamanho variava muito dependendo da forma como seria empregue na construção. A espessura das paredes andaria entre 40 a 90 cm²²¹. Nas situações mais simples de alvenaria, sendo as pedras são relativamente pequenas, grosseiras e a sua colocação seria feita de certa forma descomprometida. As alvenarias ditas de melhor qualidade seriam realizadas pelo processo de parede de caixa, no qual o espaço entre os paramentos exteriores era enchido com pedras pequenas e irregulares²²².

²¹⁹ <http://ma-schamba.com/ficheiros/IlhaMz-436.jpg>, (15/11/2011).

²²⁰ DIAS Graciete Tavares. 2007. “*O Património Geológico de Moçambique e Geoconservação*” Universidade do Minho, Escola de Ciências, departamento de Ciências da Terra.

²²¹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.84.

²²² Apontamentos sobre a Ilha de Moçambique, Pedro José Fonseca, anos 60-70.

A obra de alvenaria seria usualmente aparelhada pelo assentamento de grandes blocos de pedra, em fiadas ao comprido, com a face externa lavrada de forma grosseira. O espaçamento entre os paramentos exterior e interior da parede era preenchido com pedra miúda e detritos. Por cima de cada fiada de blocos, é colocada uma fiada de pedras chatas fiada de encasque para compensar o que faltar à fiada inferior, e o processo vai-se repetindo. Esta forma de alvenaria pode ser observada, em muitas situações da ilha em que encontramos paredes arruinadas²²³.



Figura 39 | Ilha de Moçambique, 2010²²⁴.

Os cunhais das paredes, não têm aparelho próprio, apenas por vezes, de metro em metro, uma grande pedra é encastrada na parede contígua para que assegure um travamento efectivo. Nas paredes de maiores dimensões percebem-se, as diferenças de colorido da

²²³ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.84.

²²⁴ Fotografia Ilha de Moçambique, 04/02/2010, autoria João Semblano.

argamassa. A cor pode também variar à volta de um cunhal. Isto indica que a construção se processou por etapas e com preparação de nova argamassa²²⁵.

Junto aos vãos das aberturas e junto aos cunhais dos edifícios, as paredes são rematadas por blocos de pedra aparelhada, montadas com juntas estreitas e regulares. A pedra de coral é um material de manuseio fácil, e quando é extraída da pedreira recentemente mais fácil se torna de trabalhar, daí a sua utilização em situações como cornijas, colunas, guarnições de janelas, assentos. As vergas das portas e das janelas são feitas com lintéis de madeira ou com arcos de pedra de coral. As cornijas, frisos, pilastras e guarnições das portas e janelas, seriam resolvidas em pedra lavrada, embora as moldadas com argamassa e pedra miúda fossem mais frequentes. O adobe era utilizado, nalguns casos, para a construção de paredes divisórias, nas estruturas mais recentes seria usual encontrar tabiques de tijolo²²⁶.

Relativamente ao revestimento dos paramentos exteriores, os rebocos e argamassas, muitas vezes atingiam 5 cm de espessura, compostos por várias camadas, a primeira de acabamento grosseiro e as últimas mais cuidadas. As superfícies mais cuidadas tinham uma camada final até 5 mm de espessura, alisada e caiada no final.

A argamassa de cal²²⁷ pura era utilizada tanto no reboco das paredes como na ligação da alvenaria, neste caso com a pedra de coral criando uma alvenaria sólida e homogénea. Como acabamento as paredes seriam caiadas. No século XIX, determinou-se que as casas deveriam ser caiadas no mínimo uma vez por ano, entre Julho e Agosto. As paredes exteriores poderiam ser caiadas de qualquer cor, com exceção do branco²²⁸.

A robusta alvenaria de pedra de coral é de grande durabilidade, podendo confirmar-se pela imagem da própria cidade, onde os telhados, janelas e portas, são inexistentes, mas as paredes permanecem firmemente de pé. Esta durabilidade da alvenaria justifica-se pela espessura das paredes e pela traça então utilizada entre a pedra de coral e a argamassa de cal. A estabilidade do solo da Ilha também contribui na preservação das alvenarias, só em certas casas que estejam junto à água se observa rachas já consideráveis.

²²⁵ Apontamentos sobre a Ilha de Moçambique, Pedro José Fonseca, anos 60-70.

²²⁶ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.84.

²²⁷ Fonte: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=11707>; 17/01/2012.

²²⁸ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.84.

A causa de anomalias nas paredes seria devida a incorretos processos de manutenção, ou à sua ausência, que se constatava sobretudo pelo descamar das paredes²²⁹.

Em contra partida a vegetação e a consequente penetração das suas raízes, causa grandes danos. Os efeitos da figueira-brava são especialmente desastrosos, a planta tem um desenvolvimento muito rápido, em que as suas raízes penetram por todo o lado, rompendo as paredes e soltando os rebocos.



Figura 40 | Penetração de raízes no edificado, Ilha de Moçambique, 2009²³⁰.

Nos restauros mais recentes verifica-se a utilização do cimento nomeadamente na reparação do reboco das fachadas, mas com um resultado inadequado. Este material não é compatível com a alvenaria porosa das paredes de calcário, que passado algum tempo são afastadas pela inflexível e dura argamassa de cimento²³¹. Tudo acaba por soltar e cair. O reboco de cimento bloqueia também a secagem da humidade que tenha penetrado na obra

²²⁹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.86.

²³⁰ Fotografia Ilha de Moçambique, 22/12/2009, autoria Jorge Pinto.

²³¹ Apontamentos sobre a Ilha de Moçambique, Pedro José Fonseca, anos 60-70.

de alvenaria, e se junta por detrás da camada de cimento, provocando a sua queda e arrastando o reboco de cal a que estava ligada.

Nos edifícios da Ilha não existem caves, sendo os pavimentos térreos assentes diretamente sobre o terreno natural. O elemento da base da construção é um aterro de areia, a que se sobrepõe uma camada de areia misturada com brita de coral. Por cima, assenta uma camada de argamassa de cal com pequenas pedras de coral, e o pavimento é acabado com um revestimento de argamassa forte e uma fina camada de argamassa queimada de cal e areia, frequentemente pigmentada de vermelho²³².

Mais frequentemente surgem pavimentos de cimento, ou revestidos com betonilha de cimento. Estes pavimentos não são tão duráveis como os tradicionais.



Figura 41 | Interior de uma habitação da cidade de pedra e cal, Ilha de Moçambique²³³

A estrutura sobre a qual assentam o pavimento superior e as coberturas é composta por vigas de mecrusse²³⁴, uma madeira pesada e compacta, que raramente é atacada pelas térmitas.

As vigas, com cerca de 20 x 20 cm de secção, vencem vãos de 4 a 6 m, de parede a parede. Se o vão for maior, as vigas apoiam-se numa pesada viga mestra de mecrusse. A distância entre as vigas é de 150 a 200 cm. Sobre elas repousam pequenas vigas secundárias de cerca de 10 x 10 cm de secção²³⁵. O intervalo entre estas é pequeno, de 10 a

²³² Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.88.

²³³ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.90.

²³⁴ Fonte: "A madeira tem uma cor amarelada que progride para um castanho aclarado à medida que se converge para o interior do tronco. Tem uma massa volúmica de 920 Kg/m³ com 12 % de humidade o que torna esta madeira extremamente dura, esta madeira seca lentamente com um risco de deformação mínimo", <http://www.woodmarket.com/portuguese/mercruesses.asp>; 21/03/2012.

²³⁵ Apontamentos sobre a Ilha de Moçambique, Pedro José Fonseca, anos 60-70.

15 cm, de modo a poderem suportar lajes de coral de 7 a 10 cm de espessura e 23 a 25 cm de largura, com comprimento variável. Sobre a camada de pedra é assente uma camada de nivelamento de 5 a 10 cm de espessura, de argamassa de cal misturada com gravilha de coral. Por vezes encontra-se sobre esta camada, uma outra camada de brita de 10 a 15 cm de espessura. Em cima de tudo, é colocada uma camada superficial de 1,5 a 2,0 cm de espessura, composta de argamassa de cal de qualidade superior, com uma mistura de murrapa²³⁶, que é o produto de uma planta trepadeira, depois de triturada²³⁷. A murrapa²³⁸ era misturada com a cal, juntamente com óleo de amendoim, em dosagem cujo segredo se perdeu. Esta argamassa teria elevada resistência de impermeabilidade. Finalmente, sobre esta é colocada uma fina camada lisa de acabamento, com 0,5 cm, à qual também se mistura murrapa²³⁹.

Posteriormente à instalação de uma conduta de água do continente à Ilha, muitos habitantes deixaram de aplicar terraços para a recolha da água da chuva, substituindo-os por coberturas inclinadas de telha, chapas de fibrocimento ou chapas de zinco. Existem também coberturas em betão armado, que se degradam rapidamente devido ao ferro das armaduras e ao clima tão húmido²⁴⁰.

A técnica antiga das coberturas é distinta por algumas particularidades: pela temperatura constante no interior das casas, e a importância na recolha da água das chuvas.

A grande espessura das coberturas tradicionais, com uma camada de pedra de 20 a 35 cm, propicia uma inércia térmica, que faz com que a temperatura se mantenha relativamente constante no interior das casas. Este género de coberturas não é tão suscetível às oscilações de temperatura como as coberturas metálicas ou como as coberturas com isolante. Além disso, a evaporação da água nos terraços, contribui para que a temperatura dentro de casa diminua.

O estado de conservação das coberturas e dos pavimentos é um dos sinais mais suscetíveis para a prevenção e proteção do edificado. A existência de infiltrações na

²³⁶ “Murrapa” seria “uma emulsão de raízes”, segundo uma definição no documento realizado pela UNESCO, “A program for sustainable human development and integral conservation global report” UNESCO, 1998.

²³⁷ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.90.

²³⁸ CARDUCCI, Guido. 1998. “Legislation”. In Ilha de Moçambique; A program for sustainable human development and integral conservation global report. UNESCO and UNDP.

²³⁹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.90.

²⁴⁰ Id, ibid, p.90.

cobertura leva muitas vezes água à zona de vigamento, humedecendo as vigas e provocando o seu apodrecimento²⁴¹. Contribuirá também a figueira-brava, com o seu rápido crescimento e as fortes raízes, para o enfraquecimento do edifício e sua possível destruição. Esta conjuntura é bastante comum na degradação dos edifícios.

O trabalho em madeira evidenciava-se pela sua singularidade e originalmente na sua aplicação e qualidade. Foi retirado das casas e utilizado como lenha na preparação de comida. Eram utilizadas madeiras duras, como mecrusse, umbila, e umbaua. As ferragens eram artesanais. Em geral as portas eram de dois batentes. Algumas de grande pormenor, com talha, mas vulgarmente portas almofadadas, com painéis autênticos ou falsos. As portas simples são portas de tábuas com folhas de três pranchas verticais²⁴².

Destaca-se o aparecimento de uma bandeira horizontal na parte superior das portas, que trabalhava como uma abertura de ventilação, estando inserida no próprio conjunto da porta. É elaborada de modo a parecer uma almofada verdadeira. Por vezes a abertura é acabada com grelhas ou persianas²⁴³.

²⁴¹ Id, ibid, p.92.

²⁴² Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.94.

²⁴³ Fonte: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27890; DGEMN-IHRU;22/03/2012.



Figura 42 | Porta com ornamentos em talha, Ilha de Moçambique, 2009²⁴⁴.

As janelas, segundo um princípio de 1878, deveriam ter 1m de largura e 1,5 de altura, como a sua abertura não devia ser para o exterior, para não perturbar o tráfego da rua. As janelas serviriam vários propósitos iluminação, ventilação, protecção contra a água das chuvas e contra os insectos. Permanecem vários tipos e combinações de janelas²⁴⁵. A forma mais comum de janela é uma simples abertura na parede guarnecida de um caixilho em forma de grelha, embutido na parede. As portadas proporcionavam melhor protecção contra a chuva e contra os olhares indiscretos, por vezes do tipo veneziano, possibilitando ventilação e a entrada de um pouco de luz. Poderá em alguns casos ter uma rede mosquiteira. Dada a importância de uma boa ventilação, surgem nalguns casos, a construção na própria alvenaria, de aberturas próprias de ventilação, tanto nas paredes exteriores como nas divisórias²⁴⁶.

²⁴⁴ Fotografia Ilha de Moçambique, 21/12/2009, autoria Jorge Pinto.

²⁴⁵ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.96.

²⁴⁶ Id, ibid, p.96.



Figura 43 | Diversos tipos de janelas que aparecem na Ilha de Moçambique^{247 248}

Segundo a orientação de 1878, dever-se-iam construir cisternas em cada casa, e a sua capacidade em metros cúbicos não deveria ser inferior a metade da área total da cobertura da casa, expressa em metros quadrados²⁴⁹.

As cisternas situavam-se geralmente no pátio, onde recolhiam a água das coberturas. Pontualmente algumas seriam cavadas no solo rochoso abaixo do nível do chão, mas a maior parte é colocada sobre o terreno. A colocação numa cota mais elevada facilitava o fornecimento da água à cozinha. A um nível inferior ao terreno, como as grandes cisternas do Hospital, a água é elevada por meio de bombas. Existia na Ilha um conjunto de armazéns, os armazéns Carramo, que dispunham de um grande conjunto de cisternas, que incluía um aqueduto suportado por arcos, para conduzir a água das chuvas da cobertura para as cisternas. Sobre a sua cobertura existiam pequenas casas com bombas para puxar água. Às paredes interiores foi aplicado um revestimento de murrapa, que as impermeabilizou. As propriedades químicas da pedra calcária impedem a putrefacção da água.

²⁴⁷ Fotografia Ilha de Moçambique, 25/12/2009, autoria Jorge Pinto.

²⁴⁸ <http://ma-schamba.com/ficheiros/IlhaMz-472.jpg>, (15/11/2011).

²⁴⁹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.99.

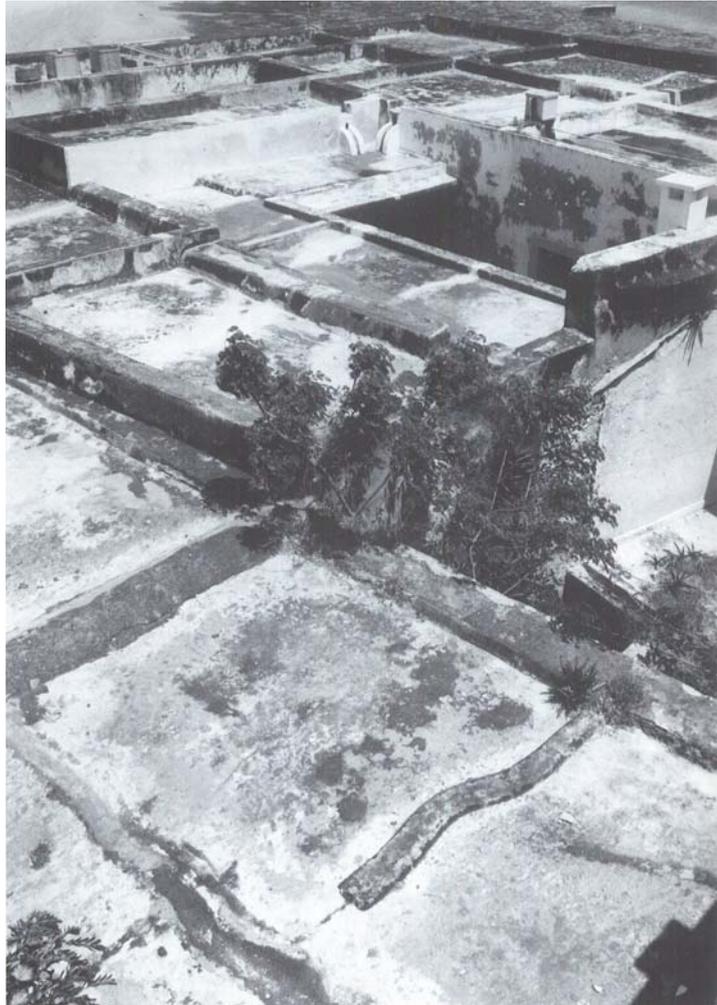


Figura 44 | Sistema de recolha das águas, Ilha de Moçambique²⁵⁰.

A água das chuvas é recolhida nos terraços, que formam tanques rodeados por parapeitos baixos e que são extensões das paredes exteriores. Estes muretes deixam decifrar a planta da casa pelo terraço. O seu objetivo seria de assegurar que o máximo de água fosse guardado durante as fortes chuvadas. Da cobertura, a água seria conduzida por um tubo de descarga na parede exterior. Segundo um princípio do século XIX, era proibido realizar descargas livres para a rua ou conduzir as saídas da água para a via. Assim existiriam as baixadas inseridas ou montadas sobre as paredes, de modo que não permitiam a água jorrar livremente²⁵¹.

Após a cidade ter sido equipada com a instalação de uma conduta, que conduzia a água desde o rio Monapo, no continente, diminuiu o interesse na utilização das cisternas e a sua manutenção deixou-se de se fazer. Algumas deixaram de ser usadas, ficando sem

²⁵⁰ Fonte: Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.100.

²⁵¹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.99.

cobertura e pouco a pouco, tornaram-se ineficazes. Embora muitas continuem intactas e em uso. Os terraços e cisternas gozam de um grande diálogo nesta arquitetura, uma inter-relação de lógica e utilidade.

O sistema de cisternas não deixa de ser uma valência para a auto-suficiência que a cidade pode sempre ter de forma a não depender da única fonte de abastecimento de água. A preservação dos terraços será com certeza também um enriquecimento para o património da própria Ilha²⁵².

²⁵² Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.99.

4.2 Cidade de Macuti

4.2.1 Caracterização

A transição da cidade de pedra e cal para a cidade macuti surge bruscamente devido à diferença no nível do terreno e ao carácter distinto das duas áreas. A cidade macuti que se encontra dividida administrativamente em 7 bairros, tem uma alta densidade de ocupação e as habitações que aí existem são de simples construção, tendo como elemento arquitetónico dominante as coberturas de macuti²⁵³.



Figura 45 | Cidade Macuti, Ilha de Moçambique²⁵⁴.

É unicamente na área à volta da mesquita e nos cruzamentos das ruas, que edifícios antigos de alvenaria podem ser encontrados²⁵⁵. Em ambos os lados da cidade macuti a praia é utilizada principalmente por atividades ligadas à pesca como o desembarque de peixe, reparações de barcos, velas, redes. Enquanto que o lado oriental

²⁵³ “O Macuti é um material tradicional de construção, consistindo em tiras de folhas de coqueiro espalmadas, utilizadas ainda hoje para cobertura de casas, em África e universalmente em países tropicais”
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Macuti>; 21/03/2012.

²⁵⁴ [http://aquimetem.blogs.sapo.pt/tag/ilha+de+Moçambique,\(15/11/2011\)](http://aquimetem.blogs.sapo.pt/tag/ilha+de+Moçambique,(15/11/2011)).

²⁵⁵ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.43.

tem a forma de um passeio marginal, a parte ocidental tem, em diversos lugares, casario até à borda da água. A ponta meridional da ilha é formada por um espaço verde, com cemitérios. Perto da ponte encontra-se uma estação de serviço, encontrando-se aqui os reservatórios de água. As praias à volta da ponta meridional são praticamente inutilizáveis devido às formações rochosas que aí existem²⁵⁶.

Com a demolição do Bairro Missanga, foi determinado uma linha de separação transversal à Ilha, a sul do Hospital, que decretava a charneira entre a cidade e o arrabalde. A sul desta linha cresceram os bairros da Ponta da Ilha, preenchendo quase metade do território sul.

Surgiram os primeiros bairros como Marangonha e o Esteu e mais tarde o bairro Quirahi. Havia o registo de sete bairros levantados nos anos oitenta, hoje em dia são muito mais. Fora da cidade de pedra e cal identificamos estruturalmente seis áreas distintas rasgadas por ruas que andam numa cota mais elevada.



Figura 46 | Cidade Macuti, eixo principal, Ilha de Moçambique, 2010²⁵⁷.

²⁵⁶ Id, *ibid.*, p.43.

²⁵⁷ Fotografia Ilha de Moçambique, 04/02/2010, autoria João Semblano.



Figura 47 | Cidade Macuti, Ilha de Moçambique, Janeiro 2012.²⁵⁸

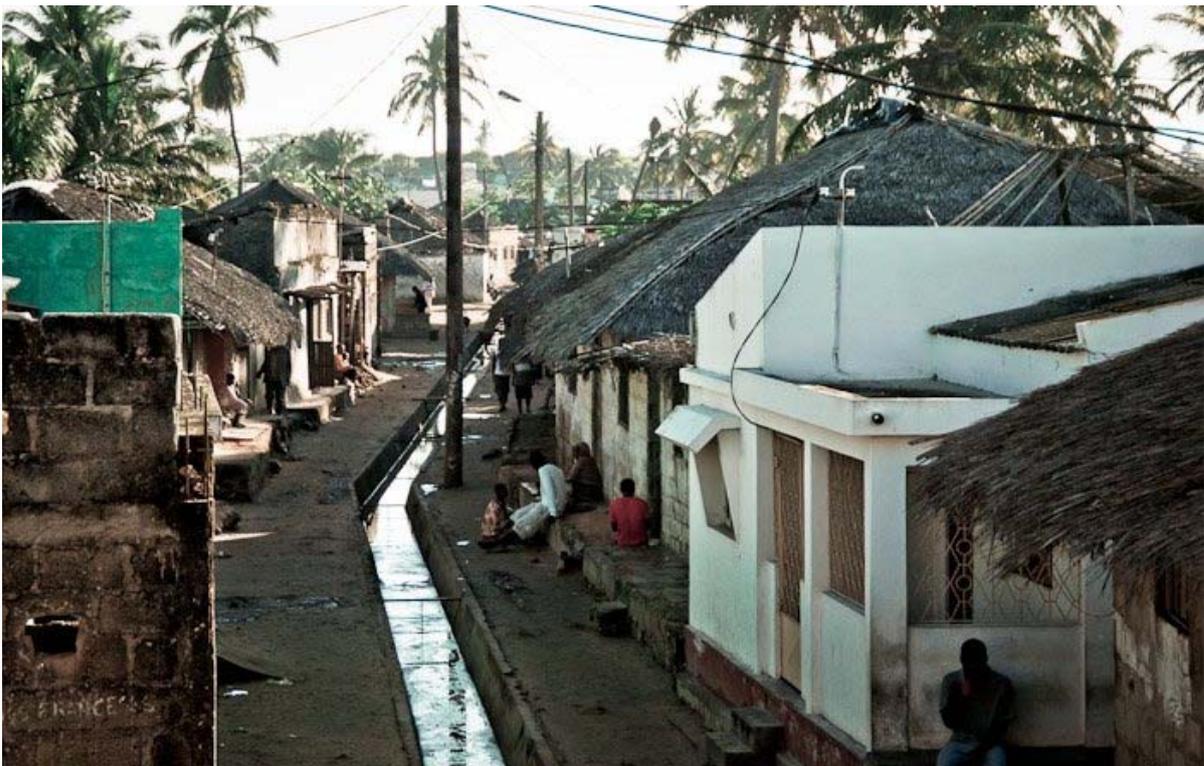


Figura 48 | Cidade Macuti, Ilha de Moçambique, agosto 2010²⁵⁹

²⁵⁸ [http://valoie.blogspot.com/\(07/02/2012\)](http://valoie.blogspot.com/(07/02/2012)).

Na extensão da contra-costa, segundo o Relatório 1982-85 da Ilha de Moçambique, existiam os bairros Marangonha (1), Mutacane (Areal) (2), Unidade (antigo Santo António) (3) e Quirahi (3). Estes bairros caracterizavam-se pelo seu traçado mais regular. Esta área seria mais atingida pelos ventos do mar e dunas de areia, a quantidade de pedra extraída não seria tão excessiva, e a maioria da terra permaneceu propriedade do estado. Consequentemente os bairros deste lado da ilha foram sujeitos a algumas linhas de planeamento e registo cadastral, resultando numa malha de ruas mais largas e ortogonais²⁶⁰.

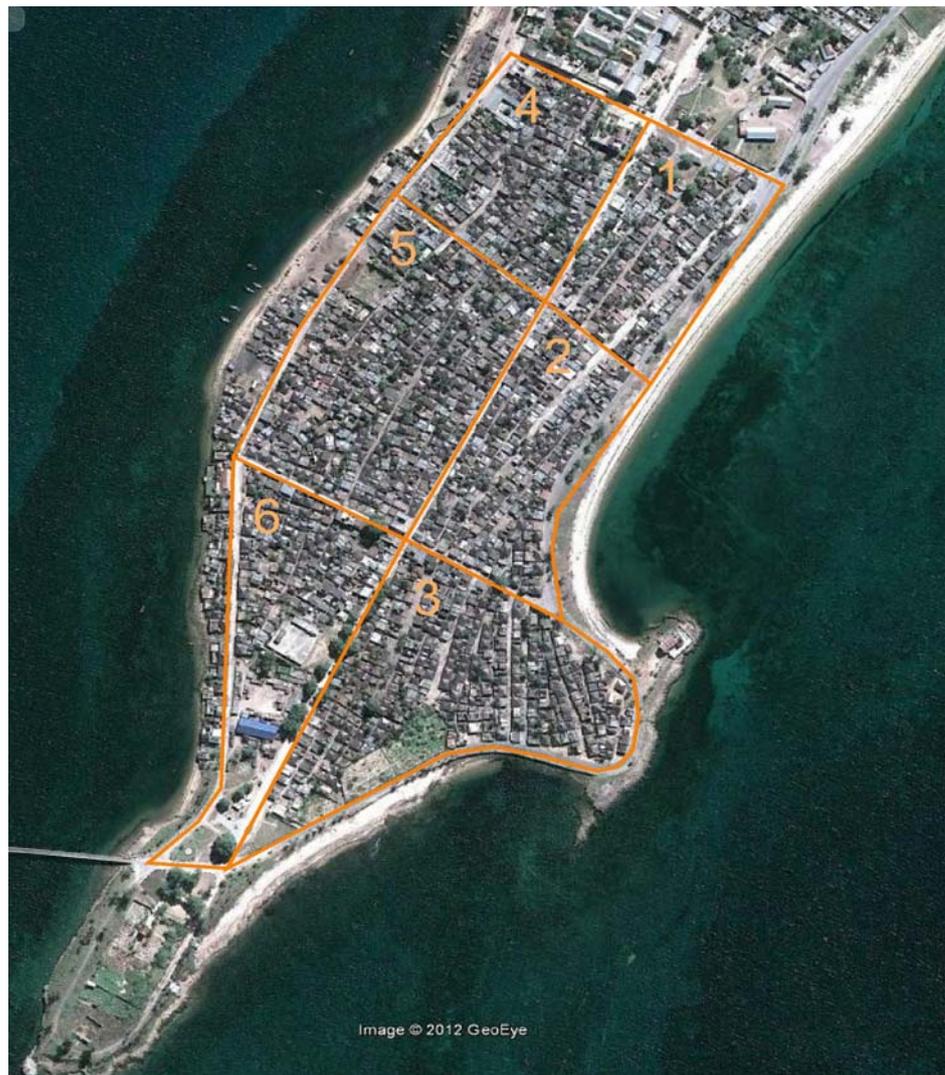


Figura 49 | Localização dos Bairros da cidade Macuti, Ilha de Moçambique²⁶¹.

²⁵⁹ Fonte:

http://3.bp.blogspot.com/_AtBiHprQwxg/TFpHJ45zFkI/AAAAAAAAAGMQ/nCUpIapvy8w/s1600/ilha2ndmorning-m21.jpg, 22/03/2012.

²⁶⁰ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.141.

²⁶¹ Fonte: autora, e Imagem Google histórico 2009. 12/03/2012.

Já os bairros ao longo da costa seriam Esteu (4), Litine (5) e Macaripe (6). Estes bairros fixaram-se nas antigas pedreiras, cujos terrenos estavam divididos entre vários proprietários e arrendatários, originando uma matriz de grande irregularidade resultado de uma área que nunca auferiu nenhum planeamento e daí inexistência de nenhum registo cadastral²⁶².

Numa leitura global, conforme a imagem da figura nº 48 os bairros estão inseridos numa estrutura ortogonal em que o eixo principal é interrompido por uma variedade de largos, ruas e travessas.



Figura 50 | Cidade Macuti, Ilha de Moçambique²⁶³.

Para além desta diversidade entre bairros, aparecem subáreas com características igualmente específicas e distintas. Uma área com mais poder económico em contraste com outra mais carenciada. As casas geralmente melhores situavam-se nas áreas próximas à cidade de pedra e cal ou ao longo das ruas principais. Casas que já teriam algumas infraestruturas e seriam habitadas por elementos da população com rendimentos superiores aos da maioria, edificadas em parcelas de terreno que pertenciam a grandes proprietários de terras, e aos quais foram compradas. No interior dos bairros encontraríamos as casas mais pobres. Outra zona distinta seria a mais comercial, de domínio indiano,

²⁶² Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.141.

²⁶³ Fotografia Ilha de Moçambique, 04/02/2010, autoria João Semblano.

desencadeando-se à volta da Mesquita Grande, com casas de alvenaria, tendo sido uma antiga extensão da cidade de pedra e cal²⁶⁴.



Figura 51 | Figura 52 | Figura 53 | Localização da Mesquita Grande, Ilha de Moçambique²⁶⁵

A Mesquita implantada na baía insere-se de forma dominadora entre os bairros Esteu e Litine, tendo preservado o nível da cota original.

²⁶⁴ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.141.

²⁶⁵ Fonte: http://banconacionalultramarino.blogspot.com/2012/02/ilha-de-mocambique_20.html. 13/03/2012.

Os cruzamentos compostos ao longo do eixo principal e respectivas transversais estabelecem centros de atividades comerciais e sociais, com lojas situadas ao nível da rua elevadas (1) em relação ao nível do terreno dos bairros²⁶⁶.

Outra área a realçar encontra-se mais ligada às atividades piscatórias, estabelecida na zona do largo e da praia junto à Mesquita, mais conhecida por Celeiro (3). Local muito dinâmico, pela azáfama do mercado do peixe, e do qual partem os barcos para o Mossuril e Cabaceiras.

Na direção oposta da Mesquita Grande, encontra-se um alinhamento de casas e de palhotas populares, denominada por Passo-Mar (2). Área marcada pela aproximação do mar e pela pesca. A Baía de Santo António (4) seria igualmente um espaço dedicado à atividade piscatória²⁶⁷.



Figura 54 | Planta da zona sul da Ilha de Moçambique²⁶⁸

²⁶⁶ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.144.

²⁶⁷ Id, ibid., p.144.

²⁶⁸ Fonte: Planta realizada pela autora, 2011/2012, com base no Google.



Figura 55 | A atividade piscatória, Ilha de Moçambique²⁶⁹.



Figura 56 | Cidade Macuti, Ilha de Moçambique²⁷⁰.

²⁶⁹ Fonte: Fotografia Ilha de Moçambique, 04/02/2010, autoria João Semblano.

4.2.2 Arquitetura e processos construtivos

A arquitetura da cidade

As casas encontram-se implantadas em conjuntos ou encadeadas umas nas outras, separadas apenas por ruas ou percursos muito apertados. O lado maior das casas forma a fachada principal para a rua, com a porta principal ao centro, e em muitos casos com um logradouro comum²⁷¹.



Figura 57 | Cidade Macuti, Ilha de Moçambique²⁷².

Mas a falta de espaço levou a que este princípio nem sempre se comprove. Nomeadamente nas antigas pedreiras verifica-se uma ocupação arbitrária dos terrenos entre as filas mais regulares das casas. Com um beiral prolongado do telhado, e ao longo de toda a extensão da casa, encontra-se um patamar levantado, ou uma plataforma de pedra, que funciona como uma zona de estar semi-privada²⁷³. Com esta estrutura os habitantes detêm

²⁷⁰ Fonte: Fotografia Ilha de Moçambique, 04/02/2010, autoria João Semblano.

²⁷¹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.146.

²⁷² Fotografia Ilha de Moçambique, 04/02/2010, autoria João Semblano.

²⁷³ Id, ibid., p.146.

um diálogo forte e intimista com a própria rua. Na estação quente, as varandas são também utilizadas como áreas de dormir, e as relações sociais na rua tornam-se mais intensas.

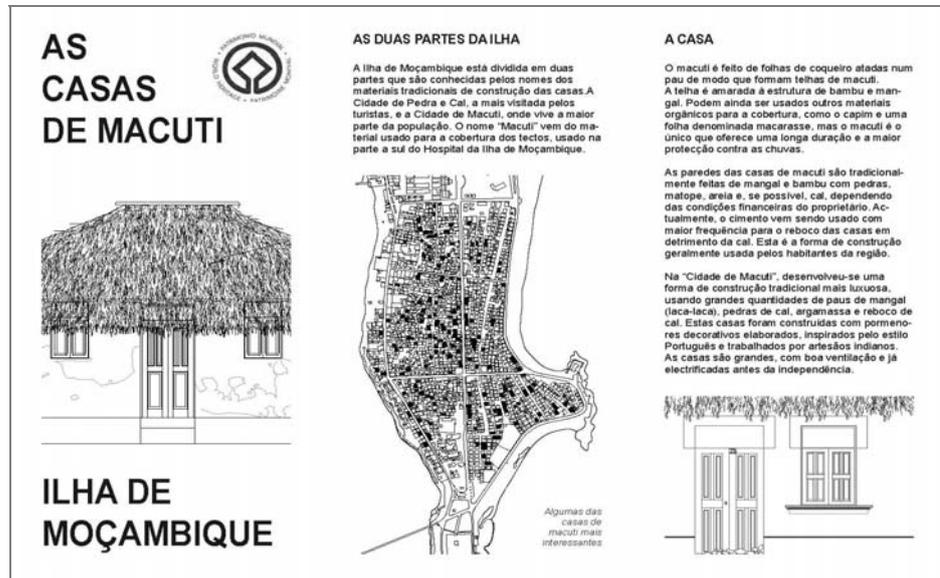


Figura 58 | Brochura sobre as casas Macuti, Ilha de Moçambique²⁷⁴.

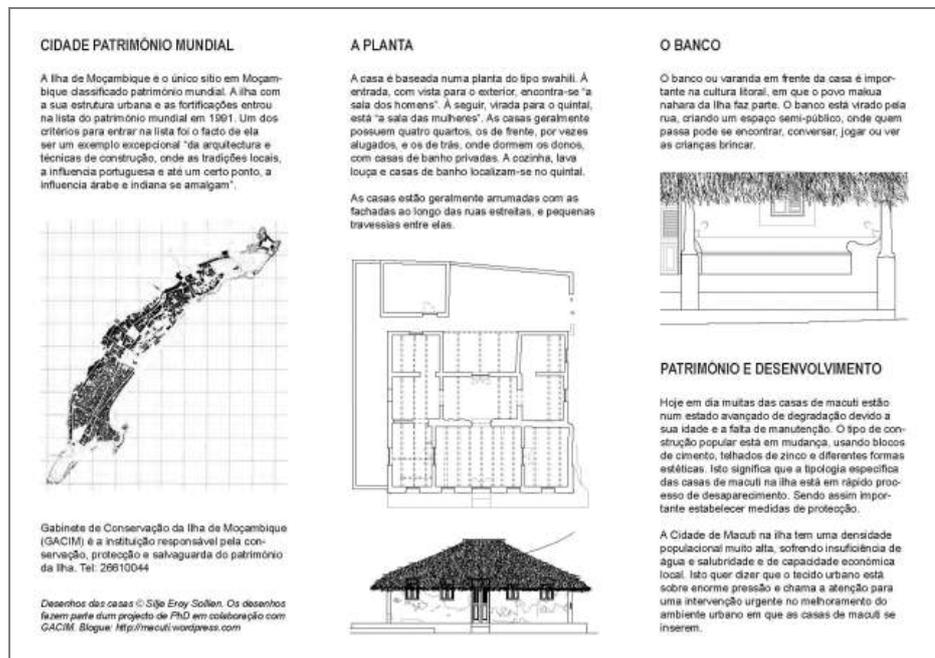


Figura 59 | Brochura sobre as casas Macuti, Ilha de Moçambique²⁷⁵

²⁷⁴ Brochura realizada pelo gabinete de conservação da Ilha de Moçambique de forma a promover a conservação do património da Ilha. Fonte: <http://macuti.wordpress.com/2011/08/26/16-brochure/>; 22/03/2012.

A planta da casa distingue-se pela presença de um corredor central que faz a ligação entre a varanda abrigada e o logradouro nas traseiras dando acesso aos quartos, acabando a varanda por ser a sala comum da casa. A casa era concebida de início para acomodar várias gerações ou famílias. Contém um espaço para a higiene com um lavatório e urinol, anexo a cada quarto ou a cada dois quartos²⁷⁶. A cozinha e anexos encontravam-se ligados com um pequeno alpendre que se abria para o logradouro nas traseiras, ou poderia estar situado ao longo dos limites laterais ou ao fundo. No logradouro que muitas vezes se tornava quintal e no alpendre acontecia as atividades caseiras, lavagens de roupa, cozinha, e preparação dos alimentos²⁷⁷.

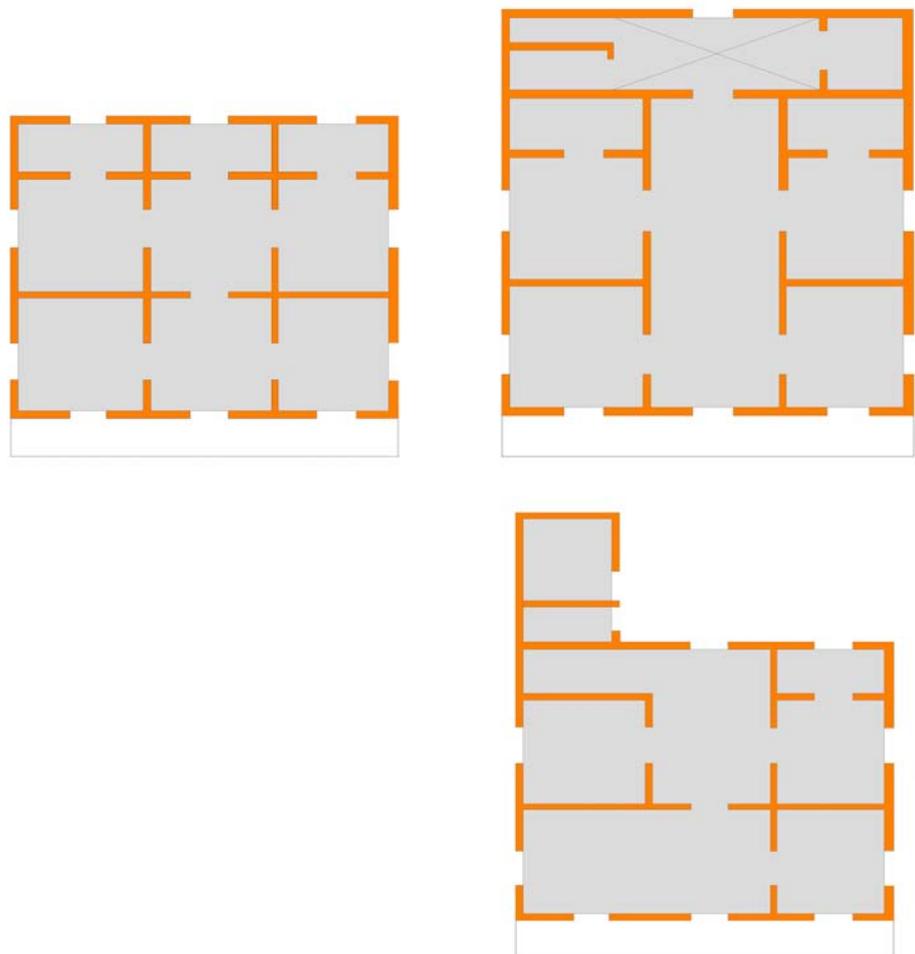


Figura 60 | Plantas-tipo, Cidade Macuti²⁷⁸.

²⁷⁵ Fonte: <http://macuti.wordpress.com/2011/08/26/16-brochure/>; 22/03/2012.

²⁷⁶ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.146.

²⁷⁷ Id, ibid., p.146.

²⁷⁸ Adaptado pela autora, do relatório da Ilha de Moçambique 1985-87.

Processos Construtivos - a Casa de Macuti e a Casa de Cimento



Figura 61 | Cidade Macuti, Ilha de Moçambique (2006)²⁷⁹.

A construção mais comum seria a chamada de pau-a-pique, com cobertura de quatro águas assente em bambu. Os tetos são feitos em mangal ou em bambu e rebocados. As paredes exteriores são rebocadas com argamassa de cal e caiadas com cal. As vedações dos quintais são vulgarmente feitas em bambu²⁸⁰.

A casa tradicional é funcional e em termos climáticos confortável. As técnicas de construção e de manutenção são conhecidas pela população, mas a escassez de materiais no local leva à deterioração das casas e dos bairros.

Com a introdução de outros materiais de construção como o cimento, fibrocimento e chapas de zinco, a originalidade das casas alterou-se. As coberturas começaram a surgir algumas planas ou pouco inclinadas, onde o terraço coberto em frente

²⁷⁹ http://bp0.blogger.com/_PshaZq1PQ9s/Re0njQrkRgI/AAAAAAAAAn4/fm3aMg5ml5Y/s1600-h/Ilha+moçambique+janeiro+2006+I+190.jpg, (15/11/2011).

²⁸⁰ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektiskolen i Aarhus-Danmark, p.150.

da casa tornou-se num alpendre semicoberto ou em alguns casos desapareceu²⁸¹. Esta transformação reflete também a ânsia da parte da população de possuírem uma habitação do tipo citadino, embora mantenham os princípios de organização interna da casa, ela perdeu o seu espaço semiprivado de diálogo com a rua bem como a relação social que daí advinha.



Figura 62 | Parede da Casa Macuti, com trama de bambu, Ilha de Moçambique²⁸².

Tal como hoje em dia ainda é possível verificarmos in loco a construção tradicional, e segundo nos descreve o relatório da Ilha de Moçambique de 1982-85; a constituição das paredes exteriores e interiores traduzem-se na prática *por um entramado, constituído por uma fileira de estacas de madeira de 5 cm de diâmetro, espetadas no chão a intervalos de 50 cm, cobertas, interna e externamente, com canas de bambu de cerca de 5 cm de diâmetro, colocadas horizontalmente. As canas são atadas às estacas com cordel de sisal, a intervalos de 12,5 cm. Cortes oblíquos no bambu, eliminam tensões e proporcionam um travamento eficaz da armação. Os interstícios são preenchidos com*

²⁸¹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.150.

²⁸² www.xirico.com, (15/11/2011)

*pedra miúda e pedriça de coral e depois maticados (coberta com argamassa tipo terra barrenta). A estrutura é rebocada em ambas as faces e caiada*²⁸³.

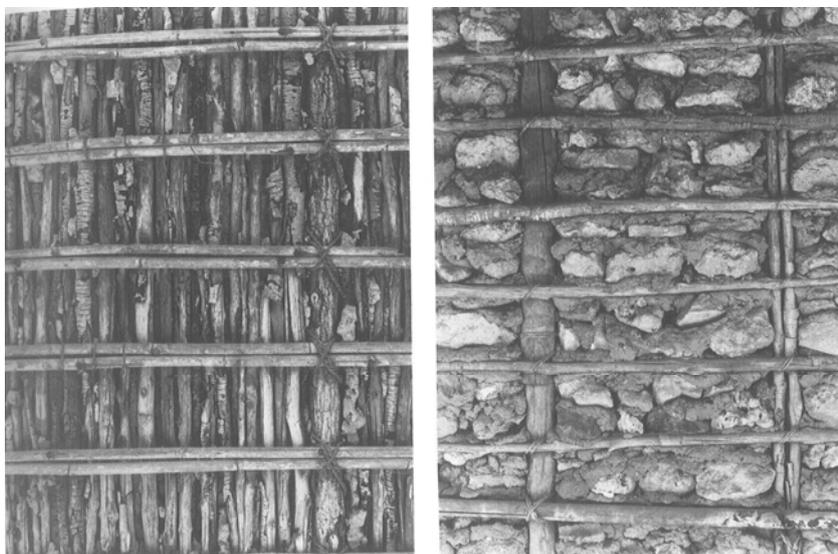


Figura 63 | Pormenores de paredes da casa Macuti, Ilha de Moçambique²⁸⁴.

Paralelamente a forma de construção de “laca-laca”, *constituída por uma fileira de estacas de madeira com 5cm de diâmetro, espetadas no chão a intervalos de 50 a 100 cm, às quais é presa a “laca-laca”, uma esteira de varas de mangai, atadas muito juntas umas das outras. As paredes são maticades e geralmente rebocadas e caiadas. Ambos os tipos de estrutura são colocados diretamente no chão natural ou numa base levantada de pedras de coral ligadas com cimento ou argamassa de cal com murrapa. Tanto num como noutro caso as faces internas e externas das paredes exteriores são rebocadas e caiadas*²⁸⁵.

²⁸³ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.150.

²⁸⁴ Fonte: Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.151.

²⁸⁵ Id, ibid., p.150.



Figura 64 | Parte da estrutura de uma casa Macuti, Ilha de Moçambique²⁸⁶.

No primeiro exemplo, as paredes são sólidas e seguras, em ambos os casos a manutenção necessária não é muito exigente nem frequente. Mas nas áreas de cota baixa localizadas a oeste, as paredes e os pilares de madeira apodrecem com frequência fruto de enxurradas periódicas e inundações. A água evapora muito vagarosamente consequência do nível freático se encontrar a uma profundidade menor que meio metro²⁸⁷.

A estrutura leve, o efeito do vento e as sobrecargas, acabam com que as paredes oscilem independentemente umas das outras, tornando o sistema de cunhais fragilizado acabando descarnados. A construção em geral fica mais enfraquecida com todos estes fatores. A ação das térmitas será outra causa muito vulnerável, podendo ser mesmo violento, onde as estacas e as varas de bambu desaparecem integralmente, permanecendo apenas as pedras barradas e o reboco, resultando num esqueleto descarnado²⁸⁸.

²⁸⁶ Fotografia Ilha de Moçambique, 04/02/2010, autoria João Semblano.

²⁸⁷ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektkolen i Aarhus-Danmark, p.150

²⁸⁸ Id, *ibid.*, p.150.



Figura 65 | Casa Macuti,, Ilha de Moçambique(2006)²⁸⁹.

A cobertura e seguindo o Relatório da Ilha de Moçambique de 1982-85, a sua estrutura era *construída por uma série de postes que suportam uma cumeeira. Os barrotes, que são fixados na cumeeira, desenvolvem-se em leque, evitando o normal emprego de barrotes presos às pernas e aumentando a estabilidade no sentido longitudinal. Os barrotes que sobem para a cumeeira, nas águas laterais, também são dispostos em leque, e são fixados 30 a 50 cm adentro do plano das águas principais. Os pendurais, madres e tirantes, são feitos com a madeira que mais esteja à mão, e as pernas e o ripado são feitos em bambu. Todas as junções são atadas com cordel de sisal. A cobertura mais frequente é em macuti-renques de folhas de coqueiro bem atadas a varas de 30 a 50 cm de comprimento, formando feixes de lamelares coesos de 50 a 70 cm. Estes painéis são fixados a ripas horizontais amarradas aos barrotes, a intervalos de 5 a 15 cm. Quanto mais curto este intervalo, mais espessa e impermeável se torna a cobertura*²⁹⁰.

²⁸⁹ http://bp1.blogger.com/_PshaZq1PQ9s/RebTMHshuwI/AAAAAAAAAmw/Lh1XS0dTKHw/s1600-h/1.+Textura+casa+macuti+Outubro+2006+091.jpg, (15/11/2011).

²⁹⁰ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.152.

Este processo, não possibilitava uma união estanque entre as águas na cumeeira. Para solucionar esta situação, as águas laterais eram inseridas dentro das águas principais, garantindo assim uma cobertura mais estanque como uma boa ventilação. A cobertura de macuti em bom estado, não deixa de ser estanque como oferece uma temperatura equilibrada no interior da casa, mas a sua durabilidade ronda os 2 ou 3 anos. Os tetos feitos de laca-laca, com revestimento de argamassa de cal, favorecem o isolamento térmico como a ventilação, e ainda se ganha um espaço de arrecadação no espaço entre²⁹¹.

De uma forma geral as coberturas encontram-se muito danificadas e a falta de macuti resulta na gradual deterioração da qualidade dos revestimentos das coberturas. Evidenciando-se a quantidade de emendas, e muitas acabam por tornar-se em simples abrigos perdendo a sua funcionalidade²⁹².

Os pavimentos térreos são resolvidos ou em terra calcada ou com uma betonilha de cal e cimento. A maior parte dos pavimentos estão aplicados diretamente sobre ou ligeiramente acima do nível do terreno²⁹³.

As portas e janelas, como a própria caixilharia são muito diversas. As portas mais comuns são tipo prancha ou almofada, com aberturas de ventilação. As janelas contêm portadas como por vezes um caixilho exterior com rede mosquiteira. Os balanços das coberturas também acabam por proteger as portas e janelas contra o sol e a chuva²⁹⁴.

²⁹¹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.152

²⁹² Id, ibid., p.152.

²⁹³ Id, ibid., p.152.

²⁹⁴ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitetskolen i Aarhus-Danmark, p.154



Figura 66 | Casas de cimento, Ilha de Moçambique²⁹⁵.

A partir de meados do século XIX, os materiais fabricados industrialmente foram substituindo os materiais tradicionais. A estrutura tradicional das paredes viria a ser substituída em muitas situações por blocos de cimento, e os telhados surgem com chapa de zinco ou fibrocimento. Estas casas de cimento vão buscar algumas memórias na traça das casas da cidade de pedra e cal, mas com falhas nos benefícios e qualidades transmitidas pela pedra de coral, madeira e macuti, ao nível do conforto térmico, unidade construtiva, e na própria identidade construtiva. As casas tornaram-se mais fechadas e mais introvertidas, não existindo tão grande relação com a rua²⁹⁶.

As paredes das casas de cimento nos bairros seriam construídas com blocos de cimento de 10x20x40 cm, aplicados num aparelho normal, com juntas de argamassa de cimento. Os parapeitos podem ou não ser rebocados²⁹⁷. O pavimento consistia numa camada afagada de cimento, aplicada directamente sobre o chão. As coberturas são

²⁹⁵ Fotografia Ilha de Moçambique, 04/02/2010, autoria João Semblano.

²⁹⁶ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektkolen i Aarhus-Danmark, p.155

²⁹⁷ Id, ibid., p.155.

apoiadas por traves, formando uma só pendente, sendo revestidas por chapas de fibrocimento ou de zinco, provocando no entanto temperaturas muito elevadas²⁹⁸.



Figura 67 | Casas de cimento, Ilha de Moçambique (2006)²⁹⁹.

Uma das grandes lacunas na cidade macuti passou sempre pela falta de instalações sanitárias e conseqüentemente uma grande lacuna nas infraestruturas de apoio à população. A falta de água foi sempre uma dificuldade na Ilha. A água das chuvas era recolhida até 1966 em cisternas privadas e públicas. Mas a cidade macuti teve quase sempre dependente de poços de água salobra³⁰⁰. Depois da construção da ponte, em 1966, os edifícios da cidade de pedra e cal, passaram a ser abastecidos com água canalizada e pontualmente algumas casas dos bairros, onde foram instalados fontanários públicos. Conseqüentemente deixou-se de fazer a limpeza e manutenção das cisternas, que deixaram de ser utilizadas. Fruto da degradação das infraestruturas, nenhum dos sistemas de abastecimento público de água funcionava. A população abastecia-se das cisternas e poços que não estavam protegidos quanto à contaminação. A maior parte das casas tinha quarto de banho, com um

²⁹⁸ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.155.

²⁹⁹, http://bp3.blogger.com/_PshaZq1PQ9s/Re0vHArkRqI/AAAAAAAAApl/Bnr8UNfkWMQ/s1600-h/Mulher+e+filho+Outubro+2006+040.jpg, (15/11/2011).

³⁰⁰ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.156.

pequena drenagem para exterior do edifício, que recebe as águas residuais e a urina. As poucas casas com retrete têm fossa séptica com dreno³⁰¹.

Dos nove sanitários públicos existentes na Ilha, só dois estariam em condições de funcionamento. A maior parte dos habitantes da cidade de Macuti fazia as suas necessidades na praia, não por razões culturais, mas porque não têm outra alternativa³⁰².

As inúmeras inundações que ocorrem nas zonas baixas dos bairros causam infiltrações de águas sujas domésticas nos poços. Os bairros nos anos 80 tinham um sistema rudimentar de iluminação pública, e um pequeno número de casas com instalação elétrica³⁰³.

³⁰¹ Ilha de Moçambique, relatório 1982-85, Arkitektskolen i Aarhus-Danmark, p.156

³⁰² Id, ibid., p.156.

³⁰³ Id, ibid., p.156.

V - CONCLUSÕES

Este tema é desenvolvido, numa primeira abordagem, no sentido do estudo e divulgação de um lugar singular e único, de uma cidade museu, que nunca deixará de ser um referencial no decorrer da nossa história, e que para a autora significa uma paixão por um lugar, que tem a capacidade de amarrar e de suscitar a vontade de participar na sua vida e de nos fazer empenhar na sua sobrevivência através da divulgação dos seus valores e singularidades.

Por outro lado, considera-se a condição histórica fundamental para a clarificação desta temática, que localiza o sujeito num determinado tempo e num determinado espaço, sendo marcante para a compreensão e interpretação do lugar. Ao incluir a historicidade na compreensão da leitura do lugar, entendemos que nenhum sujeito se encontra numa posição neutra quando analisa um lugar, inserido num contexto de tradição que o marca historicamente num tempo e num espaço.

E por fim, pelo interesse de destacar um passado repleto de conhecimentos, tradições e de saber, que se tornasse numa homenagem de forma a incentivar, na consciência dos homens, não só a urgência em preservar este património, como também a necessidade de revelar a nossa história, remontando assim a tempos imemoriais.

O Lugar Histórico:

A ilha desfruta duma longa tradição de saber absorver as influências exteriores e de transportar ricas e diferentes trocas culturais, que ao longo dos séculos foram incorporadas no tipo de vida das suas gentes e ajustadas às características do seu meio. Onde os fenómenos de isolamento sejam eles demográficos, culturais, sociais ou económicos transpuseram funções originais a este aglomerado urbano, garantindo-lhe uma identidade cultural singular.

Esta pequena ilha demonstrou sempre representar pela localização e segurança, da sua baía um papel de relevo como entreposto comercial desta costa de África.

O Oceano Índico acabou por se transformar num amplo mundo cultural. Como resultado das proximidades entre os árabes e os povos bantu, desenvolveu-se uma cultura

original dos islamizados da costa que se designou por cultura swahili, ao qual, a Ilha de Moçambique acolheu algumas dessas populações.

Desde o século VIII estabeleceram-se contactos com a nossa costa e o comércio ativo nesta região fez surgir as primeiras feitorias e entrepostos comerciais. Assim, no contexto da expansão islâmica, os Árabes assumiram o monopólio do comércio marítimo entre o Oriente e o Ocidente. No qual a Índia seria obrigada a admitir que os navegadores Árabes passassem a ser os únicos mediadores das suas mercadorias. As especiarias e outras exportações específicas do Oriente, não conseguiram durante vários séculos chegar aos mercados Europeus, sem ser através dos Árabes.

Os negociantes indianos, alguns islamizados foram aparecendo nos portos da África Oriental estabelecendo um entendimento secreto com os Árabes, deixando as ligações com o interior nas mãos deles e nas populações islamizadas ou swahili.

O benefício comercial dos Árabes, Indianos, Chineses, o sigilo que os orientais mantinham sobre os circuitos comerciais e a rota das especiarias ligada ao mito da abundância, e todo um mundo admirável e desconhecido para lá do Próximo Oriente, despertaram o desejo e a cobiça dos ocidentais de penetrar naquele universo, e de dominar as rotas e controlar aquelas riquezas. Foi assim que os portugueses arriscaram ligar as grandes artérias de circulação marítima e ganhar o monopólio das trocas comerciais entre o Ocidente e o Oriente.

Vasco da Gama chega à Ilha de Moçambique em 1498 e tenta colher informação para chegar à Índia. Contudo só consegue fazê-lo pelas mãos do piloto árabe recrutado em Melinde. A Ilha de Moçambique interessava aos portugueses como porto seguro na sua rota para a Índia e ainda pelas capacidades de escoamento do ouro do Monomotapa, produtos necessários para a troca com as especiarias asiáticas.

Mais tarde, nos séculos seguintes, o marfim e o negócio de escravos constituíram um atrativo principal porque possibilitavam um rápido enriquecimento.

Para além dos portugueses outros pretendentes europeus apareceram na corrida pelo controlo das rotas comerciais. Os holandeses tentaram a ocupação da Ilha de Moçambique no século XVII, os franceses conseguiram assumir o papel de principais intermediários do negócio da escravatura para as ilhas do Índico e os ingleses aumentavam o seu controlo sobre as rotas de navegação nesta zona.

Perante este cenário, a ocupação colonial portuguesa não foi fácil e só se efetuou em pleno século XX. A Ilha de Moçambique é hoje o resultado deste processo histórico. Ela manifesta na sua arquitetura e nos diferentes aspetos da sua vida o conjunto de influências culturais que foi sucessivamente assimilando ao longo dos séculos, as da presença árabe e swahili, as da presença indiana e portuguesa. Pode observar-se como as ilhas e cidades costeiras do Índico, como Mombaça, Zanzibar, Ibo, Ilha de Moçambique, entre outras apresentam aspetos comuns resultantes das influências culturais, das funções comerciais que tinham, das técnicas e dos materiais de construção que empregavam.

As Duas Cidades:

A Ilha de Moçambique, antiga capital colonial, é um aglomerado de construções antigas que datam do século XVI ao século XIX. A pedra e cal e o *macuti* são elementos típicos das cidades costeiras do Índico, assentes em pedra de coral, e a Ilha de Moçambique é uma delas. As influências nítidas deixadas pela ocupação portuguesa são visíveis na fortaleza de São Sebastião, no palácio de S. Paulo, em pequenos monumentos embebidos de motivos dos descobrimentos, nas fachadas e interiores das igrejas católicas, nos pavimentos calcetados das ruas, e no estilo de algum casario.

Os indianos que se fixaram na ilha em maior número a partir do século XVII, evidenciam-se pelo seu papel como principais distribuidores de panos para o interior em troca de produtos locais. A existência de sinais como feitorias, armazéns, portas, varandas, alpendres, peças de mobiliário indo-português e o templo hindu atestam esta influência. A presença mais significativa, aquela que permanece mais visível nos hábitos da população será a cultura *swahili*. Ela manifesta-se na música, na dança, na alimentação, nas práticas comerciais, no casario de pedra e cal e de *macuti* e ainda na religião islâmica que pauta todos os atos do quotidiano.

O tecido urbano e os edifícios da cidade da Ilha inscrevem as fases do seu processo de desenvolvimento de maneira singular. Em particular, a clara separação entre a arquitetura originariamente portuguesa na “Cidade de Pedra”, ao Norte, que agrega evidentes características de influência swahili e árabe, e a arquitetura vernácula, na “Cidade *Macuti*”, ao Sul. A divisão é ainda mais sublinhada pelos diferentes níveis dos dois núcleos, que resulta do facto que a Cidade de Pedra colonial foi levantada com material extraído da Cidade *Macuti*, nas antigas pedreiras. Estruturas que confinam uma grande parte da história da cidade e alguns momentos importantes do colonialismo. Em 1991, a

Ilha de Moçambique foi inscrita na Lista do Património Mundial da UNESCO, em virtude dos critérios (iv) e (v)³⁰⁴, como sendo um “exemplo extraordinário de arquitetura na qual as tradições locais, as influências portuguesas e, numa menor medida, as influências indiana e árabe se encontram todas interligadas”, constituindo assim “um importante vestígio do assentamento e do desenvolvimento das rotas marítimas portuguesas entre a Europa Ocidental e o sub-contidente indiano - e por conseguinte toda a Ásia” (recomendação do ICOMOS para a nomeação, 1991).

Podemos concluir que na Cidade de *Macuti*, para os mais velhos a Cidade de Pedra tem duas leituras, os saudosistas para quem a cidade ainda se mistura com o tempo dos portugueses; guardam-se memórias de vida, fruto de pequenos empregos, de uma vivência de certo modo discriminatória mas protetora; por outro lado, as más lembranças da cidade de pedra, como por exemplo os trabalhos domésticos exercidos em servidão. Em compensação, a cidade de Pedra tem pouco significado no modo de vida da cidade de *macuti*. Aqui entre a mesquita, a pesca, a praia, os vizinhos e amigos se desprende um sentido de comunidade que nunca foi restaurado na cidade de pedra. O acesso a alguns serviços como a escola, o hospital, correios, entre outros não é suficiente para que a cidade de pedra exerça um papel principal. O centro é disperso, várias mesquitas, dois mercados, lojas e o acesso à ponte para o continente impõem outras ligações. Quer as recordações sociais quer as rotinas diárias na Cidade de *Macuti* parecem ignorar a Cidade de Pedra.

O património intangível, reflete uma comunidade e uma realidade cultural distinta do património edificado. E neste tem sobretudo o papel suplementar como se de uma paisagem étnica se tratasse. Seja pelas demonstrações musicais da mulheres do Tufo³⁰⁵,

³⁰⁴ Para a inclusão de um sítio na lista do Património Mundial, ele deve atender a pelo menos uns dos seguintes critérios, no caso da Ilha de Moçambique foram: (iv) – ser um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetónico, tecnológico ou de paisagem, que ilustre significativos estágios da história humana; (v) – ser um exemplo destacado de um estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura (ou várias), especialmente quando se torna(am) vulnerável(veis) sob o impacto de uma mudança irreversível; Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Crit%C3%A9rios_de_sele%C3%A7%C3%A3o_de_Patrim%C3%B3nio_Mundial; 28/03/2012.

³⁰⁵ “Dança tradicional de origem árabe, o tufo. Esta dança, de ritmo suave e executada pelas mulheres nas ocasiões festivas, é acompanhada de canções e de instrumentos de percussão (usados somente por mulheres) e dos quais virá provavelmente o nome tufo”, Fonte: [http://www.infopedia.pt/\\$ilha-de-mocambique](http://www.infopedia.pt/$ilha-de-mocambique); 28/03/2012.

parte evidente de algumas das confrarias islâmicas locais muitas vezes convocadas a animar eventos sociais ou culturais que ocorrem na outra cidade, seja pelo pitoresco dos percursos turísticos pelas margens da cidade de *Macuti*, na orla costeira, ou através da rua principal que a atravessa parecem ainda dar voz a uma linguagem colonial de paisagem “pitoresco e colorida”³⁰⁶.

A par desta apropriação, a leitura do desenvolvimento, procura introduzir uma nova ordenação e racionalização do espaço, como melhores condições sociais. Mas se a cidade de pedra resiste ao abandono, atraindo longínquos moradores, a cidade de *Macuti* resiste ao realojamento no exterior, mantendo o seu excessivo amontoado de gentes. O lugar de uns é a não cidade de outro. Neste jogo o turismo surge como um novo argumento de legitimação apoiado pelo governo, pela burguesia local pelos investidores turísticos que vão surgindo, locais e estrangeiros. O seu discurso e ações acrescentam ao património um novo valor económico, que vem reforçar os poderes culturais, políticos que a UNESCO viabiliza.

Em modo conclusivo seria importante destacar alguns elementos mais significativos que demarcam esta Ilha. O edificado em terraço com as cisternas como elementos singulares caracterizadores, as técnicas e materiais de construção, a sua monumentalidade e linguagem como alguns espaços urbanos construídos na época colonial, na cidade de pedra e cal, incorporada com uma certa espacialidade de tipo swahili³⁰⁷, transformada na compartimentação de muitas das casas. O núcleo *macuti*, que corresponde a um ponto de receção, divulgação e marca cultural, que originou traços característicos da própria Ilha, e onde se manifesta de uma forma mais pura a base arquitetónica e a espacialidade vernacular. A importância da centralidade da Ilha como capital colonial entre os meados do século XVI ao XIX, a sua ligação ao comércio internacional que resultou em padrões culturais da África oriental, com os dos sultanatos da costa e os dos árabes, indianos, persas, indonésios, chineses. A monumentalidade planeada que transparece no desenho urbano e na arquitetura, de cariz portuguesa através de fachadas, praças e largos. Bem como as diferentes influências religiosas que marcaram a paisagem urbana.

³⁰⁶ LOBATO, Alexandre, *Ilha de Moçambique: Panorama Histórico*, Lisboa, Agência - Geral do Ultramar, 1967.

³⁰⁷ Palavra *Swahili*, deriva do árabe, que significa algo como “residente costeiro”.

Uma história rica de tão diversas intervenções que deixou marcas indestrutíveis no espaço físico e na expressão arquitetónica da Ilha de Moçambique, mas também como se imprimiu na vida e maneira de ser da população, tal como transparece hoje nas suas tradições, hábitos, ritos e na própria língua.

Ilha com estatuto de Património, uma enorme responsabilidade que deixa em aberto o confronto entre o folheto turístico e as fecundas raízes que a transformam como única. Resta agora, depois de séculos volvidos na demanda de agitações de influências, mas que a deixaram intacta na sua essência, que os novos desafios não desvirtuem todas as riquezas acumuladas e preservadas. Que cresça integrada num processo e num plano de desenvolvimento adequado e sustentável ao espaço e às gentes.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia fundamental

ALBUQUERQUE, António Manuel da Silva e Sousa. 1998. “Arquitetura Moderna em Moçambique”, prova final de licenciatura.

BARROS, João.”*Dos feitos, que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos Mares e Terras do Oriente*”. Década Quarta, parte primeira. Lisboa 1777. Régia oficina typográfica.

BOCARRO, António. *Décadas da História da Índia – Lisboa, 1876*. Livro das plantas de todas as fortalezas. Arquivo Português Oriental, 1937 – 1940.

CARDUCCI, Guido. 1998. “*Legislation*”. In *Ilha de Moçambique; A program for sustainable human development and integral conservation global report*. UNESCO and UNDP.

CASTRO, Joaquim Magalhães. 2010. *No Mundo das Maravilhas: Viagem ao Património de Origem Portuguesa Do Uruguai a Omã*. Lisboa: Presença.

COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE. 1965. *Monumenta*. No.1 -. Lourenço Marques: Empresa Moderna.

COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS DE MOÇAMBIQUE. 1966. *Monumenta*. No.2 -. Lourenço Marques: Empresa Moderna.

COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS DE MOÇAMBIQUE. 1968. *Monumenta*. No.4 -. Lourenço Marques: Empresa Moderna.

COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS DE MOÇAMBIQUE. 1970. *Monumenta*. No.6 -. Lourenço Marques: Empresa Moderna.

COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS DE MOÇAMBIQUE. 1972. *Monumenta*. No.8-. Lourenço Marques: Empresa Moderna.

COMISSÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS DE MOÇAMBIQUE. 1973. *Monumenta*. No.9 -. Lourenço Marques: Empresa Moderna.

COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. 1996. *Oceanos: Ilha de todos - Ilha de Moçambique*. Revista no. 25. Lisboa: CNCDP.

DOUGIER, Henry, et al.1990. *Lisboa e os Descobrimentos: 1415-1580, a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*. Paris; Lisboa: Terramar.

- DURÃO, António. 1952. *Cercos De Moçambique: Defendidos por D. Estêvão de Ataíde*. Edição conforme a edição original de 1633. Lourenço Marques: Minerva Central.
- ELOUNDOU, Lazare e WEYDT, Jana. 2009. “*Reabilitação da Fortaleza de São Sebastião, Ilha de Moçambique*.” Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
- FERNANDES, José Manuel. 2002. “*Geração Africana. Arquitetura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*”, Livros Horizonte, Lisboa.
- FERNANDES, José Manuel. 2005. *Arquitetura e Urbanismo na África Portuguesa*.
- FERNANDES, José Manuel. 2011. “*África, Arquitetura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*.” Conferencia Internacional Universidade Autónoma de Lisboa. Edição caleidoscópico.
- KRUSE, Per. 1982-1985. *Ilha de Moçambique: relatório. Secretaria de Estado da Cultura – Moçambique. Arkitektskolen i Aarhus – Danmark*. Trykkeri: Phonix A/S, Arhus.
- LEITÃO, Humberto. 1963. *Dois Roteiros do Século XVI, De Manuel Monteiro e Gaspar Ferreira Reimão, Atribuídos A João Baptista Lavanha*. Lisboa. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- LIMA, Alfredo Viana (arquiteto). 1982. “*Relatório da visita à Ilha de Moçambique*”. Porto, Portugal.
- LOBATO, Alexandre. 1945. *A Ilha de Moçambique (Monografia)*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- LOBATO, Alexandre, *Ilha de Moçambique: Panorama Histórico*, Lisboa, Agência - Geral do Ultramar, 1967.
- LOUREIRO, João M. 2003. *Memória Portuguesa de África e do Oriente: Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo*. Lisboa: Maisimagem - Comunicação Global Lda.
- MARJAY, Frederic P. 1963. *Mozambique: With a Special Study on Portugal and her Overseas Provinces by Otto Von Habsburg*. Lisboa: Bertrand.
- PLANO de desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique. 2009. CESO C.internacional.
- PEREIRA, Luís Phillipe. 1992. “*Ilha de Moçambique: Ponto de Encontro de Civilizações*.” Maputo: Banco de Moçambique.
- PINTO, Estevão, REIS, Maria Alice. 1969. *Vasco da Gama: V Centenário do Nascimento*. Lisboa:
[s. n.]
- RIBEIRO, Orlando. 1994. *Originalidade da Expansão Portuguesa*. Lisboa: João Sá da Costa, LDA.

SAÚTE, Nelson, SOPA, António.1992. *A Ilha de Moçambique pela voz dos Poetas*. Lisboa: Edições, 70 LDA.

TRACY, Hugh.1940. *António Fernandes: Descobridor do Monomotapa, 1514-1515*. Tradução Portuguesa e notas por Caetano Montez. Lourenço Marques: Edição do arquivo Histórico de Moçambique, Imprensa Nacional.

VAILEQUE, Agostinho; CANDA, Destina e CHIULELE, Susana. 2004. "Influencia Marítima na cultura da Ilha de Moçambique" - Instituto Superior de Ciências Políticas e Segurança Interna (jornadas do Mar, "O Mar: um oceano de oportunidades").

Bibliografia complementar

ANTÃO, Nelson Moreira e TAVARES, Célia Gonçalves. 2008. "Henrique Galvão e o assalto do Santa Maria. Percurso de uma dissidência do estado novo e suas repercussões internacionais." *Sapiens: História, Património e Arqueologia*. Nº0, dez. 2008, p. 83-84.

AA.VV. 2005. *Master Plan, Ilha de Moçambique*, Lisboa, CESOCI / African Development Bank International.

ARAÚJO, Manuel G. Mendes. 1999. "*Espaço urbano demograficamente multifacetado: As cidades de Maputo e da Matola*". *Finisterra*, XXXIV, 67-68, 1999, p. 175-190. Cidade de Maputo, espaços contrastantes, do urbano ao rural.

BAIA, Alexandre Hilário Monteiro. 2009. "*Os conteúdos da urbanização em Moçambique*" considerações a partir da expansão da cidade de Nampula. Departamento de geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BHATT, Jigar. 2006. "*Persevation of threatened Islamic architecture on the Island of Mozambique*"; for the AgaKhan program in Islamic Architecture at the Massachusetts Institute and Planning, MIT.

BICUDO, M.A.V. Sobre a fenomenologia. In: BICUDO, M.A.V. ; ESPOSITO, V.H.C. *Pesquisa qualitativa em educação*. Piracicaba: Unimep, 1994. p. 15-22.

BRUCHI, Sandro; CARRILHO, Júlio; LAGE, Luís. 2005. "Era uma vez uma palhota...História da casa moçambicana", edições FAPF.

CAPALBO, C. *Fenomenologia e ciências humanas*. Rio de Janeiro, J. Ozon, s.d

- CAPÃO, José. 1988. “*ilha de Moçambique sem desenvolvimento não há conservação*” in oceanos, nº25, ilha de todos – ilha de Moçambique, lisboa: comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, p 23- 29.
- CAPELA, José. 1987.”*O tráfico de escravos para as ilhas do Índico 1720-1902*”. Ne univ. Eduardo Mondlane, Maputo: Univer. E. Mondlane.
- CASTELO, Claudia.1998. “*O modo de estar português – o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa 1933-1961*”, Porto: ed. Afrontamento.
- DIAS, Graciete Tavares. 2007. “O Património Geológico de Moçambique e Geoconservação” Universidade do Minho, Escola de Ciências, departamento de Ciências da Terra.
- FERREIRA, Alcino; 2009. *Metodologias: Método Fenomenológico e Obra de Arte*. Lisboa: Fundação Minerva – Cultura – Ensino e Investigação Científica.
- FRANCA, L. *Noções de história da filosofia*. 22.ed. Rio de Janeiro: Agired, 1978. cap. 3, p. 249-52: A fenomenologia.
- GILES, T.R. *História do existencialismo e da fenomenologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1975, p. 129-84. v. 1.
- GOVERNMENT of Mozambique and UNESCO. 1991. “*Nomination of Ilha de Moçambique for Inclusion in the World Heritage List 1990-1991*”. Paris: UNESCO World Heritage Committee.
- HENRIQUES, Isabel de Castro. 2008. *A Herança Africana em Portugal*, Lisboa Edições CTT.
- HUSSERL, E. *A filosofia como ciência do rigor*. 2. ed. Coimbra: Atlantida, 1965.
- LEITE, Pedro Pereira. “*Casa Muss-Amb-Iki esboço dum processo Museológico para a Ilha de Moçambique*”. Atas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Vol. I, p. 304 – 307.
- LOBATO, Manuel. 1988. “*Ilha de Moçambique: notícia histórica*”, in Ilha de Moçambique, nº 4. Boletim do arquivo histórico de Moçambique, 67-78.
- MARTINS, J; BICUDO, M.A.V. *A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Moraes, 1989.
- MARTINS, J. et al. *A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa: algumas considerações*. Rev.Esc.Enf.USP, v. 24, n. 1, p. 139-47, 1990.
- MOURA, C.A.R. *Crítica da razão na fenomenologia*. São Paulo: EDUSP, 1989. cap. 5, p. 157-90: O território da filosofia.
- PEREIRA, Luís Filipe. 1988. “*nota sobre o comercio do norte de Moçambique*”, in boletim semestral do boletim histórico de Moçambique, nº 4, 79-89.

PEREIRA, Luís Filipe. 1988. “A ilha de Moçambique – património histórico nacional em degradação acelerada”, in boletim histórico de Moçambique, nº 4, p 5-12.

ROQUE, Ana Cristina. 1988. “da ilha de Moçambique como porto de escala da carreira da Índia Ou ... porque no princípio era o mar e a ilha” in Maputo: boletim semestral do boletim histórico de Moçambique, nº 4 , p 47-59.

SILVA, Lúcio Craveiro; COUTO, Elias, 2010. *Santo Agostinho: Confissões*. Oeiras: Livraria Apostolado da Imprensa.

SILVA, Maria Cardeira. “Muçulmanos nas suas cidades”, Fundação Calouste Gulbenkian, programa Próximo Futuro – Cidades.

SOUSA, Carla. 2009. “heritage: discourses and practices in mozambique island” in sharing cultures (org) Sergio Lira (et alt.), Barcelos: green lines institute, 267-272.

SOUSA, Carla Almeida; 2011. “*Ilha de Moçambique: Negociando o património colonial em redor do turismo cultural*” – XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (Des)Igualdades; Salvador, Agosto 2011, Campus de Ondina.



- LEGENDA:**
- CIDADE DE PEDRA E CAL**
 - CIDADE MACUTI**
 - 1 - Bairro Marangonha
 - 2 - Bairro do Mutacane, antigo Bairro Areal
 - 3 - Bairro Unidade e Ourah; antigo Bairro Santo Antonio
 - 4 - Bairro Estreu
 - 5 - Bairro Litine
 - 6 - Bairro Macarripe

PLANTA DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Planta Geral da área da Ilha de Moçambique



LEGENDA:

- 1 - Ponte de ligação ao Continente
- 2 - Capela São Francisco Xavier
- 3 - Mesquita dos Maometanos nativos
- 4 - Cisterna da Ponta da Ilha
- 5 - Mesquita Grande Sunita
- 6 - Praia do Celeiro
- 7 - Antigo Celeiro público
- 8 - Igreja Nossa Senhora da Saúde
- 9 - Hospital de Moçambique
- 10 - Escola de artes e ofícios
- 11 - Câmara Municipal
- 12 - Capitania do Porto
- 13 - Antigo Arsenal de Moçambique
- 14 - Antiga Junta da Fazenda
- 15 - Cruzeiro no Largo (onde foi a antiga Sé)
- 16 - Alfanega
- 17 - Antigo Largo do Pelourinho (também antigo Largo do Teatro)
- 18 - Capela de São Paulo
- 19 - Palácio de São Paulo
- 20 - Largo de São Paulo e Monumento a Vasco da Gama
- 21 - Igreja da Misericórdia
- 22 - Casas do século XVII
- 23 - Hospício dos Jesuítas (correios)
- 24 - Antiga Ponte de Desembarque
- 25 - Antiga Casa do Governador (Casa dos arcos)
- 26 - Campo de ténis
- 27 - Parque São Gabriel
- 28 - Grandes armazéns com cisterna e cais
- 29 - Praia da Fortaleza
- 30 - Padrão das Almas
- 31 - Baluarte de São Gabriel
- 32 - Baluarte de São João
- 33 - Baluarte de Nossa Senhora
- 34 - Baluarte de Santa Bárbara
- 35 - Capela Nossa Senhora do Baluarte
- 36 - Antigo cemitério
- 37 - Porta de Armas da Fortaleza
- 38 - Comando da Fortaleza e quartéis de oficiais
- 39 - Igreja de São Sebastião e Cisterna pequena
- 40 - Casernas
- 41 - Caserna dos Arcos, cisterna grande e Armazéns do século XVI
- 42 - Antiga Porta de Armas da Fortaleza e correnteza de quartéis
- 43 - Campo de futebol
- 44 - Piscina
- 45 - Pousada
- 46 - Praia da Contra-Costa
- 47 - Antiga Sede do Sporting Clube de Moçambique
- 48 - Antigo Cinema
- 49 - Convento de São Domingos (tribunal)
- 50 - Antigo Paço Episcopal (Fazenda)
- 51 - Residência Paroquial
- 52 - Jardim e Templo dos Banhantes
- 53 - Grupo Desportivo de Moçambique
- 54 - Bazar (mercado municipal)
- 55 - Mesquita das Palmeiras
- 56 - Jardim do Hospital
- 57 - Praia de Santo António
- 58 - Capela e Fortim de Santo António
- 59 - Cemitério Maometano-asiático e Maometano-africano
- 60 - Cemitério Ismaelita
- 61 - Cemitério dos Cristãos
- 62 - Crematório dos banhantes

PLANTA DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Identificação de edificado relevante da Ilha de Moçambique

ANEXO A

PEÇAS DESENHADAS¹

Desenho 01 - Planta Geral da Ilha de Moçambique;

Desenho 02 – Identificação de edificado relevante da Ilha de Moçambique.

¹ Fonte: Plantas, Ilha de Moçambique – autora. 2011/2012.

ANEXO B

IMAGENS ANTIGAS DA ILHA DE MOÇAMBIQUE²:

Cidade de Pedra e Cal;

Cidade Macuti.

² Fonte: LOUREIRO, João M. 2003. *Memória Portuguesa de África e do Oriente: Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo*. Lisboa: Maisimagem - Comunicação Global Lda.

CIDADE DE PEDRA E CAL

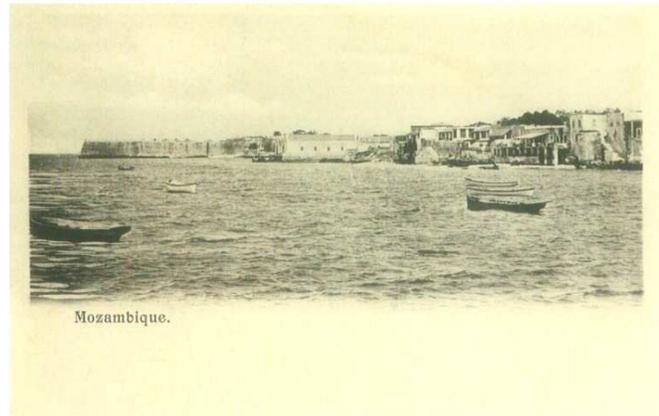


Figura 1 | Ilha de Moçambique, ano 1905 (Editor não referenciado).



Figura 2 | Ilha de Moçambique, ano 1906 (Editor Oswald Hoffman).



Figura 3 | Palácio do Governo e Igreja de S. Paulo, ano 1906 (Editor Silva Filhos & Cia).



Figura 4 | Largo da Alfândega, ano 1906 (Editor Silva Filhos & Cia).



Figura 5 | Hospital de Moçambique, ano 1906 (Editor Silva Filhos & Cia).



Figura 6 | Rua de São Domingos, ano 1906 (Editor Silva Filhos & Cia).



Figura 7 | Igreja de Nossa Senhora da Saúde, ano 1906 (Editor Silva Filhos & Cia).

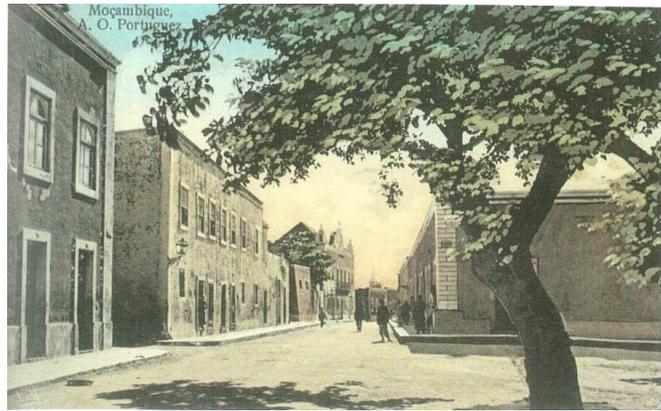


Figura 8 | Rua da Cidade da Ilha, ano 1906 (Editor J. P. Fernandes).



Figura 9 | Câmara Municipal, ano 1910 (Editor Oswald Hoffman).



Figura 10 | Edifício da Polícial, ano 1910 (Editor Oswald Hoffman).



Figura 11 | Igreja de Nossa Senhora da Saúde, ano 1910 (Editor Oswald Hoffman).



Figura 12 | Embarcações na praia, Ilha de Moçambique, ano 1910 (Editor não referenciado).



Figura 13 | Caminho da Contra-Costa, Ilha de Moçambique, ano 1960 (Editor não referenciado).



Figura 14 | Riquexó típico da Ilha de Moçambique, ano 1962 (Editor Casa Domingos Reis - Nampula).



Figura 15 | Porta de Armas da Fortaleza S. Sebastião, ano 1962 (Editor Sorrol - Moçambique).

CIDADE MACUTI



Figura 16 | Palhotas da Ponta da Ilha, ano 1906 (Editor Oswald Hoffman).



Figura 17 | Bairro Indígena, ano 1910 (Editor Oswald Hoffman).



Figura 18 | Bairro Indígena, ano 1910 (Editor Oswald Hoffman).



Figura 19 | Procissão de Indianos, ano 1910 (Editor Oswald Hoffman).



Figura 20 | Cidade Macuti, ano 1962 (Editor Casa Domingos Reis - Nampula).



Figura 21 | Vista aérea, Ilha de Moçambique, ano 1962 (Editor Rodrigues - Nampula).